

Non.
BOL. 100.000 (1.1)
F686N
TCS/MEM

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Economia

Mestrado em Desenvolvimento Econômico

**REFORMA AGRÁRIA E SUSTENTABILIDADE: LUTA PELA TERRA,
REALIDADE E PERSPECTIVAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
TRIÂNGULO MINÉIRO E ALTO PARANAÍBA**

João Batista da Fonseca

SISBI/UFU



1000204186

Uberlândia

2001

João Batista da Fonseca

**REFORMA AGRÁRIA E SUSTENTABILIDADE: LUTA PELA TERRA,
REALIDADE E PERSPECTIVAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA**

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da
Universidade Federal de Uberlândia, como requisito
parcial para obtenção do título de mestre em
Desenvolvimento Econômico.

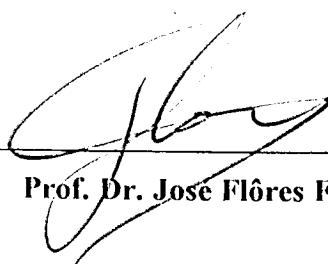
Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. José Flôres Fernandes Filho

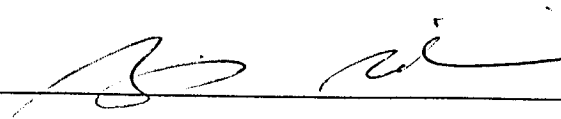
Uberlândia-MG
Uberlândia Federal de Uberlândia

2001

Dissertação defendida e aprovada em 21 de dezembro de 2001 pela banca examinadora:



Prof. Dr. Jose Flôres Fernandes Filho



Prof. Dr. Shigeo Shiki



Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

À Marilda, minha mulher e companheira de todas as horas, com quem aprendi o sentido do amor e da luta; com quem estou em todas as batalhas contra o latifúndio. À ela devo a realização deste trabalho, pelo seu apoio, incentivo e colaboração.

Aos meus filhos Raphael, Carolina e Isabela, frutos do amor e da esperança numa sociedade justa.

Aos trabalhadores sem terra do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que com suas lutas e conquistas, ajudaram-me a contar esta história.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Álvaro, um ex-camponês, que à exceção da maioria dos brasileiros, que foram obrigados a abandonar o campo, conseguiu dar estudo aos filhos; de quem tive, uma vez mais, todo apoio para concluir este trabalho

À minha mãe Conceição, que ao lado de meu pai construiu uma sólida família; e que, com carinho, prestou toda solidariedade para que eu pudesse concluir mais esta importante etapa. Sem contar o gostoso cafezinho dos últimos meses.

Aos meus irmãos Fábio, Paulo e Gladstone, que me incentivaram imensamente para que eu cumprisse esta tarefa.

Ao meu sogro José Ribeiro, pelo apoio e tolerância.

À minha sogra Terezinha, a quem admiro, presença solidária nas horas difíceis.

Às minhas cunhadas (os), concunhados (as) e sobrinhos (as) que sempre respeitaram minhas opções.

Ao amigo e orientador José Flôres, que apostou neste trabalho e sempre foi solidário com as minhas lutas.

Aos amigos Carlos Paiva e Gláucia, que incentivaram meu ingresso no mestrado.

Aos professores Shigeo e César Ortega, pelos ensinamentos dentro e fora de sala de aula.

Ao coordenador do mestrado, prof. Niemayer, que foi compreensivo com as justificativas pessoais pelo atraso da defesa.

Às lideranças do MLST DE LUTA, que entenderam a importância deste projeto.

RESUMO

O Brasil é marcado por uma extraordinária concentração fundiária (1% dos proprietários detém 45% das terras). Desde o descobrimento sucessivos governos compostos ou sob influência de uma elite latifundiária, implementaram um modelo de desenvolvimento que prescindiu da realização de uma reforma agrária.

O processo de modernização do campo, experimentado, aprofundou a exclusão social, o êxodo rural, o inchaço das cidades, a degradação ambiental, a violência rural e urbana.

Nas duas últimas décadas, diversos movimentos de sem terras a partir da ocupação massiva de grandes propriedades rurais recolocaram na ordem do dia a reivindicação pela democratização da terra no país. Sem a disposição de implementar um real projeto de reforma agrária, sob fantástica pressão dos sem terras, os governos Sarney, Collor, Itamar e FHC foram obrigados a criar uma política de assentamentos rurais.

O presente trabalho procura analisar a realidade atual desses assentamentos nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Marcada por uma radical modernização (grandes projetos agropecuários patrocinados pelo Estado) é bastante notável a concentração da terra (latifúndio pecuarista e empresa rural capitalista) e a exclusão dos trabalhadores rurais. Constata-se que aqui o sem terra vai se constituindo em importante sujeito de transformação no rural regional. Todavia, os resultados econômicos e ecológicos para os assentados são ainda muito tímidos, o que pode comprometer o futuro dos assentamentos e da própria reforma agrária, em que pese significativos avanços sociais.

A análise dos assentamentos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é feita dentro de uma perspectiva histórica e política da realidade brasileira e não de forma isolada. Aprofunda-se também, a compreensão da tentativa do desenvolvimento rural sustentável, onde os assentamentos aparecem como potenciais construtores de um novo paradigma.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I - <u>Agricultura</u> Questão Agrária e a Atualidade da Reforma Agrária no Brasil	16
1.1 - Concentração fundiária: do descobrimento (1500) ao fim do Estado Novo	17
1.2 - A questão agrária nos anos 50 e 60: a reforma agrária na ordem do dia	24
1.3 - Regime Militar: o Estatuto da Terra e a Modernização Conservadora	30
1.3.1 - Estatuto da Terra e a Política de Colonização	31
1.3.2 - A Modernização Conservadora	36
1.4 - A Questão Agrária da Nova República à Era FHC	42
1.4.1 - Nova República (PNRA), Governos Collor e Itamar	42
1.4.2 - A Política Agrária do Governo FHC	48
Capítulo II - Reforma Agrária, Desenvolvimento e Sustentabilidade	59
II.1 - Controvérsias Sobre o Caráter e a Viabilidade da Reforma Agrária	59
II.2 - Desenvolvimento Rural Sustentável: Novo Paradigma ou Novo Discurso?	71
II.3 - Perfil e Impactos dos assentamentos rurais no Brasil	85
Capítulo III - <u>Agricultura</u> Luta pela Terra e Realidade dos Assentamentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	99
III.1 - Desenvolvimento e Situação Atual da Agricultura no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	101
III.2 - Breve Histórico da Luta pela Terra na Região e o Quadro Agrário Atual	107
III.3 - O Sistema Produtivo e os indicadores econômicos e Agroecológico Dos Projetos de Assentamento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	124
III.3.1 - O Indicador Renda dos Assentados	124
III.3.2 - As Principais Atividades Agropecuárias	129
III.3.3 - Descaso do Estado com a Viabilidade Econômica dos Assentamentos	136
III.3.4 - Debilidades na Organização da Produção e Comercialização dos Assentados	140
III.3.5 - Os Assentados e a Relação com o Sistema Agroecológico	143
III.3.6 - Os Indicadores Sociais e Políticos e a Formação do Capital Social	144
Considerações Finais	147
Referências Bibliográficas	155

LISTA DE TABELAS

I.1 - Programas de Colonização e Assentamento - Brasil (1927-1945)	23
I.2 - Programas de Colonização e Assentamento - Brasil (1946-1964)	26
I.3 - Programas de Colonização e Assentamento - Brasil (1965 - 1984)	35
I.4 - Programas de Colonização e Assentamento - Brasil (1985 - 1994)	45
I.5 - Dados da Reforma Agrária no Governo FHC (1995 a out/2001)	56
I.6 - Famílias Assentadas por Região: período 1995 a 1999	57
II.1 - Comparativo da Produção anual e Infra-estrutura: 8 fazendas no ano da Desapropriação e os Respectivos Assentamentos no Ano do Censo/89 na Região de Cruz Alta, RS - 1969-1989	91
II.2 - Comparativo de Produtividade: Milho, Feijão, Mandioca e Arroz em Assentamentos (Tabela 22 FAO) e Pesquisa Realizada na Região de Cruz Alta	92
II.3 - Comparativo do Desempenho da Produção - Unidades Familiares Individuais, Grupo de Cooperação e Município de Cruz Alta - 1991	93
III.1 - Projetos de Assentamento em Minas Gerais - SR06 - Triângulo Mineiro	115
III.2 - Projetos de Assentamento em Minas Gerais - SR06 - Alto Paranaíba	116
III.3 - Assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho - Indicadores na Área de 1994/2001	125
III.4 - Renda Mensal de Alguns P.As do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	126
III.5 - Comparação da Pecuária Leiteira em Países Seleccionados	132
III.6 - Bovinocultura de Leite e Mista do Triângulo Mineiro	133

LISTA DE FIGURAS

II.1 - Interações Economia-Ecosistema de uma Perspectiva Hemodinâmica	76
III.1 - Preço Médio (leite) Pago ao Produtor em Minas Gerais (1995-2000)	134
III.2 - Preço Médio Pago ao Produtor do Triângulo Mineiro (2000)	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ANARA - Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária
AP - Ação Popular
APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural
BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia
CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CIF - Companhia de Integração Florestal
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COAMS - Coordenação de Associações de Assentados do Mato Grosso do Sul
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOARA - Cooperativa Agropecuária da Reforma Agrária
CPA - Cooperativa de Produção Agrícola
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EAC - Empresa Agrícola Comunitária
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAEMG - Federação do Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GEAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA - Instituto Intramericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITER - Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
ITR - Imposto Territorial Rural
JICA - Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MAARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
MCC - Movimento Camponês de Corumbiara
MCL - Movimento de Comissões de Luta
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDST - Movimento Democrático dos Sem Terras
MEAF - Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários

MEB - Movimento de Educação de Base
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terras
MLST DE LUTA - Movimento de Libertação dos Sem Terras de Luta
MLT - Movimento de Luta pela Terra
MNP - Movimento Nacional dos Produtores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST -SMT - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Sul do Mato Grosso
MT - Movimento dos Trabalhadores
NAFTA - Tratado Norte Americano de Livre Comércio
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
P.A - Projeto de Assentamento
PADAP - Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCI - Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROÁLCOOL - Programa de Apoio à Produção de Alcool
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRODECER - programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA - Programa Especial para o Vale do São Francisco
PRRC - Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais
PT - Partido dos Trabalhadores
SEAP - Sociedade de Estímulos Agropecuários Ltda
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB - Sociedade Rural Brasileira
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDECO - Superintendência da Região da Fronteira Sudoeste
SUPRA - Superintendência de Política Agrária
TDA - Título de Dívida Agrária
UDR - União Democrática Ruralista
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil

REFORMA AGRÁRIA E SUSTENTABILIDADE: LUTA PELA TERRA, REALIDADE E PERSPECTIVAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

INTRODUÇÃO

O Brasil aparece no cenário internacional como um dos países de maior concentração de renda e riqueza do mundo. Historicamente, a concentração da terra, quer pelo latifúndio, quer pela moderna empresa agrícola capitalista, foi um dos pilares desse processo, resultando na exclusão social, no êxodo rural, no crescimento desordenado das cidades, na degradação ambiental, na violência no campo.

Nos últimos anos, o surgimento e o fortalecimento dos mais diversos movimentos sociais no campo, que vêm desenvolvendo, com o apoio de inúmeras organizações urbanas e de organismos internacionais, as mais variadas formas de lutas, tem forçado os governos no sentido da democratização da terra no Brasil.

Nesse sentido, a discussão em torno da reforma agrária ocupa hoje um papel de destaque na sociedade brasileira. Entendida por alguns como instrumento para alavancar o desenvolvimento sócio-econômico, e estrategicamente, a transformação social do país; por outros, como peça das chamadas políticas compensatórias do receituário neoliberal, cabendo-lhe, exclusivamente, um papel amenizador da crise social, a verdade é que a reforma agrária, ainda que não esteja sendo realizada na sua integralidade, nunca esteve tão na ordem do dia. O trabalhador sem terra através de suas estruturas organizativas se tornou um importante sujeito da história política do país e obriga as autoridades governamentais a facilitar os processos de desapropriação de terras improdutivas, com a consequente criação de inúmeros projetos de assentamentos.

O Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba tornaram-se também, em palco de conflitos agrários. A mobilização na região, de centenas de trabalhadores rurais sem terra nos últimos quinze anos, aparece como resistência à desenfreada concentração da propriedade rural que se assistia até então. Hoje são 1.109 famílias, em 21 projetos de assentamento no Triângulo Mineiro (10 municípios) e 431 famílias, em 15 assentamentos no Alto Paranaíba, abrangendo 9 municípios (INCRA-MG, 2001), e aproximadamente 3.000 famílias acampadas em áreas improvisadas ou às margens de rodovias nas duas regiões.

Compreender esse processo e sua repercussão política, social, econômica e cultural, torna-se cada vez mais relevante. Pela localização geográfica estratégica, pela importância política e econômica no cenário nacional e por aqui estar instalado um dos principais pólos do complexo agro-industrial do país, o sucesso desses assentamentos, para demonstrar a viabilidade da reforma agrária, torna-se ainda mais desafiador.

Inseridos numa região onde o modelo de desenvolvimento rural foi baseado no projeto de modernização da base técnica da agricultura do tipo "Revolução Verde" (França, 1984; Salazar, 1988), esses assentamentos estão cercados de grandes desafios. Como fugir da lógica produtivista/desenvolvimentista moderna que tem levado a falência os pequenos agricultores de todo o país? O modelo tecnológico utilizado pelos produtores assentados nas áreas reformadas lhes permite, atualmente, uma produção e produtividade satisfatórias sem o comprometimento dos recursos naturais de que dispõem? A ação do Estado no tocante a políticas de créditos, de infra-estrutura produtiva (armazenamento, estradas, indústrias comunitárias, eletrificação) e social (escolas, atendimento à saúde), assistência técnica etc, é suficiente e estimuladora de um desenvolvimento sustentável? Quais as formas de organização social da produção existente nos projetos? A oferta agroecológica das áreas desapropriadas é considerada ideal para o assentamento de famílias sem terra? Que instituições públicas ou privadas estão inseridas e com quais concepções, na problemática regional dos assentamentos? Como os agricultores se relacionam com o mercado? Qual é e como é gerada a renda das famílias? Seriam os projetos de assentamento os substratos para a construção de um paradigma rural sustentável? O que é desenvolvimento sustentável para os atores envolvidos na Reforma Agrária?

Esse conjunto de indagações faz parte do debate atual que se desenvolve entre lideranças rurais, Ongs, instituições e pesquisadores atentos às transformações que se desenvolvem no rural regional. O presente trabalho, sem a pretensão de equacioná-las, mergulha nesta problemática, procurando construir um diagnóstico abrangente dos Projetos de Assentamento das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Ancorado em vários estudos de casos, realizados por pesquisadores, em Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos, assessorados por várias instituições, em registros históricos de entidades, imprensa e movimentos sociais, e em entrevistas/reuniões realizadas com lideranças de diversos assentamentos, investigamos as potencialidades e limitações dessas comunidades nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos, ecológicos e culturais. Analisamos as formas de organização social e produtiva dos assentados, os sistemas de produção predominantes, a renda familiar obtida, o acerto ou não das políticas públicas aplicadas, a relação estabelecida

com o meio ambiente, os modelos tecnológicos utilizados (capítulo 3). Tais considerações são precedidas de um relato e análise histórica em que conflitos, mortes, ocupações, sofrimento, construção de organizações, determinaram a conquista dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Partindo do entendimento que a luta pela terra travada na região, é fruto de uma dinâmica histórica e política de dominação no país (latifundiária, industrial, comercial e financeira), onde o estado sempre serviu aos interesses de uma minoria, procuramos no capítulo I resgatar de forma cronológica o comportamento dos governos e das organizações dos trabalhadores, em momentos distintos, em que a questão agrária esteve em evidência. Após uma rápida viagem histórica pelos primeiros 450 anos do Brasil, procuramos dar maior detalhamento sobre as possibilidades da reforma agrária evidenciada na Segunda metade do Século XX: o período Vargas e Juscelino; os governos militares, governos Sarney, Collor, Itamar e FHC.

No capítulo II nossa atenção é direcionada para controvérsias teóricas. Assim, na seção II.1 enfocamos as diversas concepções acerca do caráter da reforma agrária no país, onde a polêmica principal se dá em torno da necessidade ou não de sua realização, se enfocada do ponto de vista social ou produtivista, se possível no capitalismo ou no socialismo. Na seção II.2 refletimos sobre o significado do "desenvolvimento rural sustentável". Apropriada pelo discurso oficial (Estado) e pelas grandes empresas produtoras de insumos químicos (adubos, venenos, sementes transgênicas), a questão da sustentabilidade ganha terreno na era globalizada. O aprofundamento do conceito de desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, por uma reflexão sobre a relação entre economia capitalista e natureza, se as políticas adotadas pelos governos atuais estão de fato consoantes com uma perspectiva de justiça econômico/social e com a preservação ambiental. Na seção II.3 analisamos a viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais no Brasil e procuramos enfocar os impactos regionais por eles determinados.

O presente trabalho não é um instrumento de propaganda da reforma agrária que aí está, mas sem dúvida, é de defesa de uma reforma agrária construída pelos trabalhadores (no Brasil a burguesia não a realizará) que seja capaz de possibilitar a democratização da terra e do poder, proporcionando aos assentados condições de moradia, trabalho, comida, educação, saúde, lazer e renda, não possíveis no quadro econômico e agrário atual. A análise da realidade em relação ao desenvolvimento econômico e social dos assentamentos das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que aponta para a insustentabilidade dos mesmos, é

feita sem constrangimentos, em que pese a relação política e profissional do autor com os movimentos dos trabalhadores sem terra.

Talvez, intelectuais, ecologistas, pesquisadores, movimentos, entidades e lideranças rurais, se sentirão atingidos, mas não nos furtaremos a uma reflexão crítica e autocrítica que seja capaz de polemizar positivamente sobre o significado da reforma agrária. Mais que requisito para a obtenção de título de mestre, esperamos que este trabalho sirva de contribuição para a discussão acerca dos caminhos a serem percorridos pelos movimentos e entidades que atuam na luta pela reforma agrária na região. Repensar estratégias é necessário. Aqui não está nenhuma solução. Quem sabe, um ponto de partida para o debate!?

CAPÍTULO I

AGRICULTURA, QUESTÃO AGRÁRIA E A ATUALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

*Mundo que vivemos terra prometida
talvez com o tempo será destruída.
As ordens de Deus foram em vão
terra que Ele deu, hoje é conflito de uma grande
nação*

(Hino do MST DE LUTA - Autor: Claudison -
trabalhador sem terra da fazenda Tangará)

Os imóveis rurais com área acima de 1.000 ha, que representam 1% do número total de estabelecimentos, concentram 45% das terras. Em contraposição, os imóveis rurais com área abaixo de 100 ha, representando 89,3% do número de estabelecimentos, ocupam, tão somente, 20% das terras do país.

Os dados soam como informações de um passado longínquo, talvez de algum país do velho mundo, na Idade Média. No entanto, por mais absurdo que possa parecer, referimo-nos à concentração fundiária existente hoje no Brasil, em pleno início do século XXI. Os dados são do IBGE, resultados do Censo Agropecuário de 1995/96.

Da Colônia ao Governo neoliberal atual, passando pelo Império, República Velha, Estado Novo, Ditadura Militar, Nova República, o Brasil é marcado por uma brutal concentração fundiária. Símbolo de poderio econômico e político, a terra sempre serviu prioritariamente aos interesses de poucos. A disputa por ela e como dela retirar riquezas continua gerando inúmeros conflitos.

Para a compreensão da problemática, acerca da política de assentamentos rurais existente, objeto do nosso trabalho, necessário se faz uma análise histórica da questão agrária brasileira. Neste capítulo, procuraremos mostrar que, mesmo frente às inúmeras mobilizações e reivindicações dos trabalhadores rurais, os governos adotaram políticas agrárias e agrícolas visando o desenvolvimento do capitalismo no campo, prescindindo da realização de uma reforma agrária.

Com destaque para a questão agrária dos períodos mais recentes (1950 a 2000), analisaremos a modernização da agricultura que ocorrera apartada de uma política de redistribuição fundiária; o surgimento dos movimentos sociais do campo; os recentes instrumentos oficiais da política agrária e agrícola elaborados. Inicialmente, será oferecido, um resumo do agrário brasileiro nos seus primeiros séculos.

1.1 - A Concentração Fundiária: do Descobrimento (1500) ao Fim do Estado Novo

Desde a ocupação do território pelos portugueses (1.500) o Brasil trilhou o caminho da concentração fundiária (Pinto, 1995). As Capitanias Hereditárias foram as primeiras propriedades rurais. Eram grandes glebas de terras concedidas a poucos donatários.

Com o esgotamento da atividade exclusivamente extrativista e devido à necessidade de uma exploração mais organizada do território brasileiro, surgem as Sesmarias, que vão predominar até a independência política de 1822. As Sesmarias eram também imensas áreas concedidas pelos reis (ou seus delegados) aos senhores vinculados à coroa. A metrópole (Portugal), tendo em vista demandas do mercado mundial, impõe às Sesmarias a monocultura da cana-de-açúcar, processo esse conhecido como exclusivo metropolitano, que se desenvolve com base na exploração da mão-de-obra escrava importada da África. Esse modelo vai então dominar a economia brasileira nos primeiros séculos: grande propriedade, monocultura, mão-de-obra escrava, exportação (Pinto, 1995).

Smith (1990) ao estudar a formação da propriedade privada da terra no Brasil, considerou três momentos distintos. O primeiro refere-se à maior parte da história colonial, quando as primeiras Sesmarias foram criadas com vistas a integrar o país no quadro de produção mercantil. O autor entende que elas (Sesmarias) não se caracterizavam como forma de domínio incondicional e/ou feudal, representando uma forma impeditiva da absolutização da propriedade fundiária. Era uma concessão de terra com a condição de voltar a coroa, não havendo, inclusive, movimentos dos produtores escravistas que reivindicassem a propriedade fundiária. Smith assinala que nesse período, a dinâmica econômica era a da acumulação escravista: o escravo representava a forma de riqueza que garantia a inserção na esfera mercantil, ou seja, quem tinha valor mercantil era o escravo e não a terra.

Martins (2000), ao comentar esse momento, considera que o regime sesmarial fora proposto para que houvesse justiça fundiária:

ninguém podia ter terra sem usá-la, sem cultivá-la, sem extrair dela produtos para si e tributos para o rei. Por isso, detinha o rei o domínio da terra, cedendo condicionalmente o seu uso. A terra que não fosse usada apropriadamente retornava ao domínio do rei, caía em comisso, para ser novamente distribuída a quem lhe desse o uso apropriado (Martins, 2000:03).

No entanto, Martins reconhece que havia uma injustiça estrutural no regime sesmarial:

só podia ser sesmeiro o homem livre e, até meados do século XVIII, puro de sangue e puro de fé. Aos índios aculturados e aos mestiços era vedada a concessão da sesmaria, porque classificados na categoria de administrados, isto é, tutelados por um senhor branco e livre (Martins, 2000:03).

Importante registrar que a exploração da monocultura da cana-de-açúcar no regime sesmarial ocorreu de forma "extremamente predatória", destruindo amplamente os recursos naturais. Já em meados do século XVII encontram-se Ordenações da Coroa manifestando preocupações com a questão. (Pinto, 1995).

O segundo momento desse período, considerado por Smith, refere-se ao final do século XVIII e início do século XIX, pouco antes da Independência (1822), quando já se caracterizava uma desagregação do regime sesmarial. Aqui se destacam dois fatores: o crescimento agrícola, fazendo-se necessárias mais terras para a expansão da cana, algodão, café e culturas de subsistência; e a transferência da Corte para o Brasil, onde se dá a distribuição de terras em troca de favores ao poder real.

O terceiro momento apontado por Smith vai de 1822 (fim do regime sesmarial) até 1850 (aprovação da Lei nº 601 do Império - Lei de Terras). Esse momento é considerado como da formação efetiva do latifúndio. Não havia mais as sesmarias, que impunham restrições de área, número de propriedade por sesmeiro e pagamento de foro. Ocorre um movimento indiscriminado de apossamento de terras. Nesses 28 anos, que alguns autores classificam como a era das posses, não havia nenhuma legislação que regulamentasse o uso da terra. Homens livres passaram a ocupar pequenas áreas de terras devolutas, sendo o número de posseiros que se assentam insuficientes para alterar a estrutura fundiária do país, que continuava assentada no latifúndio monocultor, agora do café, em expansão, utilizando-se também de mão-de-obra escrava e voltada para o exterior (Pinto, 1995).

O século XIX foi marcado por mudanças políticas e econômicas no Brasil, mas sem qualquer alteração substantiva na distribuição da propriedade da terra: Independência (1822), fim do tráfico de escravos (1851), libertação dos escravos (1888) e a proclamação da república (1889). Na verdade, "os grupos dominantes da época se anteciparam e conduziram de acordo com os seus interesses, as mudanças acima mencionadas" (Pinto, 1995:66). Políticos conservadores, como José Bonifácio de Andrade e Silva, chamaram a atenção para a necessidade de facilitar o acesso a terra com vistas a estimular o progresso econômico e a abertura social.

Nos meados do século XIX, inspirados em idéias liberais, a partir das experiências da Inglaterra e Estados Unidos, jovens que estudaram na Europa defenderam o fim da escravidão e sua substituição por formas modernas de organização do trabalho, tendo em vista o que consideravam como novas necessidades dos mercados capitalistas em expansão. Para esses reformistas liberais (estudantes, escritores, jornalistas) era necessário superar a herança colonial para alcançar o pleno desenvolvimento (Linhares, 1999).

Martins, discordando de outros autores, nega que a questão agrária brasileira seja produto das Capitâneas Hereditárias e do regime de Sesmarias, defendendo que

o latifúndio brasileiro contemporâneo, enquanto latifúndio no sentido sociológico e político, é produto da questão agrária que se institucionaliza na segunda metade do século XIX (Martins, 2000:03).

Segundo Martins, quando a escravidão entrou em crise, em meados do século XIX, o regime sesmarial também entrou. O regime fundiário passou a se basear no "estatuto do trabalho livre", mediante a interdição da terra a todos que não pudessem pagar por ela:

cessado o cativo do trabalhador, foi necessário instituir o cativo da terra, forma indireta de forçar a constituição de uma força de trabalho agrícola para então chamada grande lavoura (...) o trabalhador era forçadamente livre, livre dos meios de produção para trabalhar para si mesmo, uma regra básica do funcionamento da sociedade capitalista (Martins, 2000:04).

A Lei de Terras foi o instrumento que permitiu a legalização da propriedade privada. Respaludou a expropriação do campesinato negro, dos índios e mestiços, na medida em que a compra era a única forma de acesso a terra, não possuindo estes, recursos para tal. A consequência, obviamente, foi o agravamento da concentração fundiária, pois era permitido que os latifundiários registrassem amplas áreas em cartório (Linhares, 1999).

O padrão de acumulação deixava de ser a expansão mercantil escravista, o capital mercantil passava a interessar, já com a presença dos ingleses, no financiamento da exportação e importação. Ocorria a formação de um mercado interno, principalmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Ao mesmo tempo, vê-se a expansão da agricultura cafeeira, e identifica-se que os escravos libertos não eram suficientes para assegurá-la, ou seja, a erradicação da escravidão não foi capaz, por si só, de dar origem à formação de um mercado de trabalho capitalista (Szmrecsánji, 1997). Para resolver isso, o Brasil promoveu por mais de cinquenta anos, a imigração subvencionada de centenas de milhares de camponeses empobrecidos e desenraizados de países como a Itália, Espanha, Alemanha, Suíça, Portugal, países eslavos e já no começo do século XX, o Japão. (Martins, 2000)

Os imigrantes, principalmente italianos, foram mantidos por meio século na condição subalterna de colonos pobres dos cafezais, especialmente em São Paulo, obrigado, com toda a família, a trabalhar em terra alheia para sobreviver. O colonato, sistema estabelecido entre fazendeiros e imigrantes, combinava diversos tipos de relações de trabalho: "produção direta dos meios de vida, parceria, renda da terra em trabalho, obrigação de dias gratuitos de serviços e apenas em escala reduzida o salário anual em dinheiro" (Martins, 2000:05). Os primeiros imigrantes que foram para os cafezais das regiões pioneiras, como a Alta Mogiana, em São Paulo, foram beneficiados pelas terras férteis e promissoras. Os que vieram depois, no

início do século XX (espanhóis e japoneses), foram mais prejudicados, pois as terras eram férteis por pouco tempo, após a derrubada da mata. Ainda Martins(2000), questiona a ideologia difundida por muitos historiadores, do sucesso e ascensão social do imigrante no país: a sua conversão em proprietário de terra aconteceu em escala muito modesta. A realização de uma reforma agrária demonstrativa no século XIX (amparada na Lei de Terras de 1850), os núcleos coloniais públicos, serviram para legitimar as "vantagens" do colonato e não da colonização: terras de baixa fertilidade desprezadas pelos fazendeiros de café, propositadamente escolhidas; uma política agrária que visava a expansão da grande lavoura e não redistribuição de terras.

Gorender (1994) descreve semelhanças na forma de exploração do colono do café e do morador dos engenhos nordestinos após a abolição, o que chamou de formas camponesas dependentes. Ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência (podendo vender o excedente), para pastagem dos animais (grandes e pequenos), moradia gratuita, direito à lenha e à água. Gorender entende que ambos "tinham meios de produção próprios e possibilidade de acumulação, sobretudo os colonos de café". O autor atesta que uma minoria, mas significativa, chegou à condição de pequeno proprietário:

Em 1927 havia em São Paulo pelo menos 30.000 pequenos proprietários de sítios que tinham cada um 20.000 pés de café e constituíam 18% do parque cafeeiro paulista, eram ex-colonos na sua grande maioria(Gorender, 1994:27).

Gorender (1994) afirma que essa relação entre colonos dos cafezais e moradores dos engenhos, com os respectivos proprietários, não é capitalista. Considera o salário anual pago aos trabalhadores, como uma forma pré-capitalista.

() mercado capitalista de trabalho é contrato individual do capitalista com o indivíduo operário, tratado livremente como partes iguais, do ponto de vista jurídico, é claro; é contrato por um prazo curto, por um dia, por uma semana, nunca por mais de um mês e pode ser rescindido a qualquer momento (Gorender, 1994:27).

Aqui, toda a família trabalhava, mulher, filhos e parentes que morassem com o chefe da família.

Esse trabalho pré-capitalista desenvolvido pelo colono durante vários anos, vai produzir uma renda significativa para o proprietário (renda da terra). A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário. Paralelo a isso está o adensamento do mercado de mão-de-obra livre, inteiramente despossuída, que pode ser assalariada temporariamente. (Gorender, 1994)

Estamos na República Velha (Primeira República), 1889 a 1930, regime sob hegemonia da oligarquia cafeeira, construído em aliança com grupos urbanos representados por funcionários públicos, militares e intelectuais (jornalistas e professores). Essa aliança se opunha aos latifundiários escravistas, que reivindicavam indenizações pelos escravos libertos. Ruy Barbosa, representante do setor reformista mais avançado, propunha um projeto de modernização do país: desenvolvimento agrário baseado na via "farmer" (agricultura familiar americana), incentivo à industrialização, fomento à imigração, tributação da propriedade, incorporação dos negros (ensino e distribuição de terras), terra mercantilizada pelo capital (preço a partir de procedimentos econômicos: renda, benfeitorias, eficiência, produtividade). No entanto, os latifundiários (grandes cafeicultores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), se opuseram ao projeto, derrotando-o, e estabelecendo políticas baseadas no crédito fácil, redução dos impostos de exportação, estabilidade financeira e cambial e obras (portos e ferrovias). (Linhares, 1999). Na República Velha, grandes áreas foram incorporadas ao processo produtivo. Aumentou o número de propriedades e proprietários, mas a estrutura fundiária se manteve inalterada (Pinto, 1995).

Foi um dos momentos marcantes para a formação dos latifúndios, utilizando-se do patrimônio público. A lei de Terras tornou-se letra morta, incorporando os latifundiários às terras que quisessem, respaldado pelo parágrafo 17, artigo 73, da constituição federal que fora criada em 1891: "o direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia." O patrimônio fundiário da União era transferido para os Estados e para particulares, garantindo o artigo 64 da referida constituição, que os Estados tinham prerrogativas de legislar sobre o tema, o que, por sua vez, facilitava a tomada de terras públicas e as ocupadas por pequenos agricultores. A "Lei que Orça a Receita Geral na República", também de 1891, possibilitava a regularização dos arrendatários de terras públicas, que as haviam ocupado sem qualquer mecanismo de legitimação ou pagamento.

A crise do café, que culminou com o desastre de 1929, gerou o endividamento dos fazendeiros levando muitos a repassarem terras de suas fazendas depreciadas aos colonos. Esse, e não o fato de que o mercado poderia abrir oportunidades efetivas da autonomia do trabalho familiar, é que possibilitou o sonho do colono de café de tornar-se proprietário.

A década de trinta é a década, especialmente em São Paulo, de alargamento e difusão da propriedade familiar. Como uma curta década, entre os anos quarenta e cinquenta, no nordeste canavieiro, foi o momento de expansão da vitalidade dos sítios de moradores foreiros no interior das fazendas alheias, em virtude da crise da economia do açúcar. Quem não teve essa alternativa, migrou

para as cidades, especialmente São Paulo, para integrar a força de trabalho industrial (Martins, 2000:06).

A revolução de 1930 derruba a oligarquia cafeeira, dá um novo impulso ao processo de industrialização, introduz a legislação trabalhista e dá ao Estado um papel proeminente sobre a economia, mas não intervém na ordem agrária (Pinto, 1995), apesar do afastamento da elite agrária de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que criava, pela primeira vez, tal possibilidade (Linhares, 1999)

Tendo em vista as dificuldades para mercado de produtos de exportação in natura, cujos preços despencavam, e o aumento da demanda interna por alimentos e matérias-primas, Vargas se opõe à política agrário-exportadora, criando políticas para incentivar a industrialização: infra-estrutura viária, política salarial única, abertura de novas fronteiras, reunião dos núcleos demográficos isolados (rede viária, bandeirantismo). Para o campo, através do Decreto 24.606, de 1933, foi extinto o sistema de arrendamento de terras, passando o Estado a exigir o título de propriedade para a legitimação das posses; autorização para desapropriação mediante o pagamento de 40 vezes o valor do último foro pago. No entanto, o Estado não intervinha onde os latifundiários já estavam consolidados, não utilizando na prática o Decreto, apenas criando colonização no Brasil Central, na fronteira Oeste. A Constituição de 1934, que determinava a regulamentação do trabalho agrícola, de educação no campo e prioridade aos trabalhadores rurais no processo de colonização, foi substituída em 1937, por uma mais voltada para as questões urbanas e que estabelecia a indenização prévia nas desapropriações, o que favorecia a manutenção do latifúndio (Linhares, 1999).

Tavares dos Santos (1995), a partir das estatísticas oficiais do INCRA e de outras fontes na literatura (Tavares dos Santos, 1986), sintetizou a evolução dos programas de colonização e assentamento no Brasil Contemporâneo (1927 a 1994). O autor salienta que o processo de colonização de novas terras como o proposto por Vargas, representa um conjunto de políticas de dominação e de disciplinarização dos camponeses e dos trabalhadores rurais:

uma tecnologia de poder que utiliza mecanismos de controle do espaço e de controle dos homens, reproduzindo-se enquanto uma forma de dominação exercida por classes sociais no poder e por instituições públicas e privadas, componentes do bloco financeiro-industrial-agrário, sobre as classes subalternas da sociedade brasileira (Tavares dos Santos, 1995:42).

Conforme se vê na tabela 1.1, de 1927 a 1945, foram bastante insignificantes os programas de assentamento (colonização de trabalhadores rurais), desmascarando as promessas oficiais. Em 19 anos, com uma evolução nos anos de 1941 a 1945 (período da

criação das Colônias Agrícolas Nacionais), apenas 36.502 famílias foram beneficiadas, numa área de 3.468.004ha, em 43 programas aplicados.

TABELA I.1
PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO E ASSENTAMENTO – BRASIL
PERÍODO 1927 – 1945
ORDENADO POR ANO DE INSTALAÇÃO

ANO	PROGRAMAS			AREA (ha)			FAMILIAS		
	TOTAL	I	OF Part	Area	OF	Part	Familias	OF	Part
27	1	1	0	509.753	509.753	0	3.694	3.649	0
28	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	1	1	0	8.134	8.134	0	111	111	0
31	1	1	0	19.900	19.900	0	160	160	0
32	1	1	0	9.060	9.060	0	441	441	0
33	0	0	0	0	0	0	132	132	0
34	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35	1	1	0	0	0	0	0	0	0
36	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37	0	0	0	0	0	0	0	0	0
38	1	1	0	2.200	2.200	0	185	185	0
39	1	1	0	0	0	0	0	0	0
40	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41	1	1	0	250.000	250.000	0	3.996	3.996	0
42	1	1	0	0	0	0	0	0	0
43	1	1	0	300.000	300.000	0	10.000	10.000	0
44	1	1	0	484.000	484.000	0	0	0	0
45	32	31	1	1.884.957	1.037.957	847.000	17.828	17.828	0
TOTAL	43	42	1	3.468.004	2.621.004	847.000	36.502	36.502	0

Fonte: INCRA (Tavares dos Santos, 1995)

Tavares dos Santos (1995) classifica o período de 1930 a 1945, durante o Estado Novo, como momento da "Colonização para os Trabalhadores Nacionais", período em que a sociedade brasileira passa de uma economia agro-exportadora para uma economia urbano-industrial; e assiste-se a mudança de uma política de imigração e colonização com populações estrangeiras para uma política de colonização de novas terras com populações nacionais, estratégia que ficou conhecida como "Marcha para o Oeste". Os pobres rurais "potencialmente protagonistas de situações de tensão social" migravam para as cidades do Sudeste (industrialização) ou para os programas de colonização, sob responsabilidade de órgãos oficiais e de empresas privadas, para as terras públicas do oeste e da Amazônia. (Tavares dos Santos, 1995).

Com o fim da Segunda Grande Guerra e a Nova Constituição de 1946, há um processo acelerado de industrialização e urbanização, ganhando força a tese de que a questão agrária era um obstáculo ao desenvolvimento, no entanto, dentre dezenas de projetos de lei de reforma agrária apresentados ao Congresso Nacional, nenhum foi aprovado (Pinto, 1995).

1.2 - A Questão Agrária nos Anos 50 e 60: a Reforma Agrária na Ordem do Dia

O processo de desenvolvimento anteriormente proposto por Vargas (modelo industrializante) possibilitou o crescimento do mercado interno e criou condições para a diversificação da produção de alimentos e matérias primas no campo a partir da expansão das áreas cultivadas, principalmente próximas aos pólos urbanos (ilhas de desenvolvimento). A discussão em torno do caráter do desenvolvimento brasileiro vai tornear a política brasileira nas décadas de 50 e 60: continuidade ou não do modelo anterior? Expandir o mercado interno ou abrir-se ao mercado externo, aceitando o capital estrangeiro como financiador da industrialização?

A primeira alternativa, expandir o mercado interno, considerada "nacional desenvolvimentista", foi a que colocou o debate sobre o desenvolvimento capitalista, sustentando que o desenvolvimento e a industrialização eram obstaculizados pelo atraso da agricultura, principalmente pela sua estrutura fundiária. Essa opção pressupunha o apoio político e social no sentido de mudanças estruturais, com elevação do poder aquisitivo da população e investindo em gêneros de consumo (Linhares, 1999).

Durante os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi o responsável pela elaboração da ideologia "nacional desenvolvimentista". O campo brasileiro tornou-se assim, o centro das questões referentes ao desenvolvimento. O desenvolvimento era a única garantia da soberania nacional e a reforma agrária, mais do que justiça social, o instrumento para superar o estrangulamento da industrialização do país: produzir mais alimentos e matérias-primas, baratear salários e produtos.

A economia brasileira havia deixado de se sustentar em uma atividade primário-exportadora, tornando-se a industrialização o eixo do desenvolvimento econômico. O campo, na verdade, passou a ser "subjugado", despertando o interesse do capital somente para prestar serviços ao setor da indústria (base do modelo de desenvolvimento). Ao campo caberiam determinadas "funções" ao modelo:

lugar garantidor de produção de alimentos capazes de baratear os custos de reprodução da força de trabalho urbano-industrial, mercado interno para

produtos industrializados, reserva de mão-de-obra para as indústrias, além de gerador de recursos para equilibrar a balança de pagamentos (Menezes, 1991:50).

Essas eram as argumentações fundamentais nas "teses dualistas", desenvolvidas pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, segundo as quais a indústria traria em seu bojo um elemento dinâmico que a produção primária não possuiria em igual proporção. (Linhares, 1989, Menezes, 1991; Pinto, 1996). A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, também já havia diagnosticado o atraso da agricultura no pós-guerra. (Linhares, 1996).

Stédile (1994) argumenta que os economistas das teses cepalinas defendiam a realização de uma reforma agrária no Brasil e nos demais países da América Latina, de caráter nitidamente capitalista; dar oportunidades para que mais pessoas pudessem ter a propriedade da terra inserindo-as no mercado interno e transformando-as em consumidoras de bens industriais (ferramentas, adubos, tratores).

O desenvolvimento do capitalismo no campo, através da modernização da agricultura brasileira inicia-se já nos anos 50. O rompimento de antigas formas de dominação, eliminação de antigas relações de produção e ampliação da fronteira agrícola começou a mudar o rosto da agricultura brasileira. Inúmeras lutas e reivindicações camponesas se disseminaram por todo o país (Graziano da Silva, 1987).

Aos poucos, essa luta de resistência se configurou como luta por uma reforma agrária, como combate às formas dominantes de propriedade da terra e, conseqüentemente, contra o poder da qual era suporte (Medeiros, 1982:133).

O trabalho de Tavares dos Santos (1995) nos dá importantes informações sobre o período de 1946 a 1964, a República Populista, considerado por ele como momento da "Colonização como Resposta do Estado às Lutas Sociais no Campo". Nesse período, a política agrária predominante foi a de colonização, até o início da crise do populismo. A década de 50 foi marcada pela organização política dos camponeses e dos trabalhadores rurais, reivindicando redistribuição da terra e direitos trabalhistas. A fundação da ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, em 1954, e a organização da primeira Liga Camponesa, em 1955, em Pernambuco, são os marcos iniciais desse movimento, que culmina, em 1963, com a fundação da CONTAG - Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Na década de 60 expande-se consideravelmente o sindicalismo dos trabalhadores no campo: de 13 sindicatos em 1960 para 1.045 em 1970. A estratégia do regime populista baseava-se em uma redistribuição da terra, da renda e da tecnologia rural, tendo em vista o seu projeto de desenvolvimento capitalista autônomo.

Assim, a expansão do sindicalismo deveria incorporar os trabalhadores rurais às redes de poder político populista a fim de impedir que grupos rurais articulassem iniciativas mais autônomas (Tavares dos Santos, 1995).

A resposta do Estado às lutas camponesas foi o reforço à política de colonização, desde o segundo Governo Vargas até o final do Governo Kubitschek, destacando-se a ocupação do Estado do Maranhão.

Conforme mostra a tabela I.2, foram criados nesse período 85 programas, dos quais 53 de responsabilidade oficial e 32 de particular; a área foi de 2.717.254 ha; com 17.155 famílias de colonos.

TABELA I.2
PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO – BRASIL – LISTA GERAL
PERÍODO 1946 – 1964
ORDENADO POR ANO DA INSTALAÇÃO

ANO	PROGRAMAS			AREA (ha)			FAMÍLIAS		
	TOTAL	OF	Part	TOTAL	OF	Part	TOTAL	OF	Part
46	0	0	0	0	0	0	0	0	0
47	1	1	0	18.000	18.000	0	227	227	0
48	6	5	1	422.790	422.790	0	645	645	0
49	6	5	1	19.770	19.770	0	87	87	0
50	3	2	1	8.488	2.688	5.800	258	193	65
51	8	3	5	10.933	4.815	6.118	597	597	0
52	6	4	2	58.832	47.207	11.625	900	627	273
53	9	9	0	294.463	294.463	0	6.188	6.188	0
54	2	1	1	17.000	8.000	9.000	572	286	286
55	8	4	4	213.755	13.755	200.000	808	643	165
56	5	4	1	34.600	600	34.000	464	20	444
57	3	1	2	418.624	33.105	385.519	600	536	64
58	6	3	3	14.670	12.820	1.850	1.385	834	551
59	4	3	1	161.588	126.588	35.000	1.451	1.451	0
60	7	2	5	31.273	2.993	28.280	302	46	256
61	5	2	3	958.842	948.704	10.138	1.428	725	703
62	3	2	1	22.651	22.651	0	640	640	0
63	2	1	1	7.650	4.000	3.650	461	125	336
64	1	1	0	3.325	3.325	0	142	142	0
TOTAL	85	53	32	2.717.254	1.986.274	730.980	17.155	14.012	3.143

Fonte: INCRA (Tavares dos Santos, 1995)

Esse número de famílias "beneficiadas" pela política de colonização torna-se mais insignificante, ficando ainda mais evidente, o caráter concentrador da terra no Brasil, quando os comparamos com a estrutura fundiária do período. Segundo Oliveira (1994) o quadro fundiário brasileiro de 1940 a 1985, Já em 1940, 1,5% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com mais de 1000 ha, ou seja, 27.812 unidades, ocupavam uma área de 95,5

milhões de hectares, ou 48% do total de terras. Enquanto isso, 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 ha, ou seja, 1.630.000 unidades, ocupavam uma área de apenas 35,9 milhões de hectares, menos de 19% das terras.

Em 1985, 45 anos depois, a concentração fundiária aumentou: menos de 0,9% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com área superior a 1000 ha, ou seja, 50.105 unidades, ocupavam uma área de 164,7 milhões de hectares, ou 44% do total das terras; mais de 90% dos proprietários dos estabelecimentos com menos de 100 ha, ou seja, 5.252.265 unidades ocupavam uma área de apenas 79,7 milhões de hectares, ou 21% do total das terras (Oliveira, 1994).

Stédile (1994) enumerou além da teoria da CEPAL, as principais posições que existiam na esquerda brasileira, aliada dos camponeses, na defesa da reforma agrária nos anos 50 e 60. A primeira era a manifestada pelo PCB - Partido Comunista Brasileiro, que hegemonizou toda à esquerda até 1962. Segundo essa tese era necessário resolver uma contradição entre setores da burguesia nacional com o imperialismo, para construir o socialismo no Brasil: consolidar uma aliança entre as forças progressistas, democráticas e populares com a burguesia nacional, para realizar uma revolução e, por conseguinte implantar a reforma agrária. O PCB achava assim, que a burguesia industrial tinha interesse em fazer a reforma agrária, pois a terra estava nas mãos dos coronéis, que eram interpretados como "senhores feudais". Esse pensamento que defendia a eliminação dos "resquícios do feudalismo" foi formulado por Mário Vinhas e Alberto Passos Guimarães (Stédile, 1994).

Outra posição, sugere Stédile, foi a que se consolidou a partir de 62, com a criação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), que, na verdade, não rompe com a tese anterior de aliança com setores da burguesia. O PC do B aproximava das idéias de Mao Tsé Tung e passa a defender a estratégia da "guerra popular prolongada", acreditando que no Brasil, a exemplo da China, as massas camponesas também seriam capazes de se levantar e cercar as cidades, isolando a burguesia até a tomada do poder. O PC do B começou então, a organizar o trabalho camponês e, inspirado nessa estratégia, aplica a guerrilha do Araguaia a partir de 1970, que, no entanto, é eliminada pelo Exército em 1973.

Outra corrente, surgida nos anos 60, foi proposta pelo intelectual Caio Prado Júnior (ex-PCB). Ela se contrapõe às teses anteriores (PCB, PC do B, CEPAL) analisando que as relações de produção e sociais tipicamente capitalistas, já eram predominante no campo e a reforma agrária deveria ter um caráter anticapitalista. Caio Prado sustentava também que a burguesia nacional já estava aliada ao capital estrangeiro (Stédile, 1994). A reforma agrária

teria como objetivo melhorar o padrão de vida da massa trabalhadora rural por meio do exercício efetivo dos direitos trabalhistas (Linhares, 1999).

Stédile (1994) afirma que "a Igreja foi a força de maior influência sobre os camponeses no Brasil". Em 1950, com o resultado eleitoral expressivo do PCB nas eleições de 45 e 46, o setor conservador da Igreja Católica promoveu uma reunião de bispos e fazendeiros (Campanha-MG) e produziu o seu primeiro documento sobre a questão agrária, onde defendia que cada um deveria ter a sua pequena propriedade capitalista, como na visão européia. Teria dito um bispo: "vamos promover a reforma agrária antes que os comunistas a façam" (Stédile, 1994). Já na década de 60, surge o MEB (Movimento de Educação de Base), patrocinado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), após o surgimento da Ação Católica e os efeitos da pastoral social que teve o Vaticano 2º no Brasil. O MEB procurava conscientizar os camponeses para que eles próprios se mobilizassem para conquistar a reforma agrária. Centenas de agentes de pastorais organizaram sindicatos, ligas, programas de alfabetização. Depois, com o golpe militar, muitos militantes do MEB se engajaram na AP (Ação Popular), uma organização política, que, por sua vez, parte dela adere ao Maoísmo e ao PC do B. O setor que mais sofreu com a ditadura militar foi o campo principalmente de 64 a 68. Latifundiários, exército e polícia militar promoveram atrocidades para liquidar com os movimentos camponeses (Stédile, 1994).

Graziano da Silva (1987), por sua vez, divide em quatro as forças que procuravam articular o movimento camponês nos anos 50 e 60: "O PC, as ligas, setores moderados da Igreja e os católicos radicais". Para Graziano, o PC colocava a luta pela terra como um componente da revolução democrático-burguesa, conforme apontado por Stédile, tendo como pontos principais: fixação de um limite máximo de propriedade (500 ha); desapropriação dos latifúndios (por valor inferior ao venal) iniciando pelas áreas próximas aos centros urbanos; vendas de lote aos camponeses.

As Ligas Camponesas que proliferaram no Nordeste tinham como lema "Reforma Agrária na lei ou na marra" e "terra para quem nela trabalha". Propunham desapropriação dos latifúndios com indenização em títulos públicos resgatáveis a longo prazo e juros baixos. As Ligas se recusavam a alianças com setores da burguesia e enfatizavam o caráter revolucionário da luta pela terra e pelo socialismo. Elas perdem força já em 1962 para o PC (Graziano da Silva, 1987).

Os setores moderados da Igreja Católica influenciavam o "sindicalismo cristão" no Nordeste. Faziam oposição às Ligas com uma pregação legalista dos direitos dos trabalhadores. Propunham desapropriação das terras abandonadas e inexploradas e sua venda

(a longo prazo) aos camponeses. Já os católicos radicais, a maioria militantes da Ação Popular, não tinham um programa definido. Com uma filosofia humanista, apostavam que os trabalhadores a partir dos sindicatos desenvolveriam uma consciência e agiriam como classe. Essa corrente cresceu rapidamente, conquistando cargos importantes na direção da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), na sua fundação em dezembro de 1963 (Graziano da Silva, 1987).

Mas frente a todos esses pensamentos anteriormente descritos na defesa da reforma agrária, e contra as teses cepalinas, já havia um outro em meados da década de 60, representado por latifundiários, setores conservadores da burguesia e economistas como Delfim Neto, Rui Miller Paiva, Castro. Essa posição foi no sentido de mostrar,

com base na evolução da produção, da produtividade e dos preços dos produtos agrícolas, que a agricultura não representava um obstáculo ao crescimento econômico do país. O atraso da agricultura era "funcional", tendo o campo brasileiro atendido aos requisitos da industrialização. A agricultura cumpriria seu papel de suporte ao desenvolvimento urbano-industrial, sem necessidade de alterar sua estrutura fundiária e, substancialmente, as relações de produção existentes no campo (Menezes, 1991:51).

Essa tese da modernização conservadora seria a vitoriosa dentre todas as demais, como veremos.

Vários autores sustentam que as propostas de reforma agrária patrocinadas pela burguesia (agrária e/ou industrial) no período pré-64, eram uma "resposta à radicalização das lutas camponesas" e que "nunca houve no Brasil um rompimento de fato entre os interesses maiores da burguesia industrial e os da grande propriedade" (Graziano da Silva, 1987:14). Havia diferenças específicas sobre a reforma agrária: os industriais eram contra indenização prévia em dinheiro; propunham o pagamento a prazo e em títulos públicos. Na verdade, como ela estava sendo financiada pelo Estado, não gostariam de ver recursos sendo desviados para resolver a questão agrícola. Não havia, ainda, como ocorrera na década de 70, integração do capital agrário e industrial (agroindustrialização). Medeiros (1982) sustenta que havia uma concordância absoluta na "condenação de qualquer reforma agrária radical". O questionamento da burguesia industrial não era na verdade, em relação à propriedade da terra, mas sim à manutenção das terras improdutivas, ao entrave econômico que a agricultura representava para o desenvolvimento industrial.

No início dos anos 60 é, portanto, quer pelas mobilizações camponesas, quer pela discussão sobre o caminho para o desenvolvimento econômico e social, extremamente intenso o debate sobre a questão agrária brasileira. Cresce a participação popular em relação às reformas estruturais, as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária, universitária,

etc.) (Pinto, 1995). O Governo João Goulart atribuía à estrutura agrária, altamente concentrada, o principal obstáculo à modernização e à adequação do setor agrícola brasileiro aos requisitos do desenvolvimento econômico e social, propondo mudanças na estrutura fundiária, por entender que as distorções do setor agrícola teriam origem no latifúndio (Linhares, 1999). Entre as medidas adotadas pelo Governo Goulart destacam-se: -a criação, em 11/10/62, da SUPRA - Superintendência de Política Agrária, com atribuições de formular a política agrária do país e planejar, promover e executar a reforma agrária; - a sanção, em março de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, que passa a normatizar as relações de trabalho no campo; - a assinatura, em 13 de março de 1964, por João Goulart prevendo a desapropriação das terras localizadas numa faixa até 10 Km ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídas pela União; - a mensagem enviada por Goulart, ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1964, pleiteando mudanças na Constituição de 1946, entre elas a desapropriação por interesse social, cujo pagamento deixaria de ser prévio e em dinheiro.

No entanto, no dia 31 de março de 1964, ocorre o Golpe de Estado, com o apoio das forças armadas e dos segmentos conservadores da sociedade brasileira. A maior parte das lideranças progressistas do país, incluindo deputados, senadores e governadores, é afastada da vida política através da cassação dos mandatos e/ou direitos políticos. Os movimentos sociais, principalmente os camponeses, os partidos e as organizações políticas de esquerda, passam a sofrer todo tipo de perseguição e eliminação.

1.3 - Regime Militar: o Estatuto da Terra e a Modernização Conservadora

Por ocasião do golpe militar de 64, vários países da América Latina estavam se propondo a realizar programas de reforma agrária, adequando sua legislação aos compromissos assumidos com a assinatura da Carta de Punta del Este, que em seu artigo 6º estabelecia:

impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral... a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que... a terra se constitua para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade

A tese cepalina prevalecente durante a década de 50 e início dos anos 60, apontava a estrutura fundiária concentrada, como sendo um dos entraves ao processo de desenvolvimento (industrialização operada através do processo de substituição de importação). A reforma agrária era defendida como medida de superação da agricultura tradicional, criando condições

para o desenvolvimento capitalista nacional, num contexto de urbanização emergente, geração de divisas, transferência de mão-de-obra, fornecimento de matérias-primas e alimentos e constituição de um mercado consumidor. O contexto sócio-político não podia encobrir a necessidade de dar uma resposta ao tema das reformas de base, e às reivindicações e acirrados conflitos entre camponeses e latifundiários. De outro lado, a pressão dos Estados Unidos, forjando sua expansão e domínio político sobre a América Latina num contexto ainda de guerra fria (Aliança para o Progresso), apoiava a execução da reforma agrária, desde que vinculada política e tecnicamente aos insumos difundidos pela revolução verde (Leite, 1995). Assim, o governo de Castelo Branco precisava construir argumentos técnicos que melhor justificassem a integração do setor rural à economia do país. O governo inclui entre suas prioridades a realização da reforma agrária, designando um grupo de trabalho sob coordenação do Ministro do Planejamento, para elaboração de um projeto de lei: nasce o Estatuto da Terra.

I. 3.1 - Estatuto da Terra e Política de Colonização

Medeiros (1982) observou que com a intensa repressão após o golpe, o Congresso aprovou não somente o Estatuto da Terra, como também a Emenda Constitucional que permitia a indenização em títulos de dívida pública. Ou seja, "reformas parciais poderiam existir, mas desde que a iniciativa delas não partisse de um movimento popular organizado". O movimento por uma efetiva reforma agrária havia sido derrotado, o Estatuto teria a função de um "colchão de amortecedor de conflitos, destacando o papel do desenvolvimento rural, conformando a via "democrática", em oposição à via "socialista" (Leite, 1995). Graziano da Silva (1987) atribui a derrota da reforma agrária também ao próprio limite da luta camponesa (luta pela terra), assim como às divisões de sua direção e ao isolamento em relação aos setores urbanos.

A Emenda Constitucional n.º 10, aprovada dia 10 de novembro de 1964, permite a União promover desapropriação da propriedade rural mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública. A Lei 4.504 (Estatuto da Terra), aprovada 20 dias após 30 de novembro de 1964, é bastante abrangente. A mensagem n.º 33 que encaminhou o projeto ao Congresso Nacional já anunciava:

não se contenta o projeto em ser uma lei de reforma agrária. Visa também à modernização da política agrícola do país, tendo por isso mesmo, objetivo mais amplo e ambicioso, é uma lei de Desenvolvimento Rural

O Estatuto está dividido em quatro partes: Título I - Disposições Preliminares, Título II - Da Reforma Agrária, Título III - Da Política do Desenvolvimento Rural, Título IV Das Disposições Gerais e Transitórias. O texto distingue as medidas de reforma agrária daquelas de política agrícola (ou de desenvolvimento rural). As questões relativas à tributação da terra e à colonização estão colocadas no título III - Da Política de Desenvolvimento, diferenciando o outro campo de atuação, Título II - Da Reforma Agrária (Pinto, 1995). Foram criados dois órgãos para tratar de diferentes ações: o IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ligado diretamente ao Presidente da República e o INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, vinculado ao Ministério da Agricultura (aos interesses do patronato rural).

Pinto (1995), assinala que a mensagem n.º 33, encaminhando o projeto de lei ao Congresso, reconhece a concentração fundiária no país, a dimensão político-social do problema agrário e estabelece o compromisso com a mudança da estrutura fundiária. São apresentados os fundamentos econômicos da reforma agrária e seu impacto positivo no aumento da oferta de produtos agropecuários, no crescimento do mercado consumidor, ressaltando a importância da função social da propriedade. O Brasil estava dotado do "instrumental jurídico e institucional necessário para desencadear um programa nacional de reforma agrária" (Pinto, 1995:69).

O Estatuto da Terra representava, portanto, mais do que uma resposta às lutas camponesas, era também a ferramenta para a burguesia industrial acelerar o desenvolvimento capitalista no campo. Houve uma reação inicial das associações patronais e líderes rurais à proposta do Estatuto, principalmente no que se refere à indenização em Títulos de Dívida Agrária. Por outro lado, acomodaram-se, ao serem convencidos pela burguesia industrial de que o Estado, por este instrumento, poderia aliviar os conflitos existentes através da colonização e estimular a transformação de latifúndios e minifúndios em modernas empresas rurais (Graziano da Silva, 1987).

O Estatuto da Terra marcou uma solução de compromisso (da grande burguesia industrial com a burguesia agrária tradicional e com os setores "remediados" do campesinato) só possível porque a conjuntura havia mudado: a lei de Reforma Agrária (seria melhor dizer: o capítulo da lei de Desenvolvimento Rural que fala na Reforma Agrária) surgiu no momento em que o movimento popular estava completamente desestruturado e, portanto, incapaz de cobrar sua aplicação". (Medeiros, 1982:131). Deixou-se de falar em desapropriação para falar em "titulação das terras, colonização, assistência técnica, cooperativismo, eletrificação, etc., "como sendo a verdadeira reforma agrária" (Graziano da Silva, 1987:17)

Segundo Pinto (1995) os membros mais combativos e comprometidos com o projeto de reforma agrária do grupo de trabalho que elaborou o Estatuto da Terra foram marginalizados, ficando de fora da primeira diretoria do IBRA. As primeiras iniciativas do Instituto se restringiram a levantamento de dados e sua análise (cadastramento dos imóveis) a partir de um aparato para processamento de informações muito avançado para a época. Em março de 1965, são baixados dois Decretos (nºs 55.889 e 55.891), nos quais, as atividades de zoneamento, cadastro e tributação são prioritárias em relação à desapropriação por interesse social, tornando a tributação, a assistência e proteção à família rural e a colonização como meios utilizados para execução da reforma agrária. Em 1967 o IBRA em grande encontro sobre ocupação do território, dá ênfase à colonização, à expansão da fronteira (atribuição prevista para o INDA). Em 1968 o IBRA é acusado de inoperância e corrupção administrativa em três relatórios: FAO, Relatório do General Luís Carlos Pereira Tourinho (interventor do IBRA) e do Grupo de Trabalho Interministerial (avaliação do IBRA). A FAO recomenda como meta, o assentamento de 250.000 famílias por ano, nos seguintes 20 anos (Pinto, 1995).

Desta feita, o então Presidente Costa e Silva (o 2º militar), baixou o Ato Institucional n.º 9, instrumento extremamente forte para viabilizar a desapropriação por interesse social: a) a justiça passou a ter um prazo de 48 horas para deferir a petição expropriatória e mais 24 horas para expedição dos mandados de imissão de posse e de transcrição de propriedade em nome do IBRA; b) o valor da indenização, não havendo acordo, seria o declarado para fins do ITR - Imposto Territorial. Segundo Pinto (1995), estes dispositivos nunca foram utilizados. O AI 9 foi um momento de rompimento na política anti-reforma após 64, ao eliminar a palavra prévia relativa à indenização, mas manteve a expressão "justo preço" (Graziano da Silva, 1987).

Visando incorporar a Amazônia à economia brasileira, antes mesmo que se regulamentasse a política de colonização, foram aplicados à Amazônia e ao Nordeste os incentivos fiscais (a partir de 1965) e criadas algumas agências federais: SUDECO - Superintendência da Região da Fronteira Sudoeste (1965); Sistema Nacional de Crédito Rural e o Banco da Amazônia (1966); estabeleceu-se a Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, parte do Maranhão e Goiás e os então Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá). Nesse mesmo ano foram promulgadas as normas referentes à política de colonização (Tavares dos Santos, 1996)

Em 1970, o Decreto-Lei n.º 1.110, de 09 de julho, extingue o IBRA e o INDA e cria o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, subordinado ao Ministério da Agricultura (um rebaixamento político e institucional, pois o IBRA era vinculado à

Previdência). Seu primeiro presidente assumiu anunciando prioridade à colonização. A partir de então, o Governo Federal lançou vários programas como substitutivos da reforma agrária, destacando-se: PIN - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (1971); -PROTERRA - Programa Especial para o Vale do São Francisco (1972) - POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (1974); - POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (1974).

Muitos outros programas similares foram criados no Centro-Oeste, Norte-Fluminense, Nordeste, Sul do Mato Grosso, Distrito Federal e entorno, Noroeste do Paraná, entre outros (Pinto, 1995).

Quinze anos após a criação do Estatuto da Terra, a ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária em evento realizado em Campinas constatou, entre outros: 9.327 famílias haviam sido beneficiadas através de projetos de reforma agrária em 39.948 projetos de colonização. O conjunto dos 50% dos menores imóveis do país detinha 4,4% da área total com uma área média de 4,4 ha em 1960, e 1,4% da área e 3,1 ha de área média em 1975. De outro lado, 1% dos maiores imóveis apropriavam 44,4% das terras com área média de 3.328 ha em 1960 e 44,6% das terra com área média de 3.576 ha em 1975. Concluiu-se que o Título II do Estatuto da Terra, que trata da Reforma Agrária, havia sido abandonado, enquanto o que trata da Política Agrícola, dirigido aos que possuíam terra, havia sido implementado em larga escala (Pinto, 1995).

Na mesma linha, Bergamasco & Norder (1995:170-171), criticamente consideraram:

O Estatuto da Terra, reconhecendo esta demanda dos trabalhadores rurais, preservou o instrumento da desapropriação por interesse social para efeito de reforma agrária, mas a administração acabou efetivamente por conceder, sem avisar, um prazo de 20 anos para iniciar (muito timidamente, no Governo Sarney) sua aplicação nos casos em que a propriedade fundiária não tivesse ainda se configurado como uma empresa rural

No início da década de 80, o INCRA (órgão para ações fundiárias) é marginalizado a partir da criação pelo General João Figueiredo (5º Presidente militar pós 64), de novas estruturas para enfrentar os conflitos pela posse da terra no norte do país: o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários - MEAF e os Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins - GEAT e o do Baixo Amazonas - GEBAM. Nos seis anos do Governo Figueiredo apenas foram colonizadas 37.884 famílias, numa média de 6.314 por ano.

No período autoritário-militar, considerado por Tavares dos Santos (1995), como momento da "Colonização Contra a Reforma Agrária - 1965 a 1984", foi implementada a mais relevante etapa do processo de colonização de novas áreas no Brasil contemporâneo

conforme ilustrado na tabela I.3: 262 programas de colonização (147 particulares e 115 oficiais). Atingindo 23.720.395 ha, sendo que a maioria das famílias, 83%, foi instalada nos programas oficiais de colonização (134.816), enquanto 27.652 famílias em programas particulares, de um total de 162.468 famílias.

TABELA I.3
PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO – BRASIL –LISTA GERAL
PERÍODO 1965 – 1984
ORDENADO POR ANO DA INSTALAÇÃO

ANO	PROGRAMA			AREA (ha)			FAMÍLIAS		
	TOTAL	OF	Part	TOTAL	OF	Part	TOTAL	OF	Part
65	1	1	0	820	820	-	65	65	-
66	1	1	0	19.724	19.724	-	1.180	1.180	-
67	2	2	0	25.882	25.882	-	940	940	-
68	5	1	4	35.154	7.733	27.421	729	221	508
69	3	0	3	10.498	-	10.498	347	-	347
70	5	2	3	545.009	529.034	15.975	6.443	5.662	781
71	6	4	2	869.506	839.019	30.487	9.419	7.709	1.710
72	11	5	6	997.208	866.591	130.617	11.548	9.414	2.134
73	4	3	1	130.088	68.638	61.450	2.134	1.025	1.109
74	2	0	2	166.561	-	166.561	80	-	80
75	24	5	19	3.407.397	2.010.677	1.396.70	27.704	19.65	8.059
76	12	1	11	217.822	6.124	211.698	2.366	324	2.042
77	12	1	11	424.307	317.588	106.719	6.965	6.417	584
78	22	2	20	7.711.860	7.115.750	596.110	21.625	19.11	2.484
79	12	3	9	720.163	612.000	108.163	4.498	3.831	667
80	25	13	12	2.157.477	1.954.525	202.952	26.410	24.72	1.708
81	34	19	15	1.129.053	823.783	305.270	13.186	10.13	2.993
82	41	29	12	3.388.773	3.239.016	149.757	20.003	19.10	843
83	19	7	12	1.499.187	1.183.082	316.105	4.778	3.846	932
84	21	16	5	263.906	234.535	29.371	2.048	1.341	707
TOTAL	262	115	147	23.720.395	19.854.521	3.865.4	162.468	134.6	27.652

Fonte: INCRA (Tavares dos Santos, 1995)

Ainda Tavares dos Santos (1995), considera que os programas de colonização estiveram fortemente presentes em três das quatro correntes migratórias interregionais que se configuraram desde a década de 1970: Nordeste-Sul; Sudeste-Oeste; Nordeste-Norte; Sul-Amazônia Ocidental. Como resultado da modernização desigual e excludente da agropecuária, como também da política de colonização, o espaço social agrário tornou-se mais complexo: crise do campesinato meridional (vai para o Oeste da região Sul, depois, nos anos 70, para a Amazônia Ocidental); proletarianização dos trabalhadores na agricultura ("bóia-fria" nas regiões cafeeiras do Paraná e de São Paulo, e do açúcar no Rio de Janeiro e na Zona da Mata Nordestina); reaparecimento na cena social e política, do camponês posseiro (luta pela posse da terra e contra os capitalistas rentistas na Amazônia) e a produção do "colono-

modelo" (aquele que adota a modernização tecnológica do modelo de desenvolvimento, idéia de "progresso" cristalizada, politicamente conformista e submisso).

A expansão dos programas de colonização não impediu o recrudescimento dos conflitos agrários, sobretudo em função da violência por parte das classes dominantes agrárias, em defesa da propriedade e das relações de trabalho extorsivas. Multiplicam-se lutas sociais:

a partir de 1974, as lutas pelo valor do produto na região Sul, desde 1978, as lutas pela terra, a partir do Rio Grande do Sul e da Amazônia; e desde 1979, as lutas pelos direitos do trabalho e as greves nas regiões cacaueiras e canavieiras e no Sudeste (Tavares dos Santos, 1995:51).

1.3.2 - A Modernização Conservadora

Como já assinalamos, a necessidade de aumentar o mercado interno para garantir o consumo dos produtos das indústrias nascentes, era um dos principais argumentos para se conquistar a burguesia industrial como aliada na defesa da reforma agrária nos anos 60. A distribuição dos latifúndios possibilitou aos pequenos produtores constituídos o aumento da produção agrícola de alimentos e matérias primas, transformando-os em consumidores de produtos manufaturados. Havia uma unificação das lutas de trabalhadores rurais e urbanos, que reivindicaram a formação de instituições democráticas no sentido de promover o desenvolvimento econômico, a partir de um Estado Democrático. Com o golpe de 64, o Estado interveio e reprimiu as organizações urbanas e rurais, desmantelando sindicatos e movimentos sociais. A reforma agrária deixou de ser prioridade para se atingir o desenvolvimento. Os empresários rurais, fazendeiros e representantes políticos aprovaram um programa de crescimento econômico favorável à implantação do capitalismo moderno no setor agrícola, desconsiderando agora, a necessidade de acabar com o latifúndio. O Governo de Castelo Branco estipulou uma dinâmica política autoritária que determinou novas relações no processo de consolidação do poder (Teixeira, 1991).

O Estatuto da Terra foi um marco importante no debate da época, que antes do golpe vislumbrava um desenvolvimento agrário alternativo, embora "a modernização agrária não se resume ao Estatuto, nem o Estatuto se limita ao modelo de modernização implantado" (Leite, 1995:141). O Título III - Da Política de Desenvolvimento Rural - refletia alguns elementos das transformações em curso na base técnica dos estabelecimentos rurais e anunciava diretrizes no sentido de modernizar os latifúndios, apesar de prever a desapropriação de latifúndios por dimensão (área de 600 módulos rurais) (Leite, 1991). Com o Estatuto ficava atribuída uma "função social" à empresa rural, sendo necessário implementar políticas agrária

e agrícola que possibilitassem o reordenamento de uma nova lógica capitalista para o campo. Nesse sentido, o Estatuto da Terra foi elaborado para permitir a modernização na agricultura e atender demandas sociais e reivindicações dos trabalhadores rurais e diversos setores da sociedade brasileira (Teixeira, 1991). Mas, não foi isto que aconteceu, como reconhece José Gomes da Silva, um dos participantes da elaboração do Estatuto:

ante as dificuldades políticas e operacionais para desencadear a reforma agrária, o Estatuto da Terra acabou patrocinando a "modernização conservadora", que alargou as desigualdades na agricultura, elevou o preço das terras agrícolas, destruiu a propriedade agrícola familiar e consolidou o latifúndio (Gomes da Silva, 1992).

Leite (1995), traduzindo o que Graziano da Silva (1987) chamou de "modernização conservadora ou modernização dolorosa", o conjunto de políticas e processos relacionados ao campo e implementados após o golpe, que mantém a estrutura fundiária altamente concentrada ao lado dos desdobramentos perversos no campo social e político, sobretudo. O referido autor descarta o termo "modernização" como o exclusivo emprego de novas tecnologias aplicadas ao processo produtivo agropecuário e lembra, citando Palmeira (1985), que ela tem raízes em meados dos anos 50, quando se deflagram alguns dos processos que pontuaram a dinâmica das relações sociais ligadas à questão agrária:

a expropriação do campesinato, a inserção da Igreja Católica nas lutas do campo, a alteração na base de dominação nas relações de trabalho tradicionais, a presença do Estado através de políticas e normas legislativas, a reestruturação da matriz produtiva e tecnológica do agro, etc. (Leite, 1995: 142)

A partir dos anos 70 os governos militares intensificaram as políticas para que fosse possível mudar o perfil da agricultura, lançando mão de instrumentos de política econômica (crédito subsidiado, incentivos fiscais), fundiária, tecnológica e industrial. As políticas foram orientadas para criar uma integração agricultura-indústria, como sintetizado por Ribeiro (1991) no tripé: "veneno-adubo-trator". É criado o círculo vicioso da dependência, que incorpora o crédito como instrumento essencial.

O produtor passou a carecer de dinheiro para produzir, a converter o dinheiro em insumos e os insumos em mercadoria agrícola. A relação produtor-mercado, que era eventual e não sistemática, transformou-se numa relação de constância e dependência. O agricultor passou a comprar e a vender sempre, associando sua atividade à oscilações de preço, de técnicas e de políticas(...) tratava-se de expandir, aperfeiçoar e integrar a produção de mercadorias agrícola (Ribeiro, 1991:06).

Buscava-se o aumento da produção e da produtividade agrícola e dessa forma, o aumento da competitividade da produção interna, bem como a produção de excedentes

exportáveis. Isso seria possível através da aplicação de um amplo pacote tecnológico denominado "Revolução Verde", que já encontrava disponibilizado em escala mundial.

Para atingir tal objetivo foi decisiva a ação do Estado, via adoção pelo governo de uma política de crédito rural implantada a partir de 1965, consubstanciada no SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural). Com o crédito farto e barato, difundiu-se junto aos agricultores o pacote tecnológico baseado no uso intensivo de máquinas, equipamentos, insumos, sementes e raças selecionadas (Silva, 1982; Delgado, 1985; Martine & Beskow, 1987). Não foram considerados os possíveis impactos ambientais e sociais dessa modernização. Os objetivos relacionavam-se exclusivamente a resultados econômicos. Outros instrumentos foram decisivos na difusão do "pacote moderno" no início dos anos 70, como a criação da EMBRAPA (1972) que desenvolveria pesquisas na perspectiva de buscar tecnologias adaptáveis à realidade brasileira (leia-se: adaptáveis ao pacote proposto) e a criação da EMBRATER (1973) que difundiria através de um programa de extensão rural, a aplicação do novo modelo. Outros centros de pesquisas e universidades serviriam também como instrumentos dessa política.

Leite assim sintetizou os diversos aspectos das políticas que caracterizaram a modernização conservadora:

O panorama mais geral pode ser verificado pela concretização de um processo caracterizado segundo os diversos aspectos: econômico (ao concentrar os recursos financeiros disponíveis, como crédito rural, incentivos fiscais e subsídios agrícolas); ecológico (ao adotar e generalizar o uso de um padrão tecnológico calcado no binômio mecanização/química mineral, com conhecidos impactos sobre o meio ambiente); produtivo (ao promover o processo de "industrialização e agroindustrialização" do campo, intensificando a interface agricultura-indústria, calcada numa estrutura altamente oligopolizada); trabalhista (ao incrementar a sazonalidade da mão-de-obra, sobretudo nas culturas exportáveis, ao mesmo tempo em que reforçava o atrelamento da estrutura sindical ao Estado); financeiro (ao estimular a ingerência do capital financeiro na agricultura, tendo como um dos resultados a valorização dos recursos fundiários); demográfico (ao transferir mais de 28 milhões de pessoas do campo para a cidade no período de 1960 a 1980, e deslocar, com uma infraestrutura precária, trabalhadores do centro-sul para projetos de colonização na Amazônia); social (ao manter, ainda, condições suficientes de trabalho e transporte no campo, aliada à uma política de arrocho salarial geral, com reflexos na diminuição da demanda por alimentos no mercado interno); geográfico (ao centralizar a modernização em determinadas regiões do país, não eliminando os bolsões de pobreza no agro)(Leite, 1994:142-143)

Como o eixo da política era expandir, aperfeiçoar e integrar a produção de mercadorias agrícolas,

os resultados sociais e ambientais da modernização sempre foram tratados pelos governos como efeitos marginais problemáticos de uma política estruturalmente correta. Os marginalizados por tal política sempre foram objetos de ações paliativas e assistenciais. Foram o ônus das vantagens do desenvolvimento agrícola, cujo centro motor era a mercadoria. Jamais as relações sociais que existiam na produção dessa mercadoria. Na virada dos anos 70, a integração agricultura-indústria sedimentou-se. Aumentou a massa de miseráveis, expropriados e excluídos, criando ao mesmo tempo o segmento capitalizado, capaz de responder prontamente às demandas de mercado e aos estímulos do governo. A renda e a produção na agricultura concentraram-se fantasticamente, levando um pequeno grupo de produtores a responder pela quase totalidade da produção mercantil (Ribeiro, 1991:06).

Verificou-se a partir de então, na agricultura brasileira, uma evolução dos chamados complexos rurais (grandes propriedades com nível de consumo e produção de subsistência interna) para os complexos agro-industriais.

A dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior. A divisão social do trabalho era incipiente grande parte dos bens produzidos nas fazendas só tinha valor de uso, não existindo praticamente mercado interno. Com o início nos anos 60 da industrialização da agricultura constitui-se um seguimento específico do DI (setor produtor de bens de capital) destinado a fornecer máquinas e insumos para o campo, transformando as relações de trabalho (assalariamento no Centro-Sul do país). A agricultura deixa de produzir valores de uso, para produzir mercadorias (valores de troca), passando a operar como uma indústria de um ramo de produção: compra de insumos e força-de-trabalho, e vende seus produtos (matérias primas para outras indústrias), passando o processo produtivo a exibir a divisão social do trabalho (Graziano da Silva, 1987).

A agricultura assume uma dinâmica que extrapola os mecanismos internos da própria atividade, como também do segmento do mercado interno versus mercado externo. A nova dinâmica é assim explicada por Graziano da Silva (1997:20):

Trata-se agora de uma dinâmica conjunta do tripé "indústria para agricultura-agricultura -agroindústria" que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação. É a fase de constituição dos complexos agro-industriais (CAIs). O conceito chave por trás deste novo padrão de desenvolvimento de agricultura é o de integração de capitais, isto é, o processo de "centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc. que por sua vez fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integrados verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais) (Delgado, 1985:134)

Passou-se a falar dos complexos da soja, do álcool, da cana.

Não podemos mais falar de agricultura de mercado externo, agricultura de mercado interno, porque cada um desses complexos é ao mesmo tempo exportador e importador; ao mesmo tempo produz para o mercado externo e

para o mercado interno. A soja é um bom exemplo disso (Graziano da Silva, 1994:138).

Esse processo foi profundamente desigual (e até mesmo parcial) e excludente, seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor. Os pequenos produtores (menos favorecidos) não foram beneficiados, em igual medida, às facilidades de créditos, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. A modernização provocou um processo violento de concentração da renda, de concentração da terra, gerando, de outro lado, a miséria.

Ainda Graziano da Silva (1994) apontou três resultantes do desenvolvimento capitalista a partir da modernização nos anos 80. A primeira foi "a integração entre capitais" (bancários, industriais, agrários): grandes bancos, grandes indústrias são também proprietários dos complexos agro-industriais. Houve também uma integração dos capitais na constituição de blocos de capitais no campo. Não existe mais uma burguesia agrária, "hoje ela é parte de uma burguesia brasileira, de uma burguesia em geral, internacionalizada, inclusive, com interesses profundamente imbricados entre si" (Graziano da Silva, 1994: 139-140).

A Segunda consequência nos anos 80 foi a "redução do papel da pequena produção" nesse processo de desenvolvimento capitalista, que desde a década de 70 foi perdendo seu espaço, quer seja como produtora de bens, quer seja como reserva de mão-de-obra. A partir de 75 com os grandes projetos governamentais do II PND, como o PROÁLCOOL, a pequena produção foi compactada à produção de bens de salários, ou seja, produção de bens alimentícios e produção de força de trabalho. No entanto, formaram-se grandes contingentes de mão-de-obra temporária nas periferias das cidades (bóias-frias, clandestinos), tornando desnecessária a reserva de mão-de-obra representada pelo pequeno produtor que se assalariava temporariamente nas épocas de safra. A pequena produção perdeu também o seu papel produtivo, tanto em função da concentração da produção, como também em função da mudança dos padrões alimentares e de urbanização impostos pelo desenvolvimento capitalista. A agricultura foi deixando de alimentar o brasileiro, cedendo lugar para a indústria de produtos alimentícios (macarrão, sardinha, ovo, etc.). A pequena produção foi ficando restrita à alguns produtos (verduras, milho, arroz, feijão, mandioca), atendendo a pequenos mercados, enquanto a força de trabalho das grandes metrópoles era alimentada pela agroindústria: feijão produzido pelo capitalista em Goiás e interior de São Paulo e arroz produzido pelo capitalista no Rio Grande do sul, por exemplo (Graziano da Silva, 1994).

A terceira resultante apresentada por Graziano da Silva nos anos 80 se refere à "redução da sazonalidade do trabalho". Durante os anos 60 e 70 havia crescimento dos picos de mão-de-obra nas épocas de colheita, que reduzem bruscamente em 82, 83, seja pela

substituição por culturas mais fortemente mecanizadas, seja pela introdução da mecanização em culturas que tinham graus menores de mecanização na colheita (algodão, cana), seja ainda por um processo interno de combinação de culturas onde se volta a contratar mão-de-obra permanente em uma série de estabelecimentos agropecuários.

O Capitalismo desenvolveu, portanto, enormemente no campo, nos anos 70 e 80, tendo o latifúndio não como empecilho, mas como instrumento para o crescimento rápido e concentrado. A grande propriedade facilitou a implantação do crédito rural, da mecanização, da monocultura. Três formas clássicas do capitalismo são descritas por Stédile (1994) para explicar a sua entrada no campo: acumulação, concentração e centralização. As políticas econômicas dos governos com créditos fáceis, com preços subsidiados para a exportação, facilitaram o processo de acumulação dos grandes proprietários. A partir dessa acumulação obtida, por exemplo, com o café, soja, PROALCOOL dos grandes projetos, os capitalistas foram comprando mais terras e expulsando os pequenos proprietários, quanto maior era o lucro, mais rápida era a concentração da terra. Só no Estado do Paraná, em um ano (1975) cem mil pequenos produtores venderam suas terras, relata Stédile. O terceiro movimento do capital no campo brasileiro foi a centralização, o capitalista além de atuar na agricultura, passa a atuar no comércio, na indústria, no capital financeiro. As grandes propriedades rurais passaram para as mãos de grandes grupos econômicos que operam em várias áreas como banco, comércio, indústria. Apenas 46 grandes grupos econômicos controlavam, sozinhos, nos anos 80, mais de 20 milhões de hectares.

Além de outros impactos sociais e ambientais da modernização agrícola, que vão se intensificar com novas dinâmicas a partir da abertura política em 1985, comentadas na próxima seção, é importante reforçar que, no período do regime militar, a investida do capitalismo no campo trouxe como grave consequência o aumento da concentração da propriedade da terra e a recusa (histórica) da realização de uma reforma agrária. Em 45 anos ocorreu uma extraordinária concentração fundiária. Tomando as duas classes extremas da distribuição das terras em 1985, identifica-se: menos de 2.174 estabelecimentos agrícolas com mais de 10.000 ha (menos de 0,04% do total) ocupavam 56,3 milhões de hectares (15%), enquanto a maioria de 3.085.779 estabelecimentos com menos de 10 ha ocupavam pouco mais de 10 milhões de hectares, apenas, portanto, 2,6% do total das terras (Oliveira, 1994).

Em 1988, o INCRA divulgou a relação dos maiores latifundiários registrados no Brasil. Identifica-se que a maioria absoluta desses latifúndios está localizados na Amazônia e que apenas 26 proprietários concentram 3% do território brasileiro (Oliveira, 1994).

1.4 - A Questão Agrária da Nova República à Era FHC

Com o fim do regime militar, inúmeras lutas dos trabalhadores rurais que estavam abafadas, passam a determinar a agenda da reforma agrária no país até o final da década de 90. O nascimento do MST(1994), uma maior combatividade da CONTAG pela interferência de sindicalistas cutistas, a organização de dezenas de outros movimentos e a própria crise econômica em que mergulha o país, recoloca de forma extraordinária a questão da luta pela terra. As ocupações de latifúndios passam a ser o método prioritário das ações dos sem terras, provocando a ira dos latifundiários pecuaristas, que se organizam em torno de entidades como a UDR(União Democrática Ruralista), radicalizando os conflitos no campo.

O PNRA do período Sarney, a disputa na constituinte, a opção neoliberal de Collor, a regulamentação da função social da propriedade (Itamar), o expressivo apoio popular que adquire a reforma agrária, as políticas para contenção das ocupações adotadas por FHC, são algumas das questões que marcaram o período.

1.4.1 - Nova República (PNRA), Governos Collor e Itamar

Mesmo com a promoção do desenvolvimento desigual e excludente do capitalismo na agricultura brasileira via Estatuto da Terra e modernização conservadora, e, mesmo com a repressão imposta aos movimentos e organizações políticas dos trabalhadores, não deixaram de existir disputas e conflitos pela posse da terra. De meados da década de 60 até o final dos anos 70, os conflitos fundiários triplicaram, e o governo, na perspectiva de controlar a questão agrária, determinou a militarização do campo. Diferentes e combinadas formas de violência foram praticadas, como a do jagunço da força privada (com amparo da força pública) ou da polícia (escorada na Justiça), sempre patrocinada por grileiros e grandes empresários na defesa dos interesses do latifúndio. No ano final do governo militar, 1985, um trabalhador rural era assassinado a cada dois dias (Fernandes, 2000).

À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as CEB's - Comunidades Eclesiais de Base, que haviam florescido em todo o país, tornaram-se os espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Os bispos que atuavam na chamada Amazônia Legal, preocupados com a violência e a falta de acesso à terra por parte dos posseiros que se aglomeravam em centenas de povoados ao longo das estradas, reuniram-se em Goiânia em 1975, para fundar a CPT - Comissão Pastoral da Terra. A CPT se espalha em nível dos Estados e dioceses, recuperando o trabalho pastoral, que apoiado na Doutrina Social da Igreja,

tinha como bandeira "a terra é para quem nela trabalha". Em 1980, na Assembléia dos bispos, em Itaici, é produzido o documento "A Igreja e os Problemas da Terra", que foi um avanço doutrinário histórico, influenciando toda a esquerda, pois uma de suas teses era de que "a terra devia ser para trabalho e não para negócio", contestando a visão de aliança com a burguesia para se conquistar a reforma agrária. A CPT foi articuladora do surgimento de novos movimentos (Stédile, 1994; Fernandes, 1998). A violência, os danos ambientais, a insatisfação dos assalariados agrícolas, o crescimento do desemprego e o desgaste da colonização indicavam que o modelo estava esgotando sua capacidade de convencimento de toda a sociedade brasileira (Bergamasco, 1995)

No início da década de 80 as experiências com ocupações da terra nos Estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso Sul, e frente a repressão política e a expropriação dos camponeses resultante do modelo econômico, nasceu "o mais amplo movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST" (Fernandes, 2000:05), fundado em janeiro de 1984, no município de Cascavel-PR, que depois realiza o seu Primeiro Congresso, em 1985, em Curitiba-PR, abrindo caminho para sua organização nas regiões Nordeste e Amazônia, territorializando a luta pela terra. A ocupação da terra foi definida como a principal forma de resistência da luta camponesa (Fernandes, 1999). A Central Única dos Trabalhadores - CUT e o Partido dos Trabalhadores - PT, também tiveram importante participação na representação de segmentos sociais gestados (e sufocados) durante a ditadura. A reforma agrária retorna à cena política nacional, tendo ao lado de antigos personagens (posseiros, arrendatários, parceiros, colonos, meeiros), novos setores sociais: o empresários agro-industrial, o bóia-fria, o pequeno agricultor tecnificado e integrado a agroindústria. Essas novas organizações (MST, CUT, PT) tiveram que enfrentar também a resistência do sindicalismo rural, representado pela CONTAG, que era o órgão reconhecido pelo Estado como representante dos trabalhadores rurais (Bergamasco, 1995).

Com a morte de Tancredo Neves, que fora eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, o seu vice, José Sarney, depois de 21 anos de governos militares, tomou posse em 1985, inaugurando a Nova República. Sarney mantém o compromisso assumido por Tancredo com a CNBB e a CONTAG, no sentido da realização de um efetivo programa de Reforma Agrária. Cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), ao qual se subordinava o INCRA. Como Ministro é nomeado o advogado e professor universitário do Pará, Nelson Ribeiro, e como Presidente do INCRA, José Gomes da Silva, membro do Grupo de Trabalho que elaborou o Estatuto da Terra e um histórico defensor da reforma agrária.

Sarney e vários de seus ministros compareceram no Congresso da CONTAG em maio de 1985 e na presença de 4 mil delegados reforçou o seu compromisso com mudanças estruturais no agro brasileiro.

O INCRA elaborou então, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cuja meta previa o assentamento de 1.400.000 famílias ao longo de cinco anos e a arrecadação de 430.000 Km² de terras.

O PNRA sofreu várias pressões de forças políticas contrárias à sua realização, que se articularam em todo o país, inclusive no Congresso Nacional. Surge a UDR - União Democrática Ruralista, que articulava os segmentos patronais contrários à desapropriação por interesse social, até mesmo das terras ociosas, e propunha, publicamente, a violência armada para enfrentar a questão agrária brasileira (Bergamasco, 1995). A CNA (Confederação Nacional da Agricultura), a SRB (Sociedade Rural Brasileira) e a UDR, bateram frontalmente contra a reafirmação do artigo 15 do Estatuto da Terra: "A implementação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social." Segundo as entidades patronais, esse dispositivo provocaria um aumento das invasões e dos conflitos pela posse da terra, o que de acordo com Sarney e o Ministro da Agricultura, não seria tolerado (Bergamasco, 1995).

Mantendo a meta de 1,4 milhões de beneficiários, o PNRA foi editado, mas com mudanças radicais, revelando o recuo do governo e a inviabilidade das metas, levando o Presidente do INCRA e sua equipe a se demitir. Algumas alterações foram bastante "originais", assim comentada por Pinto (1995:74):

os latifúndios (por dimensão ou por exploração) que estejam cumprindo sua função social não poderão ser desapropriados; outro torna as áreas com alta incidência de arrendatários ou parceiros, não desapropriáveis. Em outras palavras, a primeira cria o latifúndio produtivo; a Segunda colide frontalmente com o Estatuto da Terra (artigo 20) que reza exatamente o contrário

Assim, o governo da Nova República, que se prolonga até 1990, deixa como saldo um número extremamente reduzido de beneficiários de projetos de reforma agrária, menos de 10% da meta original, ou seja, 90.000 famílias assentadas em 4.500.000 ha desapropriados.

Um outro momento de grande disputa em favor da reforma agrária durante a Nova República, foi durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1988. As entidades progressistas e os movimentos dos trabalhadores rurais propuseram um emenda popular da reforma agrária com mais de 1,2 milhões de assinaturas. No entanto, os interesses dos latifundiários, representados pelo "Centrão" (bloco conservador) na Constituinte, e orquestrados pela UDR, prevaleceram. Foi aprovado um dispositivo genérico, tornando a

propriedade produtiva intocável, sem definir, entretanto, o que seria propriedade produtiva. Isso ficaria a cargo de legislação complementar, que regularia o artigo 185 da Constituição. A inexistência dessa regulamentação e da aprovação da Lei Complementar que definiria o Rito Sumário, praticamente inviabilizou as desapropriações até 1993.

Em relação à política agrícola adotada pelo Governo Sarney, a escassez de recursos impediu o governo de continuar financiando o processo de concentração de capital na agricultura, no mesmo ritmo dos anos 70, mas o governo bancou preços mínimos de garantia e condições de exportação, que permitiram ao setor capitalizado continuar em expansão, dando um ar de "neutralidade" ao governo, já que o crédito subsidiado e o incentivo fiscal não puderam ser oferecidos (Ribeiro, 1991). Assim, podemos destacar os seguintes aspectos da agricultura no período Sarney: "a) ação "neutra" do governo em relação ao financiamento da produção; b) fortalecimento do setor empresarial agrícola, que soube usar os instrumentos colocados à sua disposição e continuou se expandindo; c) redução, e quase desaparecimento da ação "assistencial" agrícola do governo; d) crescimento e consolidação do segmento agro-industrial" (Ribeiro, 1991:08).

Collor assumiu em 1990 com a proposta de assentar 500 mil famílias. Na prática, entretanto, extinguiu o MIRAD e, com sua política de desmantelamento da administração pública, "acelera o processo de desgaste a que vinha sendo submetido o INCRA há diversas gestões", colocando-o novamente, subordinado ao Ministério da Agricultura, que passa a se chamar Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA (Pinto, 1991). O processo de assentamento no Governo Collor foi bastante inexpressivo, conforme mostra a tabela I.4:

TABELA I.4
PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO – BRASIL –LISTA GERAL
PERÍODO 1985 – 1994
ORDENADO POR ANO DA INSTALAÇÃO

ANO	PROGRAMA			AREA (ha)			FAMÍLIAS		
	TOTAL	OF	Part	TOTAL	OF	Part	TOTAL	OF	Part
				29.435	29.435	-	-	-	-
85	3	3	0	401.383	401.383	-	12.409	12.409	-
86	69	69	0	1.639.452	1.639.452	-	32.884	32.884	-
87	222	222	0	1.697.442	1.697.422	-	22.906	22.906	-
88	111	111	0	717.131	717.131	-	16.326	16.326	-
89	100	100	0	231.363	231.363	-	3.312	3.312	-
90	21	21	0	806.075	806.075	-	14.368	14.368	-
91	78	78	0	1.755.933	1.755.933	-	23.739	23.739	-
92	130	130	0	165.091	165.091	-	4.268	4.268	-
93	37	37	0	682.123	682.123	-	11.710	11.710	-
94	79	79	0	8.125.428	8.125.428	-	141.922	141.922	-
TOTAL	850	850	0						

Fonte: INCRA (Tavares dos Santos, 1995)

Mas, foi na formulação da política agrícola que o Governo Collor se diferenciou bastante de Sarney. Conforme estudou Ribeiro (1991), ela era herdeira de uma tradição mais antiga, dos governos Médici e Geisel. A proposta era de revolucionar a agricultura em patamares bem mais avançados, uma agricultura integrada, tecnificada e ancorada pela inovação da tecnologia. Na realidade não contemplava todo o setor produtivo, mas apenas aqueles que nos últimos 20 anos tinham dado saltos qualificativos em termos de técnica e capital.

As propostas estruturais da era Collor são assim analisadas por Ribeiro: o Estado não pode bancar a agricultura nos anos 80, mas mesmo assim foi o setor que mais cresceu na "década perdida" em capitalização, concentração e produtividade. Então o Governo Collor redefine o seu papel, assumindo uma ação timidamente reguladora, deixando o setor agrícola se autogerir. Outras medidas propostas foram o estímulo à integração, a regionalização da produção e o incentivo à capitalização (Ribeiro, 1991). As "pedras" no caminho de Collor não o permitiram ver os resultados finais, mas estava dado o sinal para que pudesse ser incrementado o projeto neoliberal no campo.

O Governo Itamar (1992/94), a partir das ocupações massivas de terras que se davam por todo o país e da pressão da sociedade, procurou retomar alguma iniciativa de assentamentos. Aprovou um Programa Emergencial para atender 80 mil famílias, das quais 23 mil são atendidas com a implantação de 152 projetos, numa área de 1.228.999 ha (tabela 1.4).

Foi também durante o Governo Itamar que se retomou a disputa entre os contra e os a favor da reforma agrária no Congresso nacional. A bancada dos setores à esquerda fez todo esforço e negociação para que fossem regulamentados os dispositivos sobre a desapropriação, definição de propriedade produtiva e rito sumário, depois de vários projetos engavetados pela bancada ruralista. Com uma postura progressista frente aos apelos das entidades representativas dos trabalhadores, Itamar aprovou, com importantes vetos, a Lei Agrária (Lei n. 8.629), no ano de 1993. A partir de então, estava criado um importante instrumento, pois, na sua ausência, o Poder Judiciário havia inviabilizado as desapropriações.

Dentre outros pontos a lei estabelece: todos os imóveis que não cumprir a função social, inclusive a propriedade produtiva, podem ser objeto de desapropriação por interesse social, exceto a pequena e a média propriedade, quando o seu proprietário não possua outra; propriedade produtiva é aquela que apresenta grau de eficiência de 100% e grau de utilização de no mínimo 80%; cumpre sua função social o imóvel rural que, simultaneamente, seja produtivo, utilize adequadamente os recursos naturais disponíveis e preserve o meio ambiente, observe a legislação trabalhista cuja exploração favoreça o bem-estar do proprietário e dos

trabalhadores; pequena propriedade é o imóvel rural com área contínua de 1 a 4 módulos fiscais (varia por região); média propriedade é o imóvel rural com área superior a 4 até 15 módulos fiscais; grande propriedade é o imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais; a indenização deve ser prévia e em dinheiro para as benfeitorias úteis e necessárias e em Títulos de Dívida Agrária (TDAs) para a terra nua; os beneficiários são os trabalhadores rurais (homem ou mulher) que recebem títulos de domínio ou concessão, inegociáveis por 10 anos.

Os assentamentos realizados no período de 1985 a 1994 (de Sarney a Itamar), são apresentados conforme tabela 1.4: 850 programas de assentamento, todos de responsabilidade oficial, envolvendo 141.922 famílias, e cobrindo uma área de 8.125.428 ha. Percebe-se uma rápida aceleração da instalação de famílias de agricultores no Governo Sarney, uma queda no Governo Collor e uma pequena retomada no Governo Itamar.

Segundo Tavares dos Santos (1995), que denomina esse período como "Momento da Reforma Agrária Limitada", ocorreu uma progressiva retirada do Estado da política do bem-estar social no campo, aumentando a exclusão social. Acentuou-se a configuração dos camponeses vinculados por contrato às agroindústrias, em particular na avicultura e suinocultura no sul e sudoeste do país.

Nesse período também os grandes personagens foram os camponeses e trabalhadores sem terra, protagonistas do MST como forte organização política que se disseminou por várias regiões brasileiras, recusando a política de colonização e recolocando a questão da função social da propriedade fundiária, e a necessidade da efetivação da reforma agrária; apareceram também, formas cooperativas e coletivas de produção nos assentamentos.

Com apoio da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores (principal partido inserido nos movimentos de luta pela terra), os trabalhadores sem terra vão territorializando a luta pela terra, que assume cada vez mais uma dimensão política, possibilitando o surgimento de vários outros movimentos de sem terra, além do MST, e se articulando com vários setores do operariado urbano e da intelectualidade. Os sem terras vão dimensionando os espaços de socialização política transformando-os em espaços de luta e resistência, assim explicado por Fernandes (1999:06):

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição de territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem-terra migram para todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária

Outro fator importante que ocorreu no seio do movimento sindical dos trabalhadores rurais, nesse período, foi a radicalização de suas bases, empurrada pela crise e pela exclusão. Centenas de oposições cutistas conquistaram sindicatos e federações, culminando com a filiação da CONTAG à CUT (Central Única dos Trabalhadores) no seu 6º congresso em 1995. A CONTAG, ainda que mantivesse um certo burocratismo herdado de sua estrutura sindical e determinados níveis de conciliação, assumiu uma postura muito mais ofensiva em relação a defesa da reforma agrária e da construção de um "desenvolvimento rural sustentável" reivindicando a representação de 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em 3.656 sindicatos e 25 federações estaduais.

I.4.2 - A Política Agrária do Governo FHC

Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República em 1995, sob um evidente crescimento e radicalização das lutas dos sem terra através das ocupações, manifestações e marchas. Em julho daquele ano, o MST realizou o seu 3º Congresso Nacional, onde a partir de suas resoluções, fica evidente a avaliação extremamente crítica dos camponeses sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, como abaixo sintetizamos (MST, 1995):

A agricultura brasileira está subordinada à lógica do capital e o desenvolvimento do capitalismo no campo se deu com uma ampla integração dos capitais industrial, financeiro, comercial e agrário, estando a agricultura subordinada à indústria. A produção agropecuária no Brasil representa apenas 12% do PIB, mas se considerado o valor de produção, incluindo todo o setor agro-industrial, chega a 30%.

As classes dominantes e seus governos aplicavam uma política econômica para a agricultura com objetivo de produzir para exportar, produzir para o mercado interno a preços baixos (manter baixo o custo da reprodução da força de trabalho), liberar a mão-de-obra do campo para a cidade, produzir matérias primas baratas para a indústria. O Estado foi o principal agente dessa dinâmica, mudando o padrão tecnológico e alterando as relações sociais no meio rural. O desenvolvimento está vinculado também aos interesses do capital internacional (multinacionais e integração da produção de acordo com a divisão internacional do mercado).

Aumenta a exploração do trabalho (baixos salários, baixos preços realizados pelo produtor familiar, concentração da renda). A assistência técnica (EMBRATER) foi utilizada unicamente para implementar produtos e tecnologias que interessavam ao processo capitalista

da agricultura. Exploração predatória das riquezas da Amazônia Legal (madeira, minérios, pecuária extensiva) sem nenhum proveito para a população local.

Ocorreu um aprofundamento das desigualdades e multiplicaram-se as classes sociais no campo, a saber:

- 1) a burguesia agrária - origem industrial, comercial, financeira e agrária totaliza 50 mil proprietários com área superior a 1.000 ha e controla 50% das terras cadastradas;
- 2) a pequena burguesia - 500 mil proprietários com áreas de 100 a 1000 ha que controlam parcela significativa da produção agropecuária;
- 3) arrendatários capitalistas - aproximadamente 30 mil. Possuem meios de produção, contratam mão-de-obra assalariada para o cultivo de arroz, soja, cana, pecuária, etc.;
- 4) a classe dominante - conformada pela fusão de interesses gerais que dominam toda a economia. O Setor burguês que tem interesse apenas na agricultura é minoritário. Em muitos municípios há as oligarquias rurais (latifundiários, pecuaristas ou comerciantes);
- 5) assalariados rurais - representam 5 milhões (22%) do total de trabalhadores rurais (23 milhões). Representam o proletariado rural, permanentes ou temporários (residem na periferia das grandes cidades ou em povoados ou pequenas cidades) que podem aumentar, pois muitos camponeses pobres se assalariam temporariamente;
- 6) trabalhadores sem terra e semiproletários - São 4,8 milhões de famílias vivendo na condição de arrendatários, meeiros, posseiros ou com propriedades abaixo de 5 ha, podem representar 10 milhões de trabalhadores;
- 7) camponeses ou pequenos produtores familiares - São 8 milhões que vivem em pequenos estabelecimentos (de 5 a 100 ha, de acordo com a região). No Norte e Nordeste são considerados agricultores pobres, (existindo 1,2 milhão de famílias que não possuem regularização da terra - posseiros), em outras regiões, remediados. Na região Sul a maioria está integrada à agroindústria do leite, (da qual são dependentes e subordinados), do fumo, da uva, de aves, de suínos e de frutas(MST,1995).

O Documento Base do MST (1995) denuncia ainda, que além do grande número de trabalhadores rurais que se transferiu para as pequenas cidades e periferias de cidades maiores, ocorre o aumento das "favelas rurais" (população que depende do trabalho na agricultura). A concentração da terra no Brasil é uma das maiores do mundo (1% dos proprietários detém 46% de todas as terras) que traz também a concentração dos meios de produção (máquinas, benfeitorias, etc.), do poder econômico, da renda e do poder político ao meio rural. A maioria das terras estão ociosas, 100 milhões de ha segundo o INCRA), mal aproveitadas, subutilizadas (pecuária extensiva ou especulação). Dos 400 milhões de hectares

titulados, apenas 60 milhões são utilizados com lavouras. As melhores terras se destinam à monocultura para exportação: cana, café, algodão, soja e laranja. Dos 32 milhões de pessoas que passam fome, mais da metade vive no meio rural. Cerca de 65 milhões de brasileiros se alimentam aquém das necessidades.

Em relação ao êxodo rural e à migração, o MST denuncia que no período de 1970-1990, cerca de 30 milhões de pessoas foram para as cidades (novas metrópoles) e que mais de 500 mil migraram para o Paraguai, Bolívia e Argentina, em busca de trabalho no campo. Em relação às condições de trabalho é dito que em muitas regiões ainda prevalece o trabalho escravo; que 65% dos assalariados rurais sequer possuem carteira assinada; que apenas 40% desses assalariados possuem trabalho o ano todo; que as condições de trabalho nos estabelecimentos familiares também são desumanas, chegando a 14 hs diárias, envolvendo as crianças e toda a família. Que apesar da melhoria no campo em algumas regiões (Sul e Sudeste), a maioria da população rural continua à margem do progresso econômico e do avanço das forças produtivas; os indicadores sociais sobre consumo de luz elétrica, utilização de eletrodomésticos, níveis de alfabetização e escolaridade, mortalidade infantil, número de médicos, nível de renda "per capita", são alarmantes e se equiparam às regiões mais pobres do mundo. Que as crianças e as mulheres são as maiores vítimas das péssimas condições de vida no campo (dupla jornada, preconceitos, discriminações, machismo).

Ainda considera o MST(1995) , que o modelo tecnológico adotado na produção agrícola brasileira segue apenas a lógica da maximização do lucro, mas que esse modelo é completamente inadequado à realidade dos trabalhadores aos recursos naturais causando enormes prejuízos: contaminação das águas, desmatamento, destruição da flora e fauna, degradação do solo, etc. O resultado da concentração (da terra, dos meios de produção, da produção, da renda) traz a dominação política que leva a classe dominante a colocar o Estado a seu serviço e a promover a violência no campo (perseguição, ameaças, prisões, tortura e assassinatos, principalmente de lideranças dos trabalhadores rurais). O poder público no meio rural (legislativo, executivo, judiciário, polícia) é o poder do latifúndio a seu serviço.

Enfim, o MST denuncia a dominação ideológica e cultural das elites sobre os trabalhadores, o analfabetismo, a concentração da água no semi-árido nordestino, a política agrícola que beneficia os grandes proprietários, o oligopólio do comércio, e propõe, frente a esse contexto agrário extremamente complexo e desigual, a radicalização de suas ações a favor da reforma agrária, com a intensificação das ocupações massivas por todo o país.

Nessa conjuntura, as demais organizações, CONTAG, CUT, CPT, inúmeras ONG's, pesquisadores e dezenas de outros movimentos de sem terras, vão para a ofensiva contra o

Governo FHC. Mais uma vez na história brasileira, como na década de 60, a questão da reforma agrária assumia uma dimensão extremamente política e adquiria um extraordinário apoio popular.

O Governo FHC, que prometera o assentamento de 280 mil famílias no seu primeiro mandato, vinha de uma absoluta apatia em relação à questão agrária no seu primeiro semestre de 1995. A intensificação das mobilizações a favor da reforma agrária transforma-se no maior incômodo político para o governo. O episódio do "massacre de Corumbiara" (dezenas de trabalhadores são mortos pela ação de pistoleiros e Polícia) ocorrido em Rondônia, em agosto de 1995, obriga-o a sair do imobilismo, não para agir num programa de reforma agrária, mas para por em prática uma política de assentamento para atender conflitos e deflagrar uma ofensiva política contra os movimentos sociais de luta pela terra (Teixeira, 2000). Para tanto, nomeia o seu secretário particular, Francisco Graziano (que tinha trânsito em alguns setores da esquerda), para a Presidência do INCRA, em substituição ao Sr. Basílio Araújo, vinculando a autarquia à Presidência da República. Francisco Graziano, num declarado revisionismo político, admite o "êxito" da modernização da agricultura, preparada para a competição no mercado globalizado, cabendo uma reforma agrária apenas como política de compensação social (Teixeira 2000).

O primeiro ano do Governo FHC foi no sentido de consolidar uma política de assentamentos, de reação

às ocupações, e de dar início à estratégia de embate ideológico. Após tentativa frustrada de cooptar os movimentos, o governo tenta vincular o MST com o "Sendero Luminoso", propagandeando sua suposta vinculação com o plantio e tráfico de maconha no Nordeste. Com o escândalo dos "grampos", Graziano foi substituído pelo Sr. Raul Vale, que não tinha o perfil requerido pelo Planalto, para enfrentar a legitimidade popular da reforma agrária.

A criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e a nomeação de Raul Jungmann como Ministro, preenche o vazio, pois este, conforme definido por Teixeira (2000:39), seria o operador ideal da estratégia do governo:

intensa propaganda mistificadora dos atos da pasta; revezamento de manobras de cooptação e criminalização dos movimentos; ajustamento do programa de reforma agrária ao projeto neoliberal

Entretanto, não conseguindo cooptar as entidades de representação dos trabalhadores e dos setores progressistas da Igreja,

Jungmann buscou legitimação, nesse aspecto político, por meio da contratação massiva, para atividades de consultorias ao Ministério, de vários intelectuais com trajetória de afinidade com as lutas dos trabalhadores (Teixeira, 2000:40).

Com grande espaço na mídia, Jungmann expõe "a maior experiência de reforma agrária já vista no mundo virtual" (Teixeira, 2000). Com o apoio de agências internacionais, operadoras do consenso de Washington, como o Banco Mundial, resultou a reforma agrária de mercado, ajustada ao projeto neoliberal, que tem como objetivo: desideologizar a reforma agrária, baratear a arrecadação de terras, pacificar o campo (sem terra e latifundiário negociando em balcão), descentralizar (transferência para Estados e Municípios dos custos financeiros e políticos da reforma agrária), contribuir com a arrecadação fiscal e para o Estado mínimo (desmonte do INCRA), desarticular a unidade nacional das entidades que lutam pela terra.

Em 1996, no seu 6º Congresso, quando a CONTAG é filiada à CUT e é eleita uma direção francamente de oposição ao Governo FHC, ocorre outro conflito com grande repercussão nacional e internacional: "o massacre de Eldorado dos Carajás". Centenas de famílias sem terras caminhavam por rodovia em direção à Belém-PA, quando foram surpreendidas pela ação da polícia, que numa ação violenta, mata 19 trabalhadores, deixando dezenas de feridos. O MST institui 17 de abril, o dia do massacre, como o Dia Internacional da Luta Camponesa. (Fernandes, 1999).

Nesse contexto de lutas e mobilizações, durante o Governo FHC, surgiram vários outros movimentos de sem terra, regionais ou nacionais, chegando, segundo Fernandes (1999) a 25 organizações no ano de 1999, ou a mais de 50 organizações de trabalhadores rurais de luta pela terra, conforme dados oficiais da Ouvidoria Agrária Nacional (ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), no ano 2000. Entre estes movimentos pode-se citar: MLT - Movimento de Luta pela Terra; MST-SMT - Movimento do Sul do Mato Grosso; COAMS - Coordenação de Associações de Assentados do Mato Grosso do Sul; MT - Movimento dos Trabalhadores; MCL - Movimento de comissões de Luta; MCC - Movimento Camponês Corumbiara; MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra; etc. (Fernandes, 1999).

No ano de 1997 a CONTAG prepara o "Grito da Terra Brasil", (mobilização dos trabalhadores rurais que é realizada, anualmente, em separado do MST), quando reuniões, debates e ocupações acontecem em vários municípios, ocasião em que a entidade apresenta uma pauta de reivindicações ao governo, cobrando mais recursos para a reforma agrária (vistorias, assentamentos, infra-estrutura, assistência técnica, etc.) e uma política diferenciada para a agricultura familiar com créditos (custeio e investimento) subsidiados. Em 1997 também, o MST realiza a "Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça". No dia 17 de

abril, 30 mil pessoas chegam a Brasília, depois que 2 mil trabalhadores sem terra que tinham saído de diferentes pontos do país, haviam feito uma longa caminhada pelas estradas e realizados eventos com operários, jovens, intelectuais e desempregados em cada cidade que paravam. A Marcha chamou a atenção do mundo e era evidente o apoio da população brasileira à reforma agrária (Fernandes, 2000).

A reforma agrária de mercado, que seria operacionalizada através do Cédula e Banco da Terra, sofreu uma forte oposição do "Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo" (espaço de debate e reflexão de inúmeros movimentos e ONGs ligados à questão agrária). O Fórum conseguiu uma visita de um diretor do Banco Mundial ao Brasil para uma avaliação do projeto piloto (Cédula da Terra), retardando a implantação do Banco da Terra.

Ao assumir o segundo mandato, FHC, através do seu fiel Ministro Jungmann, tinha como objetivo implementar políticas agrária e agrícola consoantes com a concepção neoliberal que não conseguira executar completamente no primeiro mandato (Sauer, 2000). Chegara a hora do governo impor a agenda da questão agrária, que estivera na mão dos sem terra desde o início da década: desmobilizar as ocupações e reduzir o orçamento da reforma agrária. Como avaliado por Teixeira (2000:41):

Como alibi para a redução substancial nas dotações para a reforma agrária, desde o ano de 1999 o governo passou a assumir o discurso segundo o qual, face os recordes no número de assentamentos entre 1995 e 1998, chegara à hora de tratar da qualidade desses assentamentos

Para tanto, o governo criou o "Novo Mundo Rural" ou "Nova Reforma Agrária", centrado, segundo Sauer (2000), em três características fundamentais: 1) descentralização da política fundiária; 2) redução da política agrária a uma simples política compensatória; 3) mercantilização da questão agrária através do Banco da terra.

A proposta de descentralização visa a delegação de atribuições para Estados e Municípios, contrariando a Constituição Federal, repassando o ônus político e financeiro para outras esferas do governo, desconsiderando o poder histórico do latifúndio sobre essas esferas de governo.

A segunda característica, redução da política agrária e agrícola, está consubstanciada numa série de medidas econômicas e políticas que, na prática, procuravam descompromissar o Estado com os setores excluídos do campo, tratando a questão agrária como meramente social, através de políticas compensatórias. As reivindicações e demandas dos movimentos sociais, especialmente as ocupações, reflexos de orientações políticas e ideológicas, serão resolvidas como caso de polícia. Os assentamentos, como meio para amenizar os problemas sociais no campo e aliviar a pobreza (Sauer, 2000).

É criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para o qual é transferido o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), extinguindo-se o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), com o argumento de que não há diferença entre um agricultor familiar, recém empossado na terra, e um pequeno produtor consolidado; esforço para justificar a eliminação de subsídios nos créditos para os assentados.

Com a criação do MDA passam a existir o ministério dos capitalistas (Agricultura) do campo (exportação, "agrobusinesses", altos financiamentos, novas tecnologias, rolagem de dívida) e o ministério dos pobres do campo, que estarão fora da formulação de políticas de desenvolvimento para o meio rural, conforme comentado por Sauer (2000:25-26):

o MDA passa a coordenar as políticas sociais para o campo para amenizar a pobreza e a concessão de alguns créditos para dar uma sobrevida à agricultura familiar, onde são desenvolvidas e coordenadas políticas compensatórias para aliviar a pobreza. O Ministério da Agricultura, por sua vez, fica com a tarefa de formular políticas de desenvolvimento e produção agrícola em escala comercial, voltadas para exportação

Outra questão explícita no "Novo Mundo Rural" é a proposta de emancipação sumária dos assentados de reforma agrária "com vistas a lançá-los ao mercado para disputar crédito como pretendida estratégia de capacitá-los para a competição econômica e, portanto, para torná-los eficientes" (Teixeira, 2000:42).

A terceira característica do "Novo Mundo Rural" é a reforma agrária de mercado, através dos programas Cédula e Banco da Terra (linha de crédito para que trabalhadores, através de uma associação, comprem terra diretamente dos fazendeiros). É um programa que, para além de mercantilizar o problema agrário, é economicamente inviável. Os encargos financeiros (taxas e juros) e prazos, são incompatíveis com a atual rentabilidade do setor agrícola, principalmente dos "assentados". Resultarão no endividamento dos agricultores familiares e na transferência de recursos públicos para os proprietários de terra, além de aquecer o mercado na medida em que o INCRA - passa a funcionar como uma "imobiliária" (intermediador), pois quem vai definir o preço é o mercado, diga-se, latifundiários que receberão à vista. Com o INCRA perdendo a sua função ficam justificados cortes no orçamento e a contenção de despesas, reforçando o enxugamento do Estado.

Mas, para levar todo esse projeto neoliberal adiante, seria preciso neutralizar as mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais do campo, por isso, foram editadas uma série de medidas que se constituem em verdadeira ofensiva contra a reforma agrária. Em maio de 2000, o governo anunciou o "pacote agrário" para atingir esse objetivo. Foi criada a Divisão de Conflitos Agrários e Fundiários dentro da Polícia Federal para coibir as ocupações

de terras (de volta, a militarização da questão agrária e a criminalização das ações dos movimentos). Deu-se fim ao Projeto Lumiar (programa de assistência técnica), ficava vedada por 2 anos a vistoria pelo INCRA de fazendas ocupadas (mais 2 se for reocupada), assentados que apoiarem ocupações perderão a sua terra, famílias "invasoras" não serão assentadas, a condição para ser contemplada é o cadastro pelo correio, é suspenso o processo de desapropriação de áreas improdutivas que forem ocupadas.

O Governo FHC, na verdade, não apresenta um programa global de reforma agrária, no sentido de mudar a estrutura fundiária do país. Desenvolve apenas uma política de assentamentos para atender ao processo de organização dos diferentes movimentos sociais que estão lutando pela terra. Segundo pesquisa realizada por Fernandes (2000), é evidente a pressão que os trabalhadores sem terra exercem sobre o governo para serem assentados. De 1988 a 1998, o número de ocupações cresceu 600% e o número de famílias participantes cresceu 400%. Só no governo de Fernando Henrique Cardoso, até junho de 1999, foram 256.467 famílias envolvidas nas ocupações, o que corresponde a 85,6% do número de famílias assentadas no período. Foram realizadas 1.606 ocupações pelos trabalhadores sem terra. Outro dado, é que 67,4% dos 2.570 assentamentos feitos até junho de 99 pelo mesmo governo, são frutos de ocupações.

Já o relatório do INCRA/MDA (outubro de 2001) "Balanço da Reforma Agrária", sustenta, com base nas informações da Ouvidoria Agrária Nacional que, o número de ocupações reduziu consideravelmente no país, de 1999 a 2001. Como fruto das novas políticas adotadas: 397 ocupações em 1996; 502 em 1997; 445 ocupações em 1998; 226 em 2000; apenas 130 ocupações até outubro de 2001.

No entanto, o número de famílias assentadas, segundo o governo (conforme tabela 1.5), tem gerado contestações. O governo divulga que assentou, de 1995 a outubro de 2001, 542.359 famílias de trabalhadores sem terra, ou cerca de 2 milhões de pessoas, enquanto durante todo o período entre 1964 a 1994, teriam sido assentadas 220 mil famílias. "Parte importante do total de assentamentos é na verdade regularização de posse" (Fernandes, 1999).

TABELA 1.5
DADOS DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO FHC (1995 a OUTUBRO/2001)

Ano	Projetos Criados	Famílias Assentadas	Hectares Obtidos
1995	314	42.827	1.313.509
1996	433	61.674	4.451.896
1997	637	81.944	4.394.524
1998	850	101.094	2.250.645
1999	782	85.226	1.478.536
2000	720	108.986	3.861.056
2001	215	60.153	1.812.056
Total	3.951	542.359	19.852.434

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário- outubro/2001

Para Teixeira (2000), existe uma manipulação dos números. Segundo ele, o próprio Relatório de Atividades do INCRA, exercício 1995, registra que das 42.012 famílias tidas como assentadas naquele ano, 23,8% refere-se a famílias objeto de ações de consolidação de projetos antigos. Em 1996, as famílias nessas condições representaram 32% das 62.044 famílias declaradas assentadas e, em 1997 foram 26,3% das 81.944 oficialmente anunciadas localizavam-se em projetos antigos. Das 101.094 famílias de 1998, apenas 76.027 foram objeto de assentamentos novos. Das 75 mil famílias assentadas em 1999, contesta Teixeira (2000), com base em relatórios do INCRA, 12.843 são de projetos antigos; 25.174 famílias são de imóveis em fase de imissão de posse; 3.798 famílias em imóveis de regularização fundiária. Na verdade, em 1999, foram assentadas 25.831 famílias (Teixeira, 2000).

Também Teixeira (2000:53), ao apresentar a tabela abaixo (tabela 1.6) considera que a dita "reforma agrária" está sendo realizada basicamente na Amazônia e reclama:

a ênfase do programa de assentamentos na Amazônia obedeceu diretriz do governo relacionada à disponibilização de mão-de-obra e unidades produtivas, necessárias para viabilizar a expansão da produção de "commodities" agrícolas na fronteira Norte, e a conseqüente ampliação da instalação de unidades agro-industriais, em escalada, tendo em vista o mercado internacional, especialmente das regiões com ligação pelo pacífico

A região Nordeste é a segunda com maior número de assentamentos; a região Centro-Oeste a terceira; enquanto as regiões Sul e Sudeste concentram pouco mais de 4% dos assentamentos totais no período de 95 a 98.

TABELA 1.6

Famílias Assentadas, por Região: Período 1995 a 1999

Região	1995		1996		1997		1998		1999		Total	
	nº. famílias	%	nº. famílias	%	nº. famílias	%	nº. famílias	%	Nº. Famílias	%	nº. famílias	%
Amaz.*	26.752	62.3	39.495	63.3	51.458	63	60.838	60	45.241	60	223.784	62
NE-MA	11.370	26.5	13.552	21.8	17.927	22	24.654	24	14.977	20	82.480	23
Sudeste	1.308	3.0	3.268	5.3	3.704	4.5	4.757	4.7	4.216	5.6	17.253	4.8
Sul	2.176	5.1	2.007	3.2	4.190	5.0	4.134	4.1	6.407	8.5	18.914	5.2
CO-MT	1.306	3.0	3.722	6.0	4.665	5.5	6.661	6.6	4.273	5.7	20.627	5.7
Total	42.912		62.044		81.944		101.044		75.114		363.058	

Fonte: INCRA – Relatórios Anuais de Atividades

Elaboração: assessoria técnica da liderança da Bancada do PT, na Câmara dos Deputados

*Inclui MA e MT, dada impossibilidade de segregar nº. de famílias especificamente assentadas na Pré-Amazônia maranhense e região do MT, acima do paralelo 16º, que concentram a absoluta maioria dos assentamentos realizados nas respectivas unidades federadas. Em compensação, não incluímos os assentamentos acima do paralelo 13º (Estado de Goiás); área pertencente à Região amazônica clássica.

Outra fonte de informação importante sobre o quadro fundiário brasileiro é oferecida pelo Censo Agropecuário de 1996, que revela o aumento da concentração da terra. Comparando os dados do Censo de 1970 com os levantamentos 1995-96, o IBGE demonstra que em 1970 os estabelecimentos com menos de 100 ha representavam 90,8% dos estabelecimentos totais, detendo 23,5% da área. Em 1995/96, esse número de estabelecimentos reduziu para 89,3%, acompanhada de redução da área para 20% da área total.

Em contraposição, os estabelecimentos com área acima de 1.000 ha que representavam em 1970, 0,7% do total e detinham 39,5% da área, entre 1995-96, passaram a representar 1% do número total dos estabelecimentos e acumular 45% da área.

O Censo revela também, uma diminuição do número de estabelecimentos agrícolas. Os 5.801.809 de estabelecimentos registrados em 1985, foram reduzidos em 941.944 na contagem de 1995-96, resultando em 4.859.865 de estabelecimentos, abrangendo 353,6 milhões de ha, ou seja, 21,3 milhões de ha a menos que em 1985.

Fica demonstrado ainda pelo Censo/96, que houve uma destruição dos pequenos estabelecimentos: dos 941.944 estabelecimentos extintos, 906.283, 96% do total, apresentavam áreas inferiores a 100 ha, sendo que nesse extrato de área, a maior redução se

deu com os estabelecimentos até 10 ha, onde desapareceram 662.448 estabelecimentos, o que significa 70,3% do total dos estabelecimentos extintos e 28% do número de estabelecimentos que restaram nesse limite de área.

CAPÍTULO II

REFORMA AGRÁRIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

*Somos um povo honesto e trabalhador
gente humilde, muito simples e ordeira
mas se preciso, nós faremos uma guerra
pra conquistar nossa terra direito desta bandeira*
(Hino do MST DE LUÍ - Autor: Neno - trabalhador
sem terra do Triângulo Mineiro)

Como discutido no capítulo anterior, a questão da reforma agrária sempre foi enfocada de várias maneiras nas diversas conjunturas econômicas e sociais da história brasileira, onde a correlação de forças pró e contra, se alteraram.

Assim, nas décadas de 50 e 60, a reforma agrária era vista como solução para a questão agrícola, num contexto de busca de crescimento econômico que tinha a industrialização como meio e fim máximo. A ótica Cepalina teve, neste momento, grande influência, diagnosticando como entrave ao desenvolvimento econômico baseado na industrialização, a estrutura agrária concentrada. A partir disto, uma reforma agrária far-se-ia necessária para que o campo brasileiro fosse capaz de elevar a oferta de alimentos e servir de mercado interno para produtos industrializados.

No entanto, a opção de desenvolvimento econômico que o país traçou, implementada por um Estado dominado por uma elite conservadora e autoritária, prescindiu de uma democratização de sua estrutura fundiária. As lutas por uma efetiva reforma agrária continuaram ocorrendo, reassumindo na última década do Século XX, formas radicalizadas, com grande conteúdo político e extraordinário apoio popular, revelando a sua atualidade.

II.1 - Controvérsias Sobre o Caráter e a Viabilidade da Reforma Agrária

Nos anos 80 e 90 o debate em torno da reforma agrária assume novas dimensões, principalmente entre os seus defensores. As principais polêmicas agora instaladas são se a reforma agrária deve ser um componente da política social ou da política econômica; se instrumento para um novo modelo de desenvolvimento (sustentável) ou um atraso em relação às conquistas tecnológicas; se motor do fortalecimento capitalista no campo ou da estratégia de construção de uma sociedade socialista. Obviamente, uma posição conservadora, avessa à democratização da propriedade da terra, não deixou, também, de existir.

Uma das concepções acerca do caráter da reforma agrária que se cristalizou nos anos 80 e se mantém até os dias atuais, é aquela que a defende como uma política social, não mais como uma necessidade para o processo de desenvolvimento econômico capitalista. Esta corrente tem como um dos seus principais interlocutores o economista José Graziano da Silva, que assim explicita:

' a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade. Quer dizer apenas que a reforma agrária hoje, na década de 80, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista (Graziano da Silva, 1994:142)

Os argumentos dessa corrente, "reforma agrária social", são comentados criticamente por Menezes (1991): o campo não seria mais a solução para problemas econômicos verificados no âmbito das cidades, pois muitos destes problemas já teriam sido resolvidos. A industrialização da agricultura criou mercado interno para produtos industrializados. A política de incentivos fiscais e creditícios à agricultura voltada para o mercado externo impulsionou a entrada de divisas. Entretanto, a produção de alimentos para o mercado interno não significou o seu barateamento no salário do trabalhador. Além disso, a expropriação verificada no campo, e o conseqüente movimento de êxodo rural, fizeram aumentar consideravelmente a oferta de trabalho nas cidades, rebaixando os salários urbanos. A produção de alimentos básicos aumentou, o que não ocorreu foi o seu barateamento para os consumidores. Como afirma o próprio Graziano da Silva (1985:34): a produção de alimento "é mais do que suficiente para satisfazer a demanda, dado o baixo poder aquisitivo, embora a produção seja pequena frente à capacidade potencial da demanda"

Para esta corrente a reforma agrária já teria perdido o seu momento histórico de operacionalização e concretização e não mais se justificaria como fator de desenvolvimento econômico, pois o novo padrão tecnológico e a atual economia de escala teriam bloqueado o espaço da pequena produção na atividade produtiva. Diante da atual estrutura político-social, a reforma agrária demandaria alterações profundas na sociedade, só sendo viável num outro modo de produção, o socialista. Graziano da Silva (1987: 56) sustenta:

essa reforma agrária camponesa se choca hoje com os marcos já plantados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo em nosso país: só será viável, portanto, dentro de uma perspectiva de transição para uma nova ordem social, política e econômica. Isso não quer dizer que ela não é mais necessária do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo. Permanece, todavia, como uma possibilidade (ou alternativa) para um desenvolvimento

econômico mais democrático que incorpore a dimensão social como parâmetro importante dentro dos objetivos de suas políticas públicas

Diante do processo de lumpenização, a ambição fundamental da reforma agrária seria "dar ao trabalhador rural o direito de ser gente, de ser cidadão brasileiro, pois da maneira como está, ele nunca vai ser um operário, um trabalhador urbano" (Graziano da Silva, 1985). Em outras palavras:

a luta pela reforma agrária independe de ela ser necessária ou não - ou até mesmo funcional ou não - ao regime capitalista. A luta pela terra é a luta pela sobrevivência, não apenas da pequena produção mas também, no caso brasileiro, de uma imensa maioria de despossuídos que o desenvolvimento capitalista não consegue mais incorporar produtivamente. É essa luta - de caráter eminentemente político - para tornar-se trabalhador rural e não mais exército de reserva ou superpopulação relativa que dá sentido, hoje, à luta pela terra em nosso país (Graziano da Silva, 1987:56)

Além do argumento de que a produção de alimentos no Brasil já estava resolvida, dois outros argumentos aparecem na tese de Graziano da Silva na década de 80. Um se refere, justamente, na redução do papel da pequena produção no processo de desenvolvimento capitalista; tanto como mão-de-obra temporária em razão do excedente existente nas cidades (bóias-frias); como na própria diminuição de sua produção em razão do monopólio das agroindústrias que modificou os hábitos alimentares (poucos produtos consumidos pela população são oferecidos pelos pequenos produtores) (Graziano da Silva, 1994).

Outro argumento de Graziano da Silva (1994) é que a luta pela reforma agrária tem que assumir um caráter político, não tendo os trabalhadores rurais organização e alianças suficientes para impor à burguesia, uma transformação profunda na sociedade agrária brasileira:

infelizmente os trabalhadores rurais estão mais do que isolados nessa luta, pela sua incapacidade de sair da luta específica pela sua terra. E as lutas no país pela terra são basicamente lutas específicas pela "sua" terra, não são em geral lutas políticas. Não acho que haja nada de revolucionário na luta pela terra no Brasil (Graziano da Silva, 1994:142).

E completa Graziano (1994:143), desconfiado de qualquer compromisso por parte da burguesia:

se houver programas de reforma agrária serão programas pontuais, destinados à solução tópica de conflitos, para isolar a luta dos trabalhadores, não permitir uma articulação entre si, de modo a mais facilmente poder cooptá-las

Portanto, invoca-se a luta política, nesse modelo de "reforma agrária social", como saída para aliviar conflitos no campo e na cidade, e ocupar, em atividades de subsistência, parte da população que migra para as cidades. Reivindica-se a terra, porém, sem grandes

preocupações com a viabilidade econômica que a produção sobre ela possa vir a ter. Menezes (1991:55) identifica aí, um dos pontos vulneráveis na sustentação dessa proposta, pois "a ênfase exclusivamente política e social enfraquece a reivindicação, podendo estreitar o leque de apoio à luta na sociedade em geral", que espera, também, resultados econômicos que justifiquem os assentamentos de trabalhadores rurais.

Menezes (1991) identifica variações no interior desta corrente, que pretende dotar a reforma agrária de atributos essencialmente sociais. Uma primeira vertente pretende o fornecer "terra para quem não trabalha" (Silva, 1989), ou seja, para o "lumpesinato", que não encontra mais ocupação no setor urbano. Uma outra vertente pretende manter o trabalhador volante trabalhando na periferia das cidades (Rangel, 1986). E uma última vertente, que ela julga como uma variante da concepção da Igreja e do MST (Abromovay, 1985, 1986 e 1987), acentua o caráter "camponês" da reforma agrária, que representaria uma forma de resistência do avanço das forças capitalistas na agricultura e, portanto, à proletarização. Este último enfatiza também, o aspecto econômico da questão, valorizando a agricultura familiar como resistência às pressões capitalistas.

Entrando no debate, Abromovay (1994) tece críticas a vários autores que reduziram o papel econômico da pequena produção para justificar a tese da "reforma agrária" social", entre eles Paulo Renato de Souza, Paulo Sandroni, Sérgio Silva e Graziano da Silva. Para Abramovay (1994) esses autores procuravam demonstrar que estava ultrapassado um dos argumentos essenciais em torno dos quais se dava a própria luta pela reforma agrária: o peso dos pequenos produtores na oferta de produtos agrícolas e de alimentos em particular. O argumento nos anos 70 era diferente daquele dos anos 60:

não só a agricultura não era mais obstáculo ao desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, ela continha um elemento estratégico para este desenvolvimento, que era a oferta de produtos alimentares a baixos preços. No início dos anos 1980 é isso que desaba. (...) o que o Graziano procurava mostrar é que, à medida que a pequena produção perdia importância na oferta agrícola, a própria justificativa econômica da reforma agrária perdia o sentido não era preciso reforma agrária para elevar a produção de alimentos. O problema alimentar brasileiro perdia toda relação com a questão agrária para se transformar exclusivamente numa questão de renda (Abromovay, 1994:99)

Outra crítica de Abromovay a essa corrente ("social"), reside no fato dela considerar que

a perda de importância do pequeno produtor é correlativa à perda de importância da própria agricultura e a sua substituição pelo complexo agro-industrial como unidade analítica fundamental (...) Há duas consequências daí: em primeiro lugar, não é possível pretender apoiar qualquer medida consistente

de redistribuição de renda que tenha por base fundamentalmente a agricultura. Em segundo lugar, não existe mais economia agrícola, sociologia rural, etc. O que há é a economia política do complexo agroindustrial (Abromovay: 1994:99-100).

Dessa forma, abre-se uma discussão no sentido de se vislumbrar um espaço econômico para os beneficiários do processo de reforma agrária. Além de Abromovay, outros autores como Romeiro (1990), Veiga (1992), Leite (1989), vão valorizar a agricultura familiar como elemento central do desenvolvimento rural, como ocorreu em outros países (EUA, França, Grã-Bretanha, Japão e os Tigres Asiáticos). A reforma agrária ganha um significado econômico e modernizante, dependendo, no entanto, de investimento por parte do Estado, que deve assumi-la como um instrumento efetivo de política econômica visando dar maior eficácia e racionalidade ao sistema produtivo agrícola e promovendo, ao mesmo tempo, maior justiça social. Aqui, a inclusão de política agrícola para além da política agrária como crédito, assistência técnica, estruturas de comercialização e armazenamento, devem ser garantidos. O desenvolvimento rural, através de uma efetiva reforma agrária, está intimamente ligado à geração de emprego e distribuição de renda.

Veiga (1994) provoca outros autores ao questionar a existência de algum país que tenha atingido a fase socialmente articulada de desenvolvimento com uma estrutura semelhante a do Brasil:

seria possível apontá-lo como prova cabal de que distribuição de propriedade da terra pouco tem a ver com a capacidade de resposta da agricultura às experiências da dinâmica capitalista (...) Mesmo entre a intelectualidade progressista, são muitos os que acreditam que o Brasil será o primeiro país a realizar tal proeza (Ignácio Rangel à frente). Acha que o país poderá crescer e redistribuir renda e riqueza sem optar pela promoção da agricultura familiar. Dizem que a reforma não é necessária, ou, no máximo, admitem que ela talvez seja desejável para o Nordeste. Mas lidam com palpites, não com o fato (Veiga, 1994: 299-300).

Também com base na viabilidade sócio econômica da pequena produção, o recente trabalho realizado por Matos, Teófilo, Veiga, Vanderley, Abramovay e Buarque (1998), oferecido ao então Ministério Extraordinário de Política Fundiária, vai no sentido de defender a "Reforma Agrária e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar como Vetor Estratégico do Desenvolvimento Rural."

Para os autores (pág. 3)

o modelo excessivamente focado na industrialização substitutiva de importações, com forte concentração da base produtiva do país nas grandes cidades, especialmente em São Paulo, se esgotou.

São questionáveis a supervalorização da agricultura patronal e a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, que estimulou a fragmentação das pequenas propriedades, deixando resultados negativos especialmente do ponto de vista da sustentabilidade social do desenvolvimento brasileiro. Em todos os países desenvolvidos, a agricultura familiar teve e continua a ter importância sócio-econômica e política maior do que a agricultura patronal, baseada no trabalho assalariado. O Censo Agropecuário (1992) dos Estados Unidos mostrou que a agricultura familiar ainda é responsável por 54% da produção comercializada e que as rendas das sociedades de tipo familiar já atingem 21%, enquanto a participação das corporações não passa de 6%, e os restantes 19%, vêm de outras formas societárias. Os autores sustentam que

"as grandes fazendas e assalariados agrícolas são indicadores de subdesenvolvimento. Na Europa, é fácil encontrá-las (como também propriedades médias tocadas pelo trabalho familiar) em Portugal, Espanha ou Grécia, mas é difícil achá-las na França, na Alemanha ou na Grã-Bretanha. Na América do Norte, ainda são numerosas nas áreas próximas ao México, mas tornam-se cada vez mais raras à medida que se vai na direção do Canadá. No Japão e em suas ex-colônias são raros os assalariados agrícolas" (Matos, 1998: 4)

Segundo o referido trabalho, Mazoyer & Roudart, ao analisarem a dinâmica agrícola dos países desenvolvidos,

"ênfatizam que todos eles foram levados a adotar políticas de sustentação de preços que impediam reduções abruptas da renda média dos agricultores e, ao mesmo tempo, políticas visando a uma aceleração da chamada modernização: organização da comercialização; crédito com taxas de juros favorecidos; aumento dos prazos de arrendamento; renovação de sistemas de pesquisa intimamente relacionados com os correspondentes sistemas educacionais e redes de experimentação-informação-e-vulgarização agropecuária; transferência para agricultores em processo de consolidação de terras liberadas pelos estabelecimentos cessantes ou em dificuldade, principalmente pelo incentivo à aposentadoria dos agricultores mais idosos; leis proibindo o acúmulo de mais terras por agricultores que já dispunham de área suficiente para o pleno emprego da mão-de-obra familiar; e vários mecanismos que impediam o acesso de estabelecimentos poucos viáveis às subvenções e ao crédito barato" (Matos, 1998:04).

Aqui, o conceito de agricultura familiar não está relacionado à sua forma jurídica de posse ou propriedade da terra, dos equipamentos, ou sobre as formas de administração ou organização do trabalho (que podem ser variadas: cooperativas de comercialização, de máquinas, condomínios especializados, agroindústrias comunitárias, grupos de produção, propriedade privada e individual). O que não faz parte do conceito de agricultura familiar é

aquele em que há uma completa separação entre o trabalho e a propriedade dos ativos (terra, equipamentos, instalações, etc.), principal característica da agricultura patronal.

Os autores elegem o avanço da globalização, a revolução científico-tecnológica e o avanço das teses e políticas em defesa do desenvolvimento sustentável e humano, como novas tendências e fatos que abrem possibilidades para a agricultura familiar. Há uma tendência à valorização do mundo rural (populações urbanas buscam uma qualidade de vida que não pode ser oferecida pelas grandes metrópoles).

"O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial tende a ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização" (Matos et alli, 1998:06)

O meio rural tende a ser percebido em quatro dimensões centrais: a de espaço produtivo (dominantemente agrícola e agro-industrial), a de espaço de residência, a de espaço de serviços (lazer, turismo, etc.) e a de espaço patrimonial (valorizado pela função de preservação dos recursos naturais e culturais). Outra oportunidade de mercado para os pequenos agricultores é a dos produtos orgânicos no que os Estados Unidos e Europa são pioneiros (produtos com cotação maior que o convencional, que cresce a demanda também no Brasil).

Estudos de Ricardo Abromovay e Clélio Campolina têm demonstrado o crescimento das cidades médias e a interiorização do desenvolvimento como outra tendência que indica a importância e a viabilidade da agricultura do país. Em 1970, nada menos que 43,5% da população urbana brasileira concentrava-se em 10 núcleos com mais de 500 mil habitantes. Em 1991, esta proporção cai, apesar do avanço da urbanização, para 33,6% e espalha-se em 24 núcleos populacionais. Mas as aglomerações que mais crescem entre 1970 e 1991 são os chamados centros médios, que possuem entre 250 mil e 500 mil habitantes, que de seis cidades (3,5% da população urbana) sobe para 33 cidades (mais de 10% da população urbana). "As cidades intermediárias (50 a 500 mil habitantes) que em 1970 detinham 19,1% da população urbana nacional, passaram a agrupar em 1991 quase 1/3 desta mesma população. (Andrade, 1998:3).

No entanto, Matos, Teófilo, Veiga, Vanderley, Abromovay e Buarque (1998) salientam que o crescimento industrial e a ampliação das cidades médias não leva, necessariamente, à melhor distribuição da renda, nem sequer à redução do nível de pobreza urbana. O campo oferece oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem, o que depende da capacidade do Estado e do conjunto das forças interessadas na valorização do meio rural, em elaborar e executar projetos

que dinamizem as relações rural-urbanas. Esses autores indicam também, o início da transição à pluriatividade no Brasil, que já afeta quase 1/3 dos agricultores familiares residentes no meio rural, e quase 1/4 do total de 7,5 milhões de domicílios rurais do país. A população rural não agrícola tem registrado um importante crescimento relativo na medida em que diminui o êxodo rural e cresce a desocupação agrícola, o que não pode ser interpretado apenas como uma substituição de ocupações decorrentes do fracasso da agricultura familiar, mas como resultado de diversificação econômica estimulada pela dinamização das atividades agrícolas.

Argumentam ainda os autores que no Brasil, mesmo sem ser valorizada pelo Estado, a agricultura familiar resiste e apresenta resultados positivos. O Censo Agropecuário de 1985 constatam que o valor da produção por hectare dos estabelecimentos familiar era 26% superior ao valor médio total do país.

"Ela responde por mais da metade do valor da produção agropecuária em Santa Catarina, mais de 40% no Rio Grande do Sul e quase outro tanto no Paraná. Em São Paulo, um terço do valor da produção agrícola vem da produção de base familiar. Além disso, ela é majoritária em segmentos produtores de algodão, aves e ovos, além de responder por mais de 40% da produção de soja, milho e café" (Matos et alii, 1998:15).

No valor das exportações de frango (US\$ 1bilhão), suínos (US\$ 200 milhões) e fumo (US\$ 1 bilhão) ela responde por quase a totalidade. A agricultura familiar responde por cerca de 35% da receita do Produto Interno Bruto (PIB) Agrícola Nacional. Ela é mais competitiva na produção de suínos, aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, algodão, tomate, mandioca e laranja, enquanto que a agricultura patronal em carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja.

Com base no reconhecimento e na capacidade econômica da agricultura familiar e no potencial oferecido pelas médias cidades, a equipe de pesquisadores acima mencionada, elaborou para o Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo brasileiro, uma série de diretrizes políticas para o desenvolvimento rural, dentre elas o fortalecimento do programa de assentamentos de trabalhadores rurais. As diretrizes tem como objetivos gerais:

"contribuir para o desenvolvimento rural brasileiro e a desconcentração da economia e da população no território nacional, interiorizando o progresso econômico e social; estimular a dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos pequenos e médios municípios - especialmente aqueles até 20 mil habitantes -, aumentando a qualidade de vida da população rural brasileira; contribuir para a erradicação da pobreza rural e redução dos índices gerais de pobreza no Brasil" (Matos et alii, 1998:15)

O público alvo da proposta pertence ao 1/3 da população brasileira que vive no meio rural e nos pequenos municípios, divididos em dois públicos: o minoritário, que pode responder de pronto a uma política de modernização da agricultura familiar, é a majoritária, que não tem essa capacidade de resposta, carecendo de uma estratégia mais ampla. As diretrizes gerais do programa estão assim estabelecidas :

"1) conceber e orientar a distribuição do ativo terra como parte central de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Brasil consistente com os novos paradigmas da globalização e do desenvolvimento local; 2) inserir o desenvolvimento da agricultura de base familiar como parte central de uma estratégia de desenvolvimento rural e interiorização do desenvolvimento e reorganização do território brasileiro (unidade de ação estratégica para o desenvolvimento local); 3) promover a expansão da agricultura familiar no Brasil por meio do assentamento de reforma agrária, entendido como um embrião da unidade familiar rural, utilizando a reforma agrária e os assentamentos como uma forma de ampliação da produção familiar" (Matos, Teófilo, Veiga, Vanderley, Abromovay e Buarque, 1998:22).

No detalhamento dessas diretrizes é proposta a necessidade de: promover a consolidação e a viabilização econômica da agricultura familiar através da diversificação da produção, dinamização das economias locais; aumento da produção de bens agropecuários e agro-industriais para o mercado; assegurar as condições econômica e financeiras da agricultura familiar e dos assentamentos dando suporte a sua inserção no mercado; promover sua inserção no desenvolvimento local (oferta de infra-estrutura e serviços públicos); favorecer a aquisição de terras para jovens agricultores; promover a formação de unidades rurais de base familiar polivalentes ("aproveitar a sinergia das atividades agrícolas e não agrícolas e a flexibilidade do processo de trabalho e dos ciclos de produção familiar"); estimular o surgimento de cooperativas de crédito, fundos de aval, aval solidário, entre outros; capacitar a extensão rural, definindo prioridades a partir dos Planos Locais e Regionais de Desenvolvimento. Entre as diretrizes institucionais é sugerida a integração das ações e instrumentos da reforma agrária com os da agricultura familiar, articulando-os com outros programas das esferas federal, estadual e municipal, como educação, pesquisa, difusão de tecnologias, infra-estrutura econômica e infra-estrutura social; integração, flexibilização, agilização, profissionalização e descentralização da execução de programas, projetos e instrumentos de reforma agrária e agricultura familiar, com participação dos beneficiários; ampliação da autonomia dos Estados e Municípios no que se refere à educação, cultura, assistência social, saúde, etc. É sugerido, também, que se dê prioridade para regiões e áreas com maior densidade de problemas - Norte e Nordeste.

Chamam bastante atenção na proposta dos referidos autores, os modelos sugeridos para a arrecadação de terras: modelo de desapropriação, modelo negociado, modelo de mercado. As desapropriações ocorreriam nos casos de conflitos graves onde não fosse possível uma solução negociada, mas que deveria ser tentada após a edição do Decreto Presidencial. É admitido o instrumento da desapropriação para terras improdutivas, conforme prevê a Constituição Federal, mas "seu uso indiscriminado deve, porém ser submetido a critérios de eficiência e custo". O modelo negociado é considerado prioritário. Está sustentado na queda do preço da terra, que teria deixado de ser reserva de valor, motivando muitos proprietários a negociarem suas terras com a União. As ações judiciais sobre o valor das indenizações têm aumentado em até três vezes os preços, justificam.

O modelo de mercado seguiria o modelo do Cédula da Terra, tendo como proposta agora, o Banco da terra, que conta com financiamento do Banco Mundial. Esse modelo prescinde da intervenção direta do Estado, sendo que a negociação é realizada diretamente entre os trabalhadores e proprietários. É sugerido que haja apenas um "assessoramento técnico e fixação de parâmetros e limites no sentido de restringir o financiamento de terras com preços elevados ou com baixo potencial produtivo".

Além da "redistribuição e consolidação da posse do ativo terra", conforme comentado, as outras linhas estratégicas das diretrizes políticas seriam: "ampliação e desconcentração do capital humano" (ensino básico, formação profissional e assistência técnica); "ampliação e desconcentração do capital físico" (infra-estrutura social e econômica); "ampliação e desconcentração do capital social". O capital social é definido

"como os instrumentos e os recursos que estimulam a produtividade individual baseada nas características da organização social, como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo (Putnam, 1993)" (Matos et alii, 1998:22).

Nesse sentido, o desenvolvimento rural passa pela construção de novos territórios, isto é, "pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos das regiões em que habitam". Para que isso seja atingido será necessário combinar as seguintes ações estratégicas: "formação de associações de municípios com a participação de cooperativas, escolas, pequenas agroindústrias e outras entidades formais ou informais, incluindo a elaboração de planos de desenvolvimento micro-regionais e locais; fomento ao associativismo (produção, beneficiamento e comercialização); estímulo e promoção da organização da sociedade para a cidadania e mobilização social; descentralização do acesso à educação, saúde e justiça, como direitos do cidadão"

Esse conjunto de propostas foi recebido com surpresa e desconfiança por parte de várias organizações de trabalhadores e Ongs (MST, CPT, ABRA, etc.) e apoiada parcialmente por outros, notadamente a CONTAG. O Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, que reúne essas organizações e outras, acredita que tais diretrizes políticas deram sustentação para a elaboração do chamado "Novo Mundo Rural", conforme comentado no capítulo anterior. Vários outros autores já entendem como um revisionismo dos intelectuais que trabalharam a proposta, pois vários deles sempre tiveram relação estreita com as organizações que lutam pela reforma agrária. A "reforma agrária de mercado" é a que tem recebido mais críticas dos movimentos organizados.

De outro lado, Martins (2000) ao reconhecer o importante papel que têm o MST e a Igreja, na mobilização, estabelece críticas no sentido de que estes estão perdendo a oportunidade de se relacionarem de forma dinâmica com o Estado na viabilização da reforma agrária:

"é lamentável que haja tantas dificuldades para que os movimentos sociais e o Estado se completem nesse papel de transformação social que pode, de fato, trazer a nossa sociedade para o mundo moderno e fazê-lo como justo benefício para todos" (Martins, 2000:11).

Para Martins (2000) a questão central hoje para se falar em função social da propriedade é a recuperação do "senhorio" do território (da terra) pelo Estado, como a que existia no regime sesmarial. O Código de Águas (primeiro Governo Vargas), as terras de marinha (ao longo da costa e dos rios), a criação do Distrito Federal (o particular tem a posse, mas não tem o Domínio), a confiscação de terras usadas para o cultivo de maconha, a obrigação na preservação das matas (legislação ambiental) são citadas positivamente pelo autor como retomada do "senhorio" do território pelo Estado, ou seja, o direito e o poder de impor os modos e condições de usar a terra. Mais críticas são oferecidas :

"Nas desinteligências públicas sobre a reforma agrária, em nenhum momento o MST e a Igreja tocaram na essencial questão da retomada do senhorio do Estado sobre o território, de que o país abriu mão na lei de Terras de 1850, quando o Parlamento do Império cedeu aos possuidores de terra também o seu domínio, que era antes direito do rei, isto é, do Estado, um direito regulador sobre o uso da terra" (Martins, 2000:12).

Outra concepção acerca da reforma agrária está relacionada com a luta pela superação da sociedade capitalista. Segundo essa tese, a reforma agrária no Brasil só se efetivará nos marcos de uma sociedade socialista. Nessa visão não há disposição da burguesia em realizar a reforma agrária, todas as medidas aplicadas até hoje não passaram de políticas compensatórias, pois os interesses do grande capital são sempre prioritários. As lutas que os

trabalhadores estão desenvolvendo, acumulando capacidade organizativa, política e de massas é que pode derrotar a burguesia na perspectiva da construção de uma sociedade socialista. Para Stédile

"a reforma agrária interessa a toda a classe trabalhadora e deixou de ser apenas uma questão econômica para resolver o problema dos sem terra que estão passando fome. Ela passou a adquirir um caráter revolucionário -, se é que se pode dizer assim - porque ela, por um lado interessa a toda a classe trabalhadora, e por outro atinge toda a classe que está no poder. Então, nós imaginamos que vai ser impossível implantar o socialismo no Brasil se não se fizer a reforma agrária, ao mesmo tempo que não se consegue a reforma agrária sem se implantar o socialismo" (Stédile, 1994:321).

Para chegar a isso Stédile (1994) entende que a reforma agrária hoje, deve atingir primeiro a descentralização da propriedade. Apenas 46 grupos econômicos detém mais de 20 milhões de hectares, que desapropriados daria para assentar em torno de 1,5 milhões de famílias. Segundo é que a reforma agrária necessariamente deve organizar a propriedade coletiva dos meios de produção, não só da terra. Em terceiro, afirma Stédile, (1994: 321) ela

"precisa devolver a cidadania aos trabalhadores, a direitos mínimos que qualquer cidadão deveria ter, e isso nós não vamos conseguir no capitalismo: direito à educação, à saúde, ao voto sem cabresto"

A reforma agrária no Brasil tem que desapropriar as grandes empresas. A produção agropecuária está concentrada no Sul e no Sudeste onde 50 grandes empresas, basicamente, dominam a produção, a maioria multinacionais.

"A reforma agrária tem que mexer também nessas fábricas de tratores e de adubos e de outros agrotóxicos que, em vez de ajudar a agricultura, só levam prejuízo para o meio ambiente e para a qualidade dos produtos (...) vai ter que levar em conta também as realidades regionais." (Stédile, 1994:320).

Germer (1994) ao defender também a reforma agrária socialista, questiona a tese capitalista, segundo a qual a pequena produção "é destruída aqui e recriada ali". O autor entende que mesmo que isso aconteça a curto prazo a realidade é que em 100 anos a população rural dos países capitalistas mais desenvolvidos está na casa dos 10%, isso vai acontecer também no Brasil:

a população rural está desaparecendo, os pequenos produtores estão sendo dizimados, o futuro da pequena produção agrícola no capitalismo é ser destruída e o pequeno agricultor ser proletarizado (Germer, 1994: 149-150).

Para Germer, (1994) no regime socialista também não se pretende salvar a pequena produção camponesa atrasada, primitiva, sujeitas a todo tipo de dificuldade; o objetivo seria salvar o agricultor, colocando-o num contexto econômico em que ele vai viver dignamente.

Outra perspectiva bastante importante, que ganha terreno na sociedade brasileira, é a proposta de reforma agrária vinculada diretamente a um modelo agrícola e agrário sustentável. Chamada por Leroy (1998) de "reforma agrária ecológica", ela se opõe ao modelo dominante da agricultura industrial da mecanização, quimificação, que fracassou nos países tropicais segundo o autor, e exige agora a renovação do modelo tecnológico, da metodologia e da produção do conhecimento.

Leroy (1998) estabelece vários desafios para esse novo modelo sustentável de reforma agrária: a conquista do espaço para a microeconomia, que vá além do mercado solidário alternativo; a construção de unidade frente à diversidade cultural, étnica, racial, de gênero já existente no ambiente da reforma agrária no Brasil; a construção de uma outra territorialidade (recriar, a partir de dinâmicas locais um outro desenvolvimento, encurtar os circuitos de comercialização, recriar mercados locais, pensar a relação entre o urbano e o rural, repensar a partir da reforma agrária formas de integração nacionais, regionais, mundiais); pensar uma agenda ambiental mundial nossa, que surja da nossa realidade e não a sugerida pela Eco-92 (efeito estufa, camada de ozônio, etc.); pensar a área reformada como ecossistema (combater a absolutização da propriedade); tornar a luta pela reforma agrária que não é só de uma classe, uma luta política pela democracia participativa, não apenas representativa; a reforma agrária que construa uma ética coletiva e que possa re-enraizar os seres humanos. Enfim, enfatiza (Leroy, 1998: 03): "Pensar a reforma agrária, é pensar planeta, é pensar história, pensar futuro".

O desenvolvimento do tema significado da sustentabilidade no agrário brasileiro, é o nosso esforço na seção seguinte.

II.2 - Desenvolvimento Rural Sustentável: Novo Paradigma ou Novo Discurso?

Em que pese as discordâncias quanto as possibilidades e viabilidades da realização de uma reforma agrária no Brasil, como acima apontado, há um consenso absoluto entre os estudiosos da questão agrária brasileira, quanto as mazelas produzidas pelo modelo de desenvolvimento rural-urbano adotado no país. Aliás, o modo de organização social da produção e os padrões tecnológicos difundidos pela modernização agrícola (conservadora, parcial, excludente e insustentável), foram gestados como alternativa à reforma agrária.

As desigualdades sociais e a degradação ambiental no campo estão presentes desde os primórdios da história brasileira. Desde o ciclo do pau-brasil, passando pelos da cana-de-açúcar, borracha e do café, que visavam o atendimento dos interesses comerciais da

metrópole, já estava caracterizada a exploração da mão-de-obra (trabalho escravo, morador nordestino, colono do café), a degradação ambiental, a concentração da terra e das riquezas produzidas. A partir do desmatamento para a monocultura de exportação, grandes áreas eram utilizadas até o esgotamento da fertilidade do solo, quando o processo se reiniciava em outras áreas, transformando aquelas em pastagens para a pecuária extensiva. A agricultura camponesa, que surgira paralela a esta latifundiária, que produzia para subsistência, vendendo o excedente no mercado local, também se utilizou do mesmo mecanismo: desmate, queima e plantio. Uma área só era reutilizada após anos de descanso (pousio). No entanto, a concentração da propriedade não permitiu mais que os pequenos agricultores utilizassem desse sistema rotativo, causando a inviabilização da produção, a degradação ambiental e a expulsão de suas terras. Esses dois modelos (monocultor e de subsistência) foram os principais responsáveis pela produção agrícola até a metade do século XX.

A partir do pós-guerra intensifica-se o modelo de "agricultura industrial" (ou chamado convencional) desenvolvido nos E.U.A e na Europa, um modelo para a agricultura de clima temperado, com baixa utilização de mão-de-obra, ampla necessidade de capital, profundamente dependente das indústrias de insumos agrícolas (máquinas, adubos químicos, venenos) da pesquisa e produção de variedades híbridas de alta produtividade, altamente custoso em termos energéticos, orientado para a produção especializada, monocultura (Weid, 1985). Este modelo, chamado Revolução Verde, expandiu-se pelo mundo a partir do Estado Norte Americano e suas empresas multinacionais.

No Brasil, o pacote tecnológico da Revolução Verde dá início à transformações no quadro agrário e agrícola brasileiro a partir dos anos 50, consolidando-se no anos 70. Essa modernização trouxe graves conseqüências econômicas e sociais, conforme avaliados no capítulo I. O argumento desse modelo era a possibilidade de erradicação da fome através do aumento da produção, via aumento da produtividade e aumento da competitividade, via queda nos custos unitários de produção. O Estado brasileiro facilitou a implantação desse modelo a partir do ensino, pesquisa, assistência técnica, créditos altamente subsidiados, etc. (capítulo I). O que realmente se almejava era a capitalização do setor agrícola na perspectiva de ampliar o mercado de produtos industrializados. A compra de insumos externos torna-se imprescindível para responder às exigências das variedades melhoradas (dependência). Entretanto,

os aumentos da produtividade foram insignificantes se comparados com o aumento no uso dos insumos industriais; a vulnerabilidade das culturas aumentou - e logo os riscos; os custos cresceram assustadoramente tanto para o produtor como para o Estado. Os desgastes provocados pelo aumento da erosão, pela poluição, pelos desequilíbrios ecológicos são incalculáveis (Weid, 1985:05).

Verifica-se a destruição da flora e da fauna nativa; degradação dos solos tropicais (aragem e gradagem intensivas); assoreamento de córregos, rios e lagos; processos de desertificação e contaminação de fontes de águas pelo uso dos adubos sintéticos e agrotóxicos; danos à saúde da população (alimentos contaminados); intoxicação de trabalhadores; resistência e aparecimento de novas espécies de plantas invasoras, insetos, fungos e bactérias. Embora voltado prioritariamente para o latifúndio este modelo foi difundido também para a agricultura familiar, em especial junto aos agricultores consolidados no Centro-Sul do país. Já

em outras regiões em que os agricultores encontram-se marginalizados, em ecossistemas mais frágeis, com topografias acidentadas, baixa fertilidade e de difícil acesso, a inadequação do modelo a este setor fez-se sentir mais fortemente. Esta inadequação aliada à descapitalização, promove a expulsão de milhares de famílias do campo, com o conseqüente inchaço das cidades, a degradação dessas famílias e o aumento da criminalidade urbana (CONTAG, 1998:151).

O Fórum Nacional das Ongs brasileiras, por ocasião da ECO-92, já alertava sobre “a tendência à homogeneização dos processos produtivos e artificialização do meio natural”, apresentando alguns indicadores dos danos irreversíveis da estratégia modernizante:

as perdas de solo por erosão atingem no Brasil, a proporção alarmante de 25 toneladas/ano/ha, para níveis considerados normais de 3 a 12 toneladas. Quase 200 milhões de toneladas de terra fértil são perdidos anualmente no país, que são lançados nos cursos de água, assoreando-os e contaminando-os por lixiviação com fertilizantes químicos e agrotóxicos. Fenômenos de desertificação já se manifestam em área extensas no Rio Grande do Sul e no Nordeste (Relatório do Fórum Nacional das ONGs Brasileiras, 1992:108).

Além da contaminação generalizada dos alimentos consumidos pela população, os agrotóxicos têm levado ao aumento em proporções geométricas do número de espécies causadoras de danos às plantas cultivadas “que passaram de 989 a 3.037, entre 1948 e 1976” (Fórum das ONGs Brasileiras, 1992).

A dilapidação da vegetação nativa atingiu indistintamente os principais ecossistemas, de norte a sul do país, comprometendo irremediavelmente formações naturais de extraordinária riqueza e diversidade ecológica. A artificialização do meio ambiente e a homogeneização dos processos produtivos inerentes à industrialização da agricultura respondem também, por um acelerado processo da "erosão genética", decorrente da introdução de variedades de alto rendimento e de híbridos de grande fragilidade genética e altamente dependentes de insumos químicos (Fórum das ONGs Brasileiras, 1992:109).

Essas transformações provocadas por essa lógica modernizante, verificada no Brasil e em vários países do terceiro mundo, repousa na idéia de progresso e de desenvolvimento,

componentes essenciais da ideologia capitalista. Para Almeida (1997) a noção de progresso que vigorou de forma dominante até a década de 1930,

vinha sendo entendida como um movimento evolucionista, na direção do crescimento e da ampliação de conhecimentos. O progresso não era restrito apenas ao campo das ciências, mas, sobretudo, referia-se a melhorias das condições de vida, no sentido das liberdades políticas e do bem-estar econômico. O progresso assume, antes de tudo, um sentido parcial e prático: um progresso é um "melhoramento" (...) Quanto mais a noção de progresso é extrapolada em termos gerais, mais se trata de uma crença, de uma representação a priori, enfim, de uma ideologia (Almeida, 1997:34).

O mito do progresso entra em colapso no "mundo civilizado ocidental", industrialmente avançado, no final dos anos 70, já fragilizado pela crise financeira mundial dos anos 30.

Nos países pouco desenvolvidos industrialmente este é um conceito que nunca pôde ser verdadeiramente considerado, na medida em que o avanço indefinido dos melhoramentos técnico-científicos não aconteceu e que não houve um recuo progressivo e definitivo da miséria (Almeida, 1997:35).

Os impactos da modernização conservadora no Brasil, como acima assinalados, revelam que o progresso não possibilitaria o "crescimento" para todos.

Com a crise ambiental, econômica e social, nasce a idéia de desenvolvimento, que desde a década de 1950 é empregado corretamente na literatura econômica, revigorada por teorias e princípios que vêem no Estado um dos impulsionadores da modernização, garantindo um importante papel ao desenvolvimento econômico e técnico. A noção de desenvolvimento pretende evidenciar as dimensões econômica, social e cultural da transformação estrutural da sociedade. A partir desse conceito, o que ocorre nos países do Terceiro Mundo é uma tentativa de copiar o processo de transformação que ocorria nos países industrializados, ou seja, tornarem-se "ricos" e "avançados". O método de "transferência desse desenvolvimento dos países avançados para os atrasados, deu origem a várias teorias, assim comentadas por Almeida (1997):

De um modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo) liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo. A idéia-mestre de desenvolvimento que fundamenta esta visão reside no paradigma do humanismo ocidental (Morim, 1997); ou seja, no desenvolvimento sócioeconômico provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando ele próprio crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens. O que parece emergir como verdade suprema desta visão de desenvolvimento pode ser sintetizado como: desenvolvimento técnico científico » desenvolvimento sócioeconômico » progresso e crescimento (Almeida, 1997:36).

O desenvolvimento, nessa perspectiva, se impõe como universal, como um bem para todos os lugares, desconsiderando-se as diferenças de situação, de regime e de cultura.

Assim, nas décadas de 50 e 60, os Estados Unidos e a Europa incorporam essa noção de desenvolvimento na agricultura, inserindo-a de forma espetacular no sistema econômico a partir da conjugação do Estado, indústrias agroalimentares e agricultores empresariais. Recorrendo novamente a Almeida (1997), encontramos os elementos de conteúdo ideológico da modernidade na agricultura que passam a prevalecer:

a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência) associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social e da mentalidade tradicional. (Almeida, 1997:39-40).

Ancorado no mito do crescimento econômico ilimitado, o "novo desenvolvimento" se expande, ignorando os limites da natureza. Cavalcanti (1997) mostra como o crescimento da população e das atividades econômicas tem provocado o congestionamento do espaço para novas expansões. Comparando a relação entre o ecossistema e os sistemas econômicos globais de 1900 e 1995, observa-se que no primeiro a população do planeta era de 1,5 bilhões de pessoas e o PIB global era de 0,7 trilhão de dólares. No segundo ano (1995), a população chega a 5,7 bilhões de indivíduos e o PIB atinge 22 bilhões de dólares. Portanto, em menos de um século, quase quadruplica a população na terra e a economia alarga-se quase 37 vezes. Sem dúvida a concepção desenvolvimentista, economicista, não mediu suficientemente os efeitos desses crescimentos: "a economia é estudada para auxiliar os governos (...) a promover vigoroso crescimento, evitando ao mesmo tempo a depressão e a inflação" (Samuelson 1967, apud Cavalcanti, 1997). O crescimento da produção não deve ter limites, pois, "para se manter satisfeita a população de consumidores, para quem, na teoria econômica, se postula o axioma da não-sociedade, não há como limitar o escopo do crescimento econômico" (Cavalcanti, 1997:63).

Para o sistema econômico (ocidental, neoclássico em particular)

o papel dos mercados representa o cerne dos ajustamentos entre oferta e procura, entre interesses de consumidores e produtores, entre necessidades e disponibilidades de recursos (Cavalcanti, 1997: 64).

Desconsidera-se os fundamentos biofísicos da economia, conferindo ao mercado a solução para todos os conflitos.

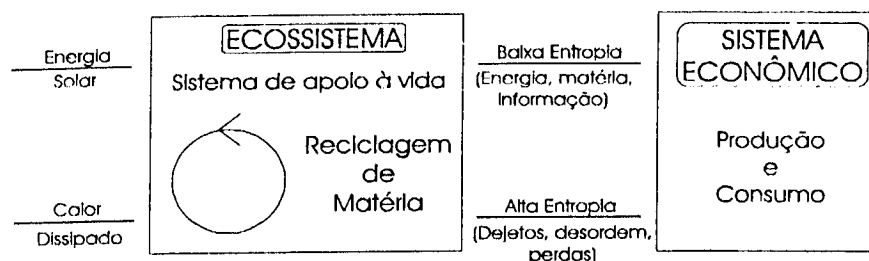
Essa lógica desenvolvimentista, vê o sistema econômico como um sistema isolado, sem troca de matéria e energia com o meio ambiente, o que não confere com a realidade do mundo. Cavalcanti (1997), analisando as interações economia ecossistema, numa perspectiva termodinâmica, considerou :

Efetivamente, o sistema econômico não é isolado da moldura de matéria e energia em que está inserido. Essa moldura é o ecossistema, com o qual a economia realiza troca de matéria, energia e informação, retirando dele o que se chama de extrações ou entradas de baixa entropia e devolvendo-lhe dejetos, desordem, perdas, resíduos ou saída de alta entropia. O fenômeno dessa forma é qualitativo e de natureza biofísica; não tem nada de configuração sócio econômica. E pode acontecer, porque o sistema econômico é um sistema aberto, que depende visceralmente da ecosfera, a qual, por sua vez, é um sistema fechado (troca apenas energia com o universo, o cosmos, que, este sim, é um sistema isolado). Na realidade a economia não pode estar dissociada pois, do que acontece no meio ambiente. Antes regula-se inteiramente pelos mesmos princípios que governam o ecossistema, precisando deste para as necessidades de um elenco de serviços ecológicos providos pela natureza - desde a regulação dos ciclos hidrológica feita pelas florestas, à filtração de poluentes, efetuada pelos pântanos, à ação microbiana no solo, etc. (cf. van Dieren, 1995:49)"(Cavalcanti, 1997:66).

A figura abaixo, ilustra essa interação:

Figura II.1

Interações economia-ecossistema de uma perspectiva termodinâmica



Cavalcanti (1997) observa, no entanto, que a operação do processo econômico implica mudanças qualificativas permanentes e irreversíveis no meio ambiente. Ou seja, ao extrair recursos de baixa entropia e devolver resíduos de alta entropia (lixo, desordem) o processo econômico altera o meio ambiente em seu perfil qualitativo.

Guzmán (1997) também analisa as repercussões do desenfreado gasto de energia:

o processo desagregador da natureza e da sociedade que se vê legitimado e fortalecido pela "ciência convencional" começou centenas de anos antes. O desenvolvimento das tecnologias de navegação, por um lado, e a aprendizagem de como usar a energia concentrada por outro, conduziu a uma forma de apropriação da natureza, que mais tarde se chamaria capitalismo. Tal processo requer um contínuo fornecimento de energia proveniente da natureza, uma constante reposição dos elementos, desta deteriorados, e a uma reacomodação dos dejetos resultantes. Ante a impossibilidade do cumprimento de tais requerimentos produz-se uma paulatina deterioração da natureza e uma reorganização da população através dos processos de urbanização. Produz-se, assim, o estabelecimento de uma forma de produção industrializada introdutora de progressivos processos de desigualdade social e de crescentes desequilíbrios ambientais globais (Guzmán, 1997:20-21).

Shiki (1997:135) ao estudar o caso dos cerrados, apontou que o sucesso econômico do modelo de produção da modernização conservadora da agricultura no Brasil é

altamente dependente de energia fóssil, de fontes de sintropia positiva e produtora de entropias indesejáveis, que questionam a sustentabilidade do sistema agroalimentar num ecossistema frágil como são os cerrados brasileiros. Essas entropias se manifestam de diversas maneiras entre as quais a degradação do solo; de redução da quantidade e qualidade da água; de simplificação do ecossistema e redução da biodiversidade e de ocorrência de patógenos e pragas oportunistas que adquirem caráter endêmico

De fato, o modelo de modernização da agricultura implantado no Brasil está baseado na utilização de recursos não renováveis. Exemplo disso é a limitada reserva de fósforo, componente dos adubos sintéticos da fórmula NPK (Nitrogênio-Fósforo-Potássio). As estimativas prevêem um horizonte de exploração destas reservas não superior a 60 anos (CONTAG, 1998).

Ao mesmo tempo, este modelo possui um alto déficit energético, ou seja, consome mais energia que produz. O gasto de energia para produzir adubo e outros insumos químicos e o consumo de combustível das máquinas agrícolas são superiores à energia efetivamente colhida ao final de uma safra (CONTAG, 1998). Isto demonstra a insustentabilidade deste sistema a médio prazo.

A modernização conservadora da agricultura brasileira que repercute agora nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, foi a pura expressão de um paradigma de desenvolvimento produtivista/economicista. Esse paradigma antropocêntrico e androcêntrico, tem como lógica a exaustão dos recursos naturais e está estruturado nos seguintes preceitos:

A natureza só tem valor como reserva de matéria-prima ou elemento de produção; globalização como estratégia de grandes corporações transnacionais e do sistema financeiro; reducionismo científico que divide e isola os fatos para conhecer (Descartes, Newton); o mito do progresso e do crescimento econômico

ilimitado; o desenvolvimento social medido pelos indicadores de crescimento econômico; ética egoístico-imediatista de privilegiar as gerações atuais em prejuízo das gerações futuras; paradigma consumista, individualista, provocado pelas forças que controlam o mercado e o lucro; hegemonismo cultural, epistemicida, *etnocida, que sufoca as culturas nacionais e locais; racionalismo estreito, mecanicista, que reifica as pessoas; desenvolvimento desigual e combinado e da soberania excludente que reparte desigualmente as condições de sobrevivência, de bem estar e do poder político entre os povos; o Estado tem monopólio da violência legítima e de direito; Estado imperial cujo único contraponto democratizante é a democracia representativa* (Um Ecosocialista Por Um Mundo Novo – Tese ao II Congresso do PT, 1999:68).

Em resposta a essa complexa realidade imposta por essa concepção desenvolvimentista/produtivista/economicista, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da "insustentabilidade" ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Para Almeida (1997), a noção de desenvolvimento sustentável

nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países", no entanto, mesmo havendo uma crescente adesão, esta é ainda uma "noção genérica e difusa, pouco precisa (...). Neste "guarda-chuva" do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade, a defensores de um "capitalismo verde", que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da idéia de progresso e crença no avanço tecnológico. Este grupo é integrado pelos atores "alternativos", que buscam "inventar" um modo de desenvolvimento e de agricultura que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições (Almeida, 1997:42-43).

Almeida (1997) entende que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável está polarizada entre duas concepções principais:

de um lado, o conceito/idéia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia/conceito (Almeida, 1997:43).

Para Guzmán (1997:21) o discurso oficial do desenvolvimento sustentável estabelece como objetivo

a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades, e não o crescimento econômico indiscriminado da região implicada, seja uma

área rural, um município, um país ou o conjunto da biosfera (...). para os países em desenvolvimento, a realização do potencial de crescimento econômico naqueles locais onde não são satisfeitas as necessidades básicas e a promoção de valores que alimentem níveis de consumo que permaneçam dentro dos limites do ecologicamente possível e ao que todos podem desejar de maneira razoável (...). Para os países desenvolvidos, a realização de seu potencial de crescimento sempre que este reflita os conteúdos de sustentabilidade e de não exploração dos demais, de tal forma que assegurem a igualdade para todos.

A origem contemporânea do pensamento do "desenvolvimento sustentável oficial" configura-se no início do ano de 1970, "quando a pressão do movimento ambientalista começa a ter peso nas sociedades avançadas" (Guzmán, 1997, citando Venturini). Realiza-se em 1972, organizado pelas Nações Unidas, em Estocolmo, num contexto de explosão ecologista nos Estados Unidos e Europa, a Conferência Sobre Meio Humano. Esse evento tem como principal descoberta a "existência de um só mundo" e são estabelecidos os 26 princípios norteadores da relação homem-natureza, que conferem ao subdesenvolvimento a origem da degradação ambiental. Posteriormente, a partir dos trabalhos do Clube de Roma (1972-1974), são oferecidos os primeiros estudos oficiais (científicos) sobre a deterioração ambiental, descobrindo-se que "é impossível o crescimento infinito com recursos finitos" (Guzmán, 1997:27), insinua-se que os países ricos também tinham responsabilidade com a questão ambiental (produção e consumo dispendiosos de recursos e energia e poluente e destruidora dos equilíbrios naturais da biosfera) (Ramón, 1997, citado por Guzmán). Ainda Guzmán (1997:26) assinala que nesta conjuntura intelectual e política

tem lugar a crise de orientação teórica da modernização agrária liberal, que tinha mantido uma forte hegemonia desde sua configuração inicial no seio da tradição sociológica da vida rural

E é nesse período, contraditoriamente, que se implementam o maior número de ações de desenvolvimento rural de tal modernização agrária liberal; mesmo com os fracassos dos planos financiados pelo Banco Mundial, (aplicados pela FAO, FMI, etc.) sobre o Terceiro Mundo, que teria uma continuidade na chamada Revolução Verde, "cujos estragos, a partir do pensamento científico liberal, se pretende mitigar com o desenvolvimento rural sustentável oficial" (Guzmán, 1997:27).

O "Relatório Global Ano 2000" (1980), a cargo do presidente americano Carter, contém o "primeiro diagnóstico sobre a deterioração ambiental da Biosfera", reconhecendo a "ameaça de sobrevivência da vida humana sobre o planeta" (Guzmán, 1997). Em seguida, a partir do "Relatório Brundtland", (1987) conhecido no Brasil como "Nosso Futuro Comum", obtém-se a definição oficial do conceito de desenvolvimento sustentável, preparatória da

conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92) do qual extraímos importante trecho que revela imprecisões :

o atendimento das necessidades básicas requer não só uma nova era de crescimento econômico para as nações cuja maioria da população é pobre, como a garantia de que esses pobres receberão uma parcela justa dos recursos necessários para manter esse crescimento (...). Para que haja um desenvolvimento global sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta, quanto ao consumo de energia, por exemplo (...). O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (Almeida, 1997:42).

Almeida (1997:44), referenciando-se em Carvalho (1991), assinala que o adjetivo sustentável remete àquilo que está em perfeito equilíbrio, que se conserva sem desgaste e se mantém no tempo, mas

quando aplicado ao desenvolvimento, transfere essas qualidades a um modo de organizar a vida social, criando a (falsa expectativa de uma "sociedade sustentável", em perfeita harmonia com a natureza, sem conflitos ou tensões sociais que perturbem ou ponham em risco a sua reprodução.

Ainda Almeida (1997) entende que o conceito oficial dá idéia de uma busca de integração sistêmica entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Para ele o principal conflito entre os que disputam o conceito e as práticas sociais e produtivas está na definição de "qual ator/agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração. Sustentar o quê? Futuro com, de quem e para quem ?"

O "Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras Preparatório Para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", vê também contradições e ambigüidades no "Relatório Brundtland", que embora defenda como desenvolvimento sustentável,

aquele que deve atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro; que prevê a superação da pobreza e o respeito aos limites ecológicos, aliados ao aumento do crescimento econômico, como condições para se alcançar um padrão de sustentabilidade em nível mundial (...), no entanto aposta no mesmo modelo de desenvolvimento que está na raiz dos problemas sociais e ambientais que constata. Alinhado à concepção liberal de um mundo organizado com base nas relações de ajuda e cooperação, exclui de sua análise os mecanismos de dominação que produzem as disparidades constatadas. Além de uma visão das necessidades humanas que não leva em conta a história, a proposta de uma ordem mundial sustentável ignora as relações desiguais que têm imposto aos

países periféricos os custos sociais, e ambientais do crescimento dos países centrais (...). Frente a isso, o marco diferencial de um modelo alternativo é aquele que atenda de fato às necessidades da sociedade civil democrática, garantindo uma ordem social justa, o respeito à vida, e o reconhecimento dos direitos sociais(...). Quando se coloca a questão do desenvolvimento sustentável da racionalidade econômica para a escolha de um projeto de sociedade atenda às necessidades humanas, há que se adentrar o campo da ética, dos valores que determinam uma concepção de que sejam essas "necessidades humanas", de que humanidade se trata, que sociedade é essa e quais as suas condições históricas e materiais de realização. (Fórum de ONGs Brasileiras, 1992)

Almeida (1997:48) sustenta que no Brasil, foram as ONGs as precursoras na utilização do conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável e que elas tendem a seguir a definição geral do Alternative Treaty on Sustainable Agriculture (Global Action, 1993):

um modelo social e econômico de organização baseado na visão equitativa e participativa do desenvolvimento e dos recursos naturais, como fundamentos para a atividade econômica. A agricultura é sustentável quando ela é ecologicamente bem fundada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e baseada na abordagem holística.

Para este autor a agricultura sustentável estava muito ligada à tecnologia "alternativa" em contraposição aos problemas ambientais e sociais provocados pelas tecnologias "modernas".

Os conceitos de desenvolvimento agrícola sustentável incorporam, de um modo geral, as preocupações de integrar a produtividade dos sistemas agrícolas e aspectos econômicos, sociais e ambientais. Altieri (1987) propõe a agroecologia como um paradigma técnico-científico capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, que estuda os sistemas agrícolas através de uma perspectiva ecológica e sócioeconômica. Nas suas palavras: *"Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e sócioeconômicos à compreensão e avaliação dos efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional - genética, agronomia, edafologia - incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrarem no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolverem agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (Altieri, 1998:18)*

No mesmo sentido, em outras palavras, Guzmán (1997:29) assim sintetiza a estratégia agroecológica:

manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativas potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Após toda essa descrição sobre a crise do modelo hegemônico e sobre a evolução e os conceitos referentes ao desenvolvimento (rural) sustentável, hoje integrantes dos discursos oficiais das nações e organismos multilaterais e agências de execução (Banco Mundial, Bid, FMI, FAO, PNUD, IICA, etc), como também de todas as instâncias do governo brasileiro, cabe perguntar: é possível atingir o desenvolvimento "economicamente viável, ecologicamente fundado e socialmente justo" na atual ordem capitalista (global) vigente? As políticas agrárias e agrícolas no Brasil, em especial a proposta de reforma agrária e de atendimento à agricultura familiar, estão, de fato, orientadas para a consolidação desse desenvolvimento rural sustentável?

Ora, é indiscutível a importância que os movimentos ecologistas tem desempenhado no mundo, ao questionarem os limites impostas à humanidade pelo atual modelo produtivista de desenvolvimento. Não se trata aqui de por "em xeque" as formulações teórico-científicas produzidas por uma infinidade de estudiosos, que propõem alternativas "sustentabilistas" frente ao possível esgotamento energético do planeta. No entanto, em nossa humilde compreensão, há uma série de lacunas e ilusões que precisam ser encaradas. A lógica capitalista é um empecilho às modificações na relação dicotômica existente entre sociedade e natureza, ou seja, valores substanciais do capitalismo como a produtividade, o lucro e o mercado, continuarão a ser os objetivos primeiros das atividades produtivas, e não a satisfação das necessidades coletivas. Em outras palavras, só uma nova ordem social, baseada numa ética solidária, fraterna, coletiva, democrática, igualitária, cosmocêntrica, e que incorpore a natureza à sociedade, significará a consolidação do desenvolvimento sustentável.

Com isso não queremos afirmar que a disputa atual entre os modelos de desenvolvimento, as mobilizações pró-sustentável, sejam desprezíveis. Ao contrário, os movimentos, as organizações, os cientistas, etc. que procuram o caminho do desenvolvimento

sustentável devem fazê-lo de forma autônoma e independente, sem ilusões de pactos com as elites capitalistas. Não se trata aqui, de simplesmente esperar uma ruptura, pois entendemos que as rupturas também são conseqüências de processos históricos que os homens constroem. Todavia, essa ruptura com a ordem capitalista é condição essencial para tal desenvolvimento da humanidade, que não pode ser encarado apenas como ambiental, mas que seja atingido na sua dimensão social, econômica, cultural, religiosa, filosófica, etc. Nesse processo, nessa disputa,

a principal contribuição (grifo nosso) desse movimento (por uma agricultura sustentável), não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis; mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos; e na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim, na produção de novas formas políticas e ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito (entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção existentes) (Graziano da Silva, 1997:106).

E o que assistimos? Com práticas legitimadoras do paradigma hegemônico (produtivista, cientificista), uma série de discursos sustentabilistas ganham terreno na era globalizada. Conceitos sustentáveis, muitas vezes transformados em meros instrumentos de uma chamada "ecologia de mercado", que vê a natureza apenas para "servir" às necessidades humanas, e apoiadores da aplicação e políticas públicas neoliberais, centralizadoras e segregadoras, que promovem a "maquiagem ecológica" dos espaços urbano e rural, beneficiando, na prática, interesses especulativos privados e comerciais (Um Ecosocialista Por Um Mundo Novo - Tese ao II Congresso do PT, 1999).

No Brasil, o discurso do desenvolvimento sustentável ganhou destaque no governo atual (FHC). Em particular, no rural sustentável, dezenas de intelectuais acadêmicos se esforçam para justificar o novo "modismo" (em que pese inúmeros serem pesquisadores historicamente comprometidos com a questão). Documentos oficiais convocam os agricultores familiares e os novos produtores assentados a se engajarem no novo paradigma. Como se não fosse o mesmo governo que penaliza a agricultura familiar, ao dificultar ou inviabilizar a liberação de recursos para investimentos (PRONAF); como se não fosse o mesmo que se recusa a realizar uma efetiva e massiva reforma agrária no país; como se não fosse aquele que utiliza de mecanismos autoritários para deslegitimar os movimentos sociais do campo (não vistoria em terras ocupadas, prisão de lideranças camponesas, etc.). Como se não fosse o defensor da lei de patentes, que favorece as grandes empresas, ou o mesmo que, legitima a produção de espécies transgênicas no país (hoje proibidas em várias nações do Primeiro Mundo). Ora, não há nada de sustentável nas migalhas (políticas compensatórias)

oferecidas pelos governos brasileiros e pelas nações hegemônicas (política e economicamente) aos trabalhadores do campo, conforme discutido no capítulo I (reforma agrária de mercado, intimidação aos movimentos sociais, descentralização, corte de gastos sociais, etc.). A opção das instituições oficiais continua sendo o financiamento da agroindústria, a privatização dos setores estratégicos, a disponibilização de recursos e securitização de dívidas dos grandes proprietários rurais, o favorecimento das transnacionais que exploram de forma degradante minérios e florestas, a inserção subordinada do país ao comércio internacional (GATT, ALCA, NAFTA, OMC, MERCOSUL), o favorecimento do capital especulativo em detrimento do produtivo, etc., etc.

A elite brasileira, hoje representada por FHC, oferece com uma mão e tira com a outra. Prova disto é que, de 1985 a 1995, contrariando o seu marketing, 941.944 estabelecimentos rurais deixaram de existir e só no primeiro mandato de Fernando Henrique, 400.000 pequenos agricultores perderam suas terras (capítulo I). O Brasil é considerado a 8ª economia do mundo, mas ocupa o 79º lugar nos Índices de Desenvolvimento Humano, segundo a própria ONU. Temos a pior distribuição de renda do globo.

Não acreditamos na possibilidade de construção de um desenvolvimento rural sustentável no Brasil, sem o enfrentamento ao grande capital que atua na agricultura (hoje agrário, industrial, financeiro e comercial) e sem a destruição do latifúndio. Atribuir exclusivamente à agricultura familiar (que sem dúvida desenvolve produções alternativas) mais essa responsabilidade histórica é por demais um exagero. Até mesmo a produção orgânica (produtos isentos de insumos químicos) dos assentados e de agricultores familiares esbarram na comercialização, já com início de monopolização pelo grande capital, também neste setor.

Portanto, como afirmamos anteriormente, é extremamente importante o acúmulo (prático e teórico) do movimento por uma agricultura sustentável, mas desde que ancorado numa perspectiva econômica, social, ambiental e cultural de transformação da sociedade. Nesse sentido ele deve estar associado a uma defesa radical de uma reforma agrária no país, a uma distribuição de renda e de riqueza (não com programas de combate a pobreza), à valorização e a uma política diferenciada para a agricultura familiar e assentados (créditos subsidiados, infra-estrutura social e produtiva), a programas educacionais abrangentes, a um sistema de saúde preventivo e de fácil acesso, etc.

A análise da sustentabilidade deve se basear ainda na superação da dicotomia natureza-sociedade, onde

a natureza não seja mero objeto a ser apropriado e transformado pelo homem e seus instrumentos institucionais e tecnológicos, mas atores da sua própria

reprodução. Assim, sociedade e natureza constituem um híbrido em que ambas fazem parte de uma mesma narrativa (Fitzsimmons e Goodman, 1998), a da natureza construída sob forma de artefato, seja como forma de mercadoria ou como forma de poluição. A natureza como agência, forma coletivos em que se reúnem humanos e não humanos, objetos materiais e não materiais, num continuum como um "tecido sem costura" como se refere Latour (1993)(Shiki, 1999).

Um novo paradigma, sustentabilista, se fundamenta, por sua vez, nas seguintes bases:

lógica da sustentabilidade; cosmocêntrico (o homem como parte do universo e o universo como parte do homem); visão de mundo a partir da dualidade de gêneros masculino e feminino; a natureza incorporada à sociedade; globalização da solidariedade entre as nações e culturas, para resolver problemas globais; conhecimento holístico vendo os fatos em sua complexidade de interações e mudanças (Einstein, Heinseberg); o crescimento econômico para o desenvolvimento social, com limites naturais e sustentabilidade; o desenvolvimento social medido por indicadores de satisfação das necessidades humanas, respeitadas as diversidades étnicas, culturais e individuais; ética intergeracional pela qual o usufruto pelas gerações atuais está condicionado ao resguardo dos direitos das gerações futuras; paradigma do atendimento às necessidades humanas a partir do consumo solidarista; transcultural, dimensão intercultural como valor ético, respeito à diversidade cultural; sentimentos e paixões como força criadora dos indivíduos e das coletividades, para transformação social; desenvolvimento democrático e sustentável sob um ordem internacional não autoritária e imparcial, onde a soberania possa ser reciprocamente permeável; Estado mediado por múltiplas formas de democracia: indireta, direta, novas institucionalidades (Um Ecosocialista Por um Mundo Novo - Tese ao II Congresso do PT - 1999:68)

II.3 - Perfil e Impactos dos Assentamentos Rurais no Brasil

Como caracterizamos a partir do processo histórico da questão agrária (capítulo I), o Brasil trilhou o caminho do desenvolvimento do capitalismo, prescindindo da realização de uma reforma agrária. A chamada reforma agrária oficial, está reduzida a uma política de assentamentos, como resposta do Estado brasileiro à enorme pressão que os movimentos sociais do campo desenvolveram, principalmente nos últimos 15 anos, recolocando na ordem do dia, a necessidade da democratização da terra no país. Como vimos, composto pela elite industrial, comercial, financeira e agrária brasileira, o atual governo federal não ousa nenhum tipo de enfrentamento com o latifúndio, ao contrário, a ele se associa (política, militar e juridicamente) como na perseguição aos movimentos dos sem terra, e na recente "reforma agrária" de mercado imposta.

Os trabalhadores do campo e desempregados das pequenas e médias cidades, através de movimentos de sem terras e sindicais, apoiados pela Igreja, partidos de oposição e

inúmeras Ongs, nacionais e internacionais, impuseram ao governo a criação de centenas de projetos de assentamentos rurais. Segundo dados oficiais, bastante controvertidos, como visto, só no atual governo de FHC (1995-outubro de 2001) 3.051 projetos foram criados através da obtenção de 19.852.432 ha de terras, sendo 542.359 famílias beneficiadas (INCRA, 2001). Aqui, cabe ressaltar que no cômputo oficial, muitos desses assentamentos estão contabilizados apenas a partir da publicação da Portaria que instituiu o P.A (Projeto de Assentamento), que se dá após a imissão de posse. É sabido que o parcelamento (definição da área a ser explorada por cada beneficiário) leva de um a três, às vezes até cinco anos, para ser executado, o que compromete sobremaneira o desenvolvimento das atividades produtivas, pois só com o parcelamento é que os créditos investimento, custeio, habitação e outros, podem ser oferecidos. Ademais, regularizações de títulos e outros mecanismos que superestimam os dados, são arquitetados pela burocracia governamental à favor do marketing "palaciano", conforme é reclamado por Medeiros e Leite (1998:01):

É muito grande a diversidade de situações que aparecem no discurso governamental, classificados como "assentamentos de reforma agrária": regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por "posseiros"; assentamentos em áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que de há muito viviam na terra como "rendeiros"; "agregados"; áreas objeto de ocupação por organização de trabalhadores; assentamentos em áreas que se constituíram como reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; usinas falidas que foram desapropriadas e onde foram alocados os próprios trabalhadores que lá trabalhavam como assalariados, etc.

Assim, existem os assentamentos de colonização, de reforma agrária, de valorização de terras públicas (desenvolvidos pelos governos estaduais), de transferência de população ribeirinha, os assentamentos extrativistas, etc.

7 Pelo sim, pelo não, a verdade é que a sociedade brasileira viu nascer um novo sujeito na sua complexa estrutura agrária: o assentado da reforma agrária. A própria diversidade do agrário nacional, com marcantes diferenciações regionais (econômicas, sociais, políticas, culturais) levam a uma variedade de lutas, de programas governamentais, como a uma infinidade de organizações sociais desses trabalhadores. Nesse sentido é que Medeiros e Leite (1998:03) reconhecem:

existe hoje um significativo segmento social, localizado nos assentamentos, que dialoga com o Estado e com a sociedade, de forma específica e direcionada, conseguindo, para além das marchas e contramarchas políticas, consolidar um acúmulo de experiências e conquistas inquestionáveis e, até certo ponto, irreversíveis

No universo dos assentamentos várias instituições estão mergulhadas; atuam de forma sinérgica ou, por vezes, com interesses opostos e conflitantes: INCRA, Prefeituras, Câmaras Municipais, Governos de Estado, universidades, institutos de pesquisa, igrejas, órgãos de assistência técnica, Ongs diversas, estudantes, movimentos de sem terras, movimento sindical (rural e urbano), vendedores de insumos, atravessadores, associações, cooperativas, etc. Para Abromovay (1994:136)

embora não exista no Brasil uma verdadeira reforma agrária há um conjunto suficientemente grande de assentamentos que nos permite refletir sobre quais poderiam ser os efeitos de mudança na estrutura de uso e posse da terra no país.

Estudo impactante a nível nacional e internacional, foi realizado pela FAO, sobre os "Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil", em convênio com o então Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, em 1992. O projeto visava

avaliar o desempenho dos beneficiários da reforma agrária que foram assentados entre outubro de 1985 e outubro de 1989; e identificar as principais determinantes do processo de geração de renda nos assentamentos (Guanziroli, 1994:14).

Foi pesquisada uma amostra de 10% de 524 assentamentos (94.026 famílias) criados pelo INCRA, sendo visitados 10% das famílias dos assentamentos selecionados de 21 Estados da federação. Um dos principais resultados foi a identificação de uma

renda média gerada por famílias da beneficiários da reforma agrária ao nível nacional foi de 3,7 salários mínimos por mês, sendo que na região Norte foi de 4,18 salários mínimos mensais, no Nordeste 2,33, no Centro-Oeste 3,85, no Sudeste, 4,13 e no Sul, com a renda mais alta, foi de 5,62 salários mínimos ao mês (Guanziroli, 1994:23).

Um resultado bastante significativo, se comparado com a média salarial da população de baixa renda da cidade ou com a média do setor rural. Essa renda foi o somatório das rendas agrícola líquida, animal líquida, autoconsumo, outros trabalhos (empregos temporários ou permanentes de membros da família) e outras rendas (madeira, carvão, extrativismo, pequeno comércio, artesanato).

Para Guanziroli (1994:29) os assentados

superam amplamente a média da linha de pobreza no Brasil, considerada pelo IBGE, em um salário mínimo; e na maioria absoluta foram beneficiadas famílias que realmente precisam de terra (melhoria pela transferência patrimonial), pois apenas 13,44% eram proprietários ou posseiros antes de entrarem no assentamento

Na região Norte o número de posseiros foi maior (25,25%), com a média de idade dos beneficiários acima de 40 anos; no Sul a maioria foi de filhos de pequenos proprietários (sem terra) com idade média de 35 anos. Sem considerar a transferência da terra e para além do patrimônio coletivo adquirido (benfeitorias e obras realizadas por instituições públicas), houve, segundo a pesquisa, uma capitalização considerável dos assentados: 206,49% em relação ao seu capital inicial com utilização de recursos próprios e aumentou este capital em até duas vezes e meia ao se incluir os empréstimos e doações (251,85%). O Relatório da FAO enfatiza que a principal fonte de capitalização tem sido os recursos próprios o que revela que apesar do importante papel do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), os assentados estariam gerando o seu próprio investimento:

os agricultores da reforma agrária contando com um estoque inicial de terras no geral ruins, com facilidades de crédito irregulares, embora melhores que os alocados para os pequenos produtores rurais, e com certas obras de infraestrutura realizadas dentro dos assentamentos, conseguiram, num breve lapso de tempo, aumentar sua renda, progredir em termos sociais, acumulando um patrimônio bastante significativo em relação ao seu capital inicial. (Guanzirolí, 1994:35).

Em relação a distribuição da renda, foi identificado pela FAO um alto grau de diferenciação entre as famílias assentadas: 15% das famílias sobrevivem com menos de 1 salário mínimo, representando um grupo que ficou marginalizado do processo produtivo durante três anos, com dificuldades de produzir, aproximando do percentual de abandono ou venda de lotes. Um segundo grupo de famílias (40%) consegue uma renda que varia de 1 a 3 salários mínimos, sendo 50% no Nordeste e 19% no Sul; este grupo pode-se transformar em agricultores comerciais, a depender de condições climáticas e de apoio institucional. O terceiro grupo, representado por 45% das famílias que ganham mais de 3 salários mínimos em média, conseguindo produzir quantidades razoáveis de produtos de origem animal e vegetal, são os agricultores familiares comerciais, já considerado um subsetor dos assentados. Um dos aspectos que influencia negativamente na renda, refere-se às perdas geradas no processo de comercialização da produção que é afetada, entre outras, pelas seguintes condicionantes:

falta de armazenamento da produção que não permite a internalização das diferenças sazonais de preços; distância dos centros comerciais e deficiências no sistema viário e de transportes, o que facilita a entrada de intermediários que estabelecem preços monopsonicos; relações contratuais irregulares com agroindústrias e intermediários oligopsonicos. (Relatório da FAO, 1994:58-59)

Esse processo, por sua vez, influencia as desistências e abandonos nos assentamentos, que atinge um percentual médio (Brasil) de 22% em relação ao número original de

beneficiários, sendo em torno de 4% na região Sul, 11% no Nordeste, 16% no sudeste, 17% no Centro-Oeste e 27% no Norte. Para a FAO, embora alto este percentual de desistência, isso não atenta contra a reforma agrária, pois ficou garantido um percentual bastante superior de trabalhadores na terra, "promovendo o desenvolvimento social e econômico de uma parcela considerável da população assentada". Uma parte de vendas de lotes acontece entre os assentados ou para outros sem terras das redondezas (as vezes com perfil melhor do que os originalmente selecionados), nunca a reconcentração, a volta à situação prévia à desapropriação. Num extremo, pode diminuir pela metade o número de assentados.

Assim conclui a pesquisa da FAO, conforme Guanzirolli:

(O Programa de assentamento de populações de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo INCRA revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo. (...), Neste sentido, recomenda-se a expansão deste programa, de forma tal que permita incorporar maior número de famílias de baixa renda, evitando-se assim o isolamento dos assentamentos num contexto de pobreza rural. Verificou-se a existência de um mercado processo de integração nos mercados, principalmente entre as famílias de maior renda (...) .Constatou-se que a produtividade, em geral, dos assentamentos é baixa, quando comparada ao contexto regional. Surgiram evidências também que mostraram a existência de dificuldades na relação com o meio ambiente, principalmente nas regiões Amazônicas. (...) foi tênue a atividade de canalização de água e irrigação nas áreas passíveis de cultivo. Recomenda-se, portanto, que se concentrem esforços na realização deste tipo de obras, principalmente no Nordeste, em algumas partes do Sudeste, e no Centro-Oeste. (Guanzirolli, 1994:65-66)

Resultados diferentes são oferecidos pela pesquisa do BNDS (Castro, 1992) quanto à viabilidade sócio-econômica dos assentados. O levantamento foi realizado com 1.517 beneficiários contemplados antes de 1985. Este sustenta que os assentados têm condições, na maior parte dos casos, de permanecerem na terra por mais de dez anos, que vão vendê-la assim que for possível. A reforma agrária não é a saída para o enfrentamento e pobreza rural. Apenas uma camada minoritária vai se transformar em produtor. Segundo Castro (1992), sua pesquisa revela que a renda monetária média encontrada é de 3 salários mínimos, mas ela é muito concentrada. Apenas 11,9% das famílias obtêm renda monetária superior a 6 salários mínimos e 36% dos parceiros não ultrapassam 1 salário mínimo. Nos 26 projetos estudados constata-se que os 50% mais pobres entre os agricultores recebem de 6% a, no máximo, 36% da renda total gerada no assentamento. Castro (1992) conclui que apenas 20% dos assentados terão condições de se converter em agricultores profissionais, não sendo a reforma agrária uma forma socialmente justificada de se alcançar uma nova camada de produtores rurais e de distribuição de renda.

Para Abramovay (1994) as diferenças apresentadas nos resultados e nas interpretações (BNDES e FAO) são de natureza teórica metodológica. Ressalte-se que o BNDES pesquisou assentamentos criados entre 1981 e 1983 (período do regime autoritário), quando não havia a força dos movimentos sociais na gestão dos projetos, como no período da pesquisa da FAO; também não foi examinado em profundidade o contraste dos assentamentos do Nordeste e do Sul pelo BNDES. A diferenciação da renda dentro dos assentamentos no Sul e Sudeste

é que provavelmente ali, um grupo maior de pobres rurais encontrou o ambiente que lhes possibilitou transformarem-se em agricultores profissionais: ou seja, naquelas situações em que as condições de crédito, de mercado, de acesso à assistência técnica, a bens e serviços básicos é melhor, um número muito maior de agricultores consegue vencer o desafio que consiste em obter uma renda aceitável a partir de suas atividades agrícolas (Abramovay, 1994:39).

Outro fator que leva a tal diferenciação de resultados é que no estudo do BNDES o autoconsumo não é computado como renda, apenas a renda monetária. "A inspiração do trabalho da FAO, neste sentido, é nitidamente Chayanovista. Já o BNDES aplica aos assentados categorias próprias à economia capitalista por ser este o ambiente em que os agricultores tem de inserir. (...) No trabalho do BNDES, o formato de diferenciação dos produtos no Brasil está mais que configurado e as chances de novas unidades produtivas resultantes de assentamentos são praticamente nulas: subjacente ao trabalho da FAO encontramos a idéia de que novas unidades produtivas têm chances de se afirmar no mercado e que o processo que conduz à polarização social extrema na agricultura - e que fornece a base dos estudos dos clássicos marxistas da questão agrária - não é uma fatalidade, mas um produto histórico, que, enquanto tal, pode ser alterado pela intervenção política das forças sociais interessadas em sua transformação." (Abramovay, 1994:44-45). Ainda Abramovay (1994) entende que para o BNDES o desempenho do assentamento seria julgado pelo custo de oportunidade do capital, aí aplicado, ou seja, se os retornos são ou não compatíveis com os recursos colocados a favor da reforma agrária, ou se seria mais vantajoso aplicá-los em outros setores econômicos. Mas, outro aspecto importante dos assentamentos é que o cálculo que rege a formação do critério de eficiência, se pautar pelo custo de oportunidade do trabalho, que pela pesquisa da FAO revela permanente, sendo o assentamento o melhor custo de oportunidade do trabalho até aqui encontrado.

Zamberlan (1994:126) observa que embora o Relatório da FAO conclua que a produção dos assentados "foi inferior às médias regionais e nacionais para os principais produtos", quando comparada com a produção do antigo proprietário (latifundiário), ela pode revelar-se bastante superior. Zamberlan e Florão (1989) pesquisaram 8 assentamentos na

região de Cruz alta (RS), entrevistando 755 famílias assentadas e mostram a seguinte comparação de desempenho (latifundiário e agricultor assentado), conforme tabela II.1 abaixo:

TABELA II.1
COMPARATIVO DA PRODUÇÃO ANUAL E INFRA-ESTRUTURA:
8 FAZENDAS NO ANO DE DESAPROPRIAÇÃO E OS
RESPECTIVOS ASSENTAMENTOS NO ANO DO CENSO/89
NA REGIÃO DE CRUZ ALTA, RS - 1969-1989.

Aspectos (unidades)	Situação das fazenda no ano da desapropriação	Situação dos Assentamentos No Censo/1989	% de variação (crescimento) entre as duas situações
Área	20.875	20.875	-
Nº de Famílias	57	755	1.224
Nº de Pessoas	314	4.406	1.958
Escolas	-	17	-
Igrejas/Salões Comunitários	-	26	-
Mercados/Bares	-	14	-
Lojas	-	7	-
Oficinas	-	6	-
Graneleiros	-	3	-
Canchas Bochas	-	11	-
Telefones	-	3	-
Grãos(sacos)	102.500	657.931	541
Bovinos	4.850	5.730	19
Ovinos	3.300	664	(79)
Suínos	362	6.798	1.777
Aves	348	51.288	14.637
Leite(lt)	76.320	3.264.925	4.177
Tratores	30	534	1.680
Automotrizes	11	174	1.481
Caminhões	14	82	465
Veículos de Passeio	10	291	2.810
Implementos Agrícolas	103	5.771	5.502
Indústria Caseira(*)	1.000	276.310	27.531
Pés de Fruteiras	217	53.906	24.741
Olericultura(Kg) (**)	4.740	125.589	2.549
Eletrodomésticos	314	6.344	1.920

(*) Compotas de frutas, geléias, rapaduras, cachaça, vinagre, vinho, vassouras, queijos, chimia, salame, presunto, sabão, nata, açúcar mascavo, manteiga, banha.

(**) Tomate, cebola, repolho, beterraba, rabanete, couve, chuchu.

É nítido o melhor desempenho destes assentamentos, apesar das dificuldades que lhes são impostas na relação com o mercado: falta de infra-estrutura, recursos insuficientes para investimentos, preconceitos, etc. Tomando-se por base a produção pecuária, vemos que as fazendas, anteriormente, criavam em torno de 4.850 cabeças de gado, numa área de 15.156 ha, com uma produtividade de 0,32 cabeças/ha. Já os assentados (1989) possuíam 5.730 cabeças de gado, numa área de 2.292 ha, atingindo uma produtividade de 2,5 cabeças/ha. Em

relação à produção de grãos, identifica-se 102.500 sacos/ano produzidos nas fazendas antes da desapropriação e 657.931 sacas/ano dos assentados, bastante superior.

Obviamente, como mostra a tabela II.2 abaixo, essa maior produtividade não é verificada em todas as situações (regiões), mas é inegável o reflexo na dinâmica econômica regional que os assentamentos podem possibilitar, principalmente quando as condições mínimas lhes são oferecidas (créditos, infra-estrutura, assistência técnica, organização, planejamento, etc. e quando estão inseridos em regiões "prósperas". No exemplo acima, os assentados colocam no mercado, grãos, carnes, leite, frutas, produtos da indústria caseira, e adquirem tratores, caminhões, implementos agrícolas, eletrodomésticos, defensivos, serviços especializados, etc. Zamberlam e Florão (1994) comparavam também a produtividade de alguns produtos de assentamentos pesquisados pela FAO com os 8 assentamentos da região de Cruz Alta (tabela II.2).

TABELA II.2
COMPARATIVO DE PRODUTIVIDADE: MILHO, FEIJÃO, MANDIOCA E ARROZ EM
ASSENTAMENTOS (TABELA 22 FAO) E PESQUISA REALIZADA NA REGIÃO DE CRUZ
ALTA-RS

REGIÕES	CULTURAS							
	Milho		Feijão		Mandioca		Arroz	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Sudeste	1.19	2.00	0.51	1.07	10.37	12.93	0.77	2.02
Centro-oeste	1.16	2.19	0.55	0.66	9.98	16.42	1.14	1.61
Norte	1.39	1.25	0.79	0.46	5.97	13.48	1.68	1.22
Nordeste	0.58	0.51	0.34	0.31	5.47	7.44	2.25	0.69
Sul	1.77	2.33	0.52	0.59	10.50	18.53	0.79	2.11
Brasil	1.00	2.07	0.51	0.77	6.06	17.20	0.87	2.08
8 Assentamentos Cruz Alta(3)	2.40	2.40	1.30	0.70	11.4	11.80	1.60	1.70

(1) Dados Levantados pela pesquisa da FAO (1992)

(2) IBGE - Produção Agrícola Municipal (1989)

(3) ZAMBERLAN e FLORÃO (1989)

Constata-se que a produtividade dos 8 assentamentos na região de Cruz Alta é superior aos 4 municípios onde estão inseridos, com exceção da cultura de arroz, e a produtividade média é também superior aos assentamentos pesquisados pela FAO, superando até mesmo a média nacional.

Zamberlam (1994) compara ainda a relação entre produção individual por família e a produção cooperada dos assentamentos de Cruz Alta e a produção agrícola municipal, na safra 1991/92 (tabela II.3).

TABELA II.3
COMPAPARATIVO DO DESEMPENHO DA PRODUÇÃO – UNIDADES FAMILIARES
INDIVIDUAIS, GRUPO DE COOPERAÇÃO E MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA – 1991

Localidades	CULTURAS		
	Soja	Milho	Feijão
Unidades individuais (1)	1.954	2.480	800
Grupo de cooperação agrícola (2)	2.301	3.600	805
Cruz alta (3)	2.000	3.050	750

(1) 10 famílias assentadas em 1998, na Seival – Cruz Alta, com produção individual.

(2) 10 famílias assentadas, na Seival – Cruz Alta, com produção coletiva desde o ano de 1998.

(3) Dados preliminares da Produção Agrícola Municipal, 1991/92.

A organização e o planejamento da produção e do trabalho, a mudança da matriz produtiva (de grãos para vegetal-animal), as informações do mercado, a incorporação de tecnologias alternativas que reduzem custos, o atendimento prioritário dos grupos de cooperação em detrimento dos individuais por parte dos agentes financeiros, são apontados por Zamberlam como variáveis que determinam o melhor desempenho da cooperação agrícola, que aparecem sob várias formas (parcerias, condomínios, associações, cooperativas de produção agropecuária).

Como já observado, o Estado brasileiro, além de não promover uma efetiva reforma agrária, não se compromete também, adequadamente, com o oferecimento de condições políticas e materiais para que os assentados agilizem o seu processo produtivo e econômico. Após longo processo de luta até a conquista do assentamento, via de regra, marcado por ocupações, despejos, prisões, acampamento às margens de rodovias, reocupações, fome, etc., os assentados percorrem outro doloroso caminho para verem suas reivindicações atendidas. O tempo de vida em acampamento (2 a 5 anos) torna o trabalhador ainda mais pauperizado. Assim, quando é criado o P.A., antes do parcelamento, lhe é entregue um ínfimo crédito, "alimentação e fomento", correspondente à R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) para que ele sobreviva com a família e adquira os instrumentos básicos para dar início à produção. Aqui entra a criatividade dos agricultores, a organização comunitária de cultivos e a ajuda de outras instituições (sindicatos, movimentos, igrejas, Ongs, etc.), que garantem a permanência das famílias até a definição da área de cada um, ou das áreas comunitárias (famílias que optam em organizarem-se em condomínios).

Só então, o assentado está apto (passados 2 a 5 anos da criação do P.A) a receber o crédito Custeio (PRONAF - linha A), que até o ano 2001 tinha como teto máximo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por ano e o crédito investimento de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) em uma única operação. O PRONAF A, é um crédito diferenciado do extinto PROCERA (1999), que oferecia um rebate de 50% no pagamento e juros de 3% ao ano. O

PRONAF A representou a redução do subsídio apontado no discurso oficial como uma conquista dos assentados, pois estes já estariam, após o recebimento da terra, com condições econômicas iguais às dos agricultores familiares "podendo honrar seus compromissos". O crédito habitação segue o rol de "benefícios" que os assentados podem acessar: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por família para construírem a moradia. É sabido que tal valor, não é suficiente para a compra do material básico. Além do mais, a obtenção desses créditos é por demais burocrática, sempre saindo de forma tardia (custeio) levando, necessariamente, a frustrações de safra, endividamentos e a inadimplência dos agricultores, o que os impedirá de acessar novos créditos, criando o ciclo da miséria nos assentamentos. Ocorre também, que mesmo estando adimplente, os assentados não conseguem ter acesso a outras modalidades de crédito, em especial o PRONAF B, C ou D (teoricamente disponível aos agricultores familiares), pelas exigências dos agentes financeiros, como a terra em garantia, uma vez que ainda não é de sua propriedade.

O governo federal (INCRA) com a criação da política de descentralização, hoje está desincumbido de compromissos com a infra-estrutura social e produtiva nos assentamentos. Assumindo apenas (parcialmente em muitos casos) a construção da rede tronco da eletrificação (equivalente a R\$ 2.000,00/família por P.A.). O INCRA deixa a cargo da boa vontade dos governos estaduais e municipais a construção de estradas, abastecimento de água, armazéns, eletrificação dos lotes, escolas, postos de saúde e qualquer outro equipamento de interesse da comunidade. Não existe um programa de assistência técnica orientado para os assentamentos. O Projeto Lumiar (Programa de Assistência Técnica), baseado em metodologias participativas, revelou-se muito positivo como instrumento no auxílio ao desenvolvimento dos assentamentos, mas foi abortado pelo governo após dois anos de aplicação, sob alegação orçamentária, diga-se, para atender a cortes sociais impostos pelo ajuste fiscal (FMI).

Para fazer jus ao marketing (internacional) da "reforma agrária" do governo FHC, uma série de programas são arquitetados (MDA, 1999): PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), "Nossa Terra, Nossa Escola" (desconto de até de 50% nas prestações do imóvel caso os filhos permaneçam na escola), Projeto Casulo (desenvolvimento do assentamento em parceria com o município), Ouvidoria Agrária-Nacional (evitar conflitos, mas tem servido para instrumentalizar a criminalização de lideranças), cursos de capacitação em meio ambiente, Cédula da Terra, Banco da Terra, criação de Gerências Regionais, etc. Observa-se que todas essas propostas são desconectadas, levando ao agravamento da burocracia institucional, promovendo um aparente compromisso do Estado com o

desenvolvimento dos assentamentos, e, no limite, impedindo a organização autônoma e independente das comunidades dos assentados. Não há uma sinergia nas ações desses programas, ao contrário, favorecem a fragmentação da ação institucional e a confusão na organização dos agricultores.

É dentro desse contexto de enormes dificuldades, sem apoio concreto do Estado, por vezes tendo-o como opositor, que os trabalhadores dos assentamentos rurais do Brasil, são obrigados a provar a viabilidade da reforma agrária, sem contar os enfrentamentos com os latifundiários, polícia, poder judiciário, políticos locais. Ainda assim, a exemplo do que constatou a FAO e inúmeras outras pesquisas, como a da região de Cruz Alta (RS), atestadas por Zamberlam (1994), os assentamentos rurais dão provas de uma enorme capacidade de resistência, tanto no plano da elevação das condições de vida e trabalho, como na conquista do espaço político e social de uma gama imensa de trabalhadores antes completamente marginalizados. Estudos vários (Neves, 1995; Bergamasco, 1995; Leite, 1994; Zamberlam, 1994; Tavares dos Santos, 1994; Medeiros, 1999; Leite 1999; Navarro, 1999; Bergamasco, 1999) têm apontado para a viabilidade socio-econômica dos assentamentos, notadamente para os impactos regionais por eles promovidos, ou seja, as modificações nas relações sociais, econômicas, políticas e ambientais, que se dão desde o início da luta dos sem terra e que repercute após anos de criação dos assentamentos numa determinada região. O surgimento dos assentamentos tem sido defendido como estratégia de desenvolvimento local (Ortega, 2001; Nomura, 2001)

Leite e Medeiros (1999:09) classificam como regiões dos assentamentos, "áreas de influência e de constituição de uma determinada rede de relações econômicas, sociais e políticas - que podem coincidir com um município, com um conjunto de municípios ou ainda com partes deles", não obedecendo necessariamente definições oficiais (IBGE, INCRA, etc.), para analisar os impactos dos assentamentos. Os assentamentos são marcados por diferentes momentos na sua trajetória. O primeiro momento diz respeito ao histórico da região e à instalação do conflito: "Nesse processo, geram-se lideranças, constróem-se alianças e oposições, produzem-se solidariedade e identidades." (Leite e Medeiros, 1999). O conflito aparece como questão nova, (problema político) envolvendo as forças políticas locais (Executivo, Judiciário, Legislativo), a imprensa, a população em geral do município e da região. O segundo momento refere-se à ação do Estado, que é obrigado a intervir para desapropriar, regularizar, delimitar área para os trabalhadores ou retirá-los de uma área ocupada, mas que mais cedo ou mais tarde, resultará num assentamento.

"Essa intervenção pública, mesmo de regularização fundiária, provoca uma reordenação de relações no plano local. Assentar significa reconhecer uma

situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir uma transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito" (Leite e Medeiros, 1999:10).

Aqui, os marginalizados passam a ter voz e vez, conquistam o direito de cidadãos.

O terceiro momento considerado pelos autores acima é da "instalação e reprodução". Novas lutas aparecem: por créditos, infra-estrutura, assistência técnica, produção, busca de mercados, formas associativas, etc. Novas relações sociais são estabelecidas. Os assentados podem fortalecer a sua organização autônoma e independente em relação aos poderes oficiais constituídos, ou podem regredir, passando a adotar uma postura submissa a esses poderes (comum onde os embates não foram tão intensos). Há situações em que prefeitos, vereadores e até grandes proprietários querem influenciar na definição das famílias a serem beneficiadas, após a desapropriação do imóvel. Novas demandas aparecem com o assentamento: saúde, educação, transporte, apoio à produção, etc. Há uma mudança em relação à participação dos trabalhadores em muitos municípios. Como lembra Leite (1999:12)

o simples fato de criação de uma associação inaugura uma prática política por vezes desconhecida regionalmente, o que nos permite indagar sobre a possibilidade de estarem ocorrendo alterações moleculares na cultura política local

E quanto mais inserido estiver o assentamento com organizações mais amplas (regional, estadual e nacionalmente), como os movimentos de sem terras, movimentos sindicais, igrejas, ONGs, mais forças para fazer valer as suas reivindicações, ele terá.

A origem da população do assentamento é um aspecto importante que se pode constatar. Quando é do local, na maioria das vezes, leva a mudanças de relações políticas e econômicas, dando novo status aos produtores rurais assentados. Quando as famílias são "de fora", de outro município e região, causa alterações demográficas que repercutem no colégio eleitoral, podendo fazer surgir novas forças políticas (entidades, partidos). Não raro, administrações municipais conservadoras, passam a dar apoio aos assentados, pois percebem que a chegada de créditos, ainda que insuficientes para cada família, no montante, movimenta a economia local (compra de insumos, combustível, material de construção, etc.). Segundo Benedetti (1998), há situações em que o volume de recursos oficiais e de agências internacionais, dirigido aos assentamentos, extrapola o orçamento de alguns pequenos municípios. O processo de luta pela conquista da terra é, necessariamente, um processo de organização política que leva ao aparecimento de lideranças que, não raro, são levadas a

representarem o assentamento em entidades locais (associações, cooperativas, conselhos comunitários), como também a ocuparem cargos públicos (vereador, prefeito, deputado).

Para Leite (1994:14)
a diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional

Ocorre em algumas situações um efeito multiplicador do processo produtivo dos assentados sobre os pequenos agricultores da região, passando estes, a adotar práticas daqueles, ou a se inserir em organizações dos assentamentos (associações, cooperativas), na busca da comercialização conjunta, por exemplo, através da aquisição de tanque de expansão para armazenamento e venda de leite. Também não é desprezível a arrecadação de impostos proporcionada pelos assentamentos em alguns municípios: a fazenda Reunidas (Promissão-SP), onde estão assentadas 600 famílias, contribui com mais de 50% da receita total do município (Bergamasco, 1999). No plano organizativo, grupos de mulheres, de jovens, religiosos e ambientais, também aparecem, demonstrando o contínuo processo de socialização e politização proporcionado nos assentamentos.

Cabe também considerar que as áreas que estão sendo adquiridas para assentamentos são, via de regra, constituídas por solos pobres, desgastados pela ação predadora dos antigos proprietários em função da utilização intensa do pacote tecnológico da revolução verde, constituídas, predominantemente, por pastagens artificiais degradadas, com pouca área de reserva legal, com elevada destruição de áreas de preservação permanente, com rios e córregos contaminados pelos produtos aplicados nas grandes lavouras de grãos, circunvizinhas, com quase inexistência da vegetação original. A ausência de programas que estimulem o uso racional dos recursos naturais e de uma assistência técnica conhecedora de práticas alternativas compromete sobremaneira os resultados produtivos. No afã de conseguir resultados imediatos, em muitas regiões os assentados optam também pelo modelo hegemônico (adubo-veneno-trator) disponível, acarretando a perda do solo, comprometendo a sobrevivência. Por outro lado, o trabalho de várias ONGs direcionado para a agroecologia, associado ao acúmulo de conhecimento de muitos agricultores, tem possibilitado o desenvolvimento de várias experiências alternativas (adubação verde, adubação orgânica, rotação e associação de culturas, etc.) com resultados satisfatórios.

Ao defendermos o potencial que carregam os assentamentos, e os impactos regionais positivos por eles promovidos no plano local, não deixamos de reconhecer que isso não é regra geral. Práticas individualistas (na produção e organização), uso inadequado de recursos

naturais, despolitização, subordinação aos poderes locais (clientelismo, paternalismo), favorecimento de atores externos à luta travada (atravessadores, comerciantes, políticos, empresários da agroindústria), baixa produção e produtividade, renda insatisfatória, também são identificados em inúmeros assentamentos.

Assinalamos que, quando são oferecidas as condições mínimas aos assentamentos, tanto por parte do Estado, como por parte das organizações que coordenam o processo de luta, as chances de resultados positivos são extraordinariamente maiores. Isso indica que uma reforma agrária generalizada, massiva, ancorada em políticas públicas conseqüentes, não entendida aqui como combate a pobreza (compensatória), proporcionará ao Brasil a distribuição da renda, da riqueza, do poder, garantindo emprego, liberdade e democracia para o povo do campo.

Debruçarmos sobre as experiências dos assentamentos da região do Triângulo Mineiro (MG.) para identificar potencialidades e limitações dos mesmos, na busca da sustentabilidade econômica, social, política, ecológica e cultural, é o nosso esforço no capítulo que se segue.

CAPÍTULO III

AGRICULTURA, LUTA PELA TERRA E A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

*Os poderosos grandes latifundiários
nos ameaçam com fogo e armamento,
Mas não importa, nós estamos preparados,
em cada barraco queimado nasce
um novo acampamento*
(Hino do MLST DE LUTA - Autor: Neno - sem terra do
Triângulo Mineiro)

Fruto da dinâmica nacional da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra, a região do Triângulo Mineiro assistiu nos últimos 15 anos, a graves conflitos pela posse da terra. O resultado foi a instalação de 36 assentamentos, com 1.540 famílias, numa área de 45.396,2 hectares.

Inseridas no ecossistema dos Cerrados e marcadas por extraordinária presença do modelo tecnológico tipo Revolução Verde, as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, desenvolveram, patrocinados pelo Estado, inúmeros projetos voltados à monocultura, à pecuária extensiva e à constituição de agroindústrias, sempre a favor da concentração fundiária. Os impactos decorrentes da modernização estão traduzidos, no êxodo rural, no crescimento acelerado de algumas cidades, na violência, no desemprego, na concentração da riqueza e do poder político, na miséria de milhões.

Como pingos d'água num oceano, e contra as forças políticas conservadoras predominantes, à custa de extrema resignação dos trabalhadores sem terra, os assentamentos foram aparecendo a partir de 1986 (Fazenda Iturama), adquirindo maior densidade no final dos anos 90. Analisar o contexto econômico, social, político e cultural em que esses assentamentos estão inseridos; investigar suas potencialidades e limitações em termos de produção, produtividade, renda; conhecer as relações estabelecidas com o meio-ambiente, com o mercado, com o poder oficial, com as instituições não governamentais; identificar as formas de organização social e produtiva predominantes; verificar o alcance de suas perspectivas a curto, médio e longo prazo, enfim, observar se os assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba estão consoantes com uma sustentabilidade econômica, social, política, ecológica e cultural, são os objetivos deste capítulo.

Nossa intenção inicial era de mergulhar nos assentamentos na busca de um diagnóstico o mais completo possível. Todavia, dificuldades várias, como tempo para conclusão da pesquisa, indisponibilidade de recursos humanos (equipe para trabalho de campo) e materiais, além de outros impedimentos de ordem pessoal, levou-nos a um outro caminho metodológico. Demo-nos conta de que o trabalho já produzido por vários pesquisadores sobre a luta pela terra na região, alguns estudos de casos e outros mais abrangentes; a elaboração de Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento em alguns P.As., produzido por empresas que assessoram os produtores; dissertações que versam sobre a problemática dos assentamentos (casos isolados); informações oferecidas pelas instituições públicas (INCRA, Prefeituras, EMATER, ITER, Universidades); documentos elaborados pelos Movimentos Sociais do Campo e por ONGs da região; tudo isso nos fornece um precioso conjunto de informações que, se adequadamente sistematizadas, poderão nos levar a um diagnóstico amplo sobre os assentamentos rurais do Triângulo Mineiro.

No sentido de discutir e interpretar dados, realizamos inúmeras reuniões com lideranças dos P.As Santo Inácio-Ranchinho, Rio das Pedras, Palma da Babilônia, Nova Palma da Babilônia, Nova Itambé, Engenho de Serra/Capão Rico, Porto Feliz, Vargem do Touro, São José da Boa Vista e também dos acampamentos das fazendas Tangará, Maringá-Monte Castelo, Nova Rosada, Douradinho, Pântano-Mariano, Jacaré-Curiango e Nova São José da Boa Vista.

Assim, na seção III.1 deste capítulo sintetizamos o processo de desenvolvimento da agricultura na região e enfocamos a situação atual. Na seção III.2 apresentamos um breve histórico da luta pela terra na região e o quadro agrário atual. Dedicamos a seção III.3 à análise dos indicadores econômicos das áreas reformadas, onde constam os sistemas de produção predominantes, a renda obtida, as formas de organização da produção, a comercialização feita pelos assentados, os impactos no entorno. Na seção III.4 discutimos o sistema agroecológico dos assentamentos, onde tratamos a relação dos produtores com o meio ambiente, o modelo tecnológico predominante nas áreas, os impactos da modernização sobre os P.As, as alternativas agroecológicas em curso, a oferta ecológica existente, etc. Finalmente, na seção III.5, damos atenção aos indicadores sociais, políticos e culturais, com ênfase nas formas de organização social, na relação com o poder público local, nos valores culturais predominantes, nas instituições políticas que os trabalhadores participam, etc. Em todas as seções procuramos também, focar as políticas públicas e seus impactos nos assentamentos rurais.

III.1 - Desenvolvimento e Situação Atual da Agricultura no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Constituída por 34 municípios, abrangendo uma área de 52.300 Km², o Triângulo Mineiro tem como sub-bacias hidrográficas os Rios Araguari, Piedade, Tejuco e Arantes (tributários do Rio Paranaíba) e Uberaba, Verde e São Francisco (deságuam no Rio Grande). O relevo da região é predominantemente plano a plano ondulado, de média a baixa declividade. A altitude é 800 metros na porção oriental (Uberaba, Uberlândia e Araguari), variando de 600 a 800 metros na porção centro oriental e de 400 a 600 metros no pontal (oeste). Os solos predominantes são do tipo latossolos (vermelho-escuro, vermelho-amarelo e Roxo), de formação antiga, sob intenso processo de intemperização e lixiviação. A precipitação média anual situa-se entre 1.250 e 1.700mm, com a existência de uma estação seca acentuada no inverno (abril a setembro). A temperatura média anual varia de 20 a 24°C. A vegetação original, cerrado, foi quase toda destruída pelo intenso processo de modernização agrícola e substituída por soja, milho, cana-de-açúcar, café, laranja, eucalipto e principalmente pastagens do gênero *Brachiaria*, que pelo pastejo contínuo, num solo de baixa fertilidade e alta erodibilidade, determinou a degradação de imensas áreas (INCRA/FAC, 2001).

Os projetos de assentamento existentes na região, não podem ser vistos como ilhas de produção. Ao contrário, estão inseridos num contexto histórico, político, econômico, social e cultural que determinam o seu padrão de desenvolvimento. Investigar esta realidade é um passo fundamental para se pensar alternativas sustentáveis. O paradigma tecnológico adotado e até hoje predominante na agricultura regional, onde a ação do Estado foi decisiva, como veremos, rebate sobremaneira na concepção existente nas comunidades assentadas. Qualquer proposta que fuja do modelo de desenvolvimento agropecuário implantado representa uma ruptura com a lógica produtivista, um "remar contra a maré".

Situadas no ecossistema dos Cerrados, as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, foram consideradas "privilegiadas" para a aplicação de programas de investimentos dos governos federal e estadual na agricultura (Ortega, 1987). Os cerrados como um todo, tinham pequena participação percentual na produção brasileira de alimentos e matérias vegetais até a década de 70. A participação pouco expressiva se concentrava na produção de arroz e carne bovina.

Os solos dos cerrados eram considerados fracos e ácidos. O clima não era apropriado para o desenvolvimento de agricultura em escala, em função de longos períodos de estiagem. A produção era desenvolvida por pequenos proprietários, parceiros e/ou meeiros, nas chamadas terras de culturas, que apresentavam maior declividade, não podendo ser utilizadas durante anos seguidos, uma vez que não se fazia uso de práticas de conservação de solo. Não havia o uso de inovações tecnológicas como máquinas, equipamentos e insumos químicos. A produção, com exceção de carne bovina e arroz, era realizada, principalmente, para o autoconsumo, com produtividade muito baixa. As condições de infra-estrutura, como estradas para escoamento da safra, também eram inadequadas. As demandas dos centros urbanos regionais não eram suficientes para dinamizar a produção local. Inexistiam políticas estatais de fomento a produção voltadas para o desenvolvimento da agricultura regional (Fernandes Filho, 1998).

Uma série de mudanças internas e externas à economia brasileira vai dar dinamismo à produção agrícola a partir dos anos 70, com marcante repercussão no Triângulo e Alto Paranaíba. Internamente a política de crédito rural, a política de pesquisa, a política de extensão, a política de garantia de preços mínimos (PGPM), a política de seguro (PROAGRO), todas com aporte significativo de recursos públicos, vão contribuir decisivamente para a propalada modernização (Fernandes Filho & Francis, 1997). Na perspectiva de aumentar a base tributária, o governo mineiro também fomenta o desenvolvimento de atividades agrícolas na região. Desenvolve-se a infra-estrutura de transportes, principalmente o rodoviário que vai facilitar o escoamento da produção. Fortalece-se o complexo agro-industrial regional. A adaptação de variedades de plantas para as condições de clima e solo dos cerrados, como algodão, arroz, milho, café e soja, diversifica a pauta de exportações, contribuindo para a diminuição do risco de problemas na balança de pagamento do país. A mudança do padrão alimentar da população, com a troca do consumo de gordura de porco pelo consumo de óleos vegetais, principalmente soja, assim como da carne vermelha pelo consumo de carne branca, particularmente aves, em cuja produção a soja é um componente importante, contribuíram também para o fortalecimento da agroindústria regional.

No plano externo alguns fatos alteraram as condições de produção e comercialização dos produtos agrícolas. A elevação dos preços das "commodities" no mercado internacional (1972-1974) com os Estados Unidos decretando o embargo à exportação de produtos agrícolas, atinge os países dependentes de importações para o abastecimento do mercado interno. O Japão, maior importador de alimentos do mundo, sentiu de forma intensa os

efeitos da crise respondendo com o fomento à produção de alimentos em outras partes do mundo, como forma de reduzir o potencial das crises de oferta. Assim, o Japão consolida acordos com governos de outros países, como o Brasil, onde investe na constituição do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, visando desenvolver a agricultura nos cerrados. A crise do petróleo motivou no Brasil a expansão rápida da exportação de produtos agrícolas (alimentos e matérias primas) para pagar as importações de petróleo e de bens de capital necessários para o desenvolvimento interno do país. Novas tecnologias são desenvolvidas relacionadas a produção confinada de pequenos animais, aves e suínos, com a utilização de rações baseadas em proteínas de produtos de origem vegetal, com a conseqüente expansão da produção de soja do país.

No entanto, tanto o governo federal quanto o governo mineiro entendiam que o efeito destas políticas nas áreas de cerrados estava muito aquém do observado em outras regiões agrícolas do país. Para resolver esta questão propõem a execução de programas específicos para a região (Fernandes Filho & Francis, 1997). Era avaliado também que os produtores regionais não tinham tradição de produzir com base em técnicas modernas. Lançando mão de um aporte de subsídios ainda maiores que aqueles que já prevaleciam, implementa-se uma série de programas específicos, dentre as quais destacamos: PCI - Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados - 1972, executado pelo governo mineiro para fomentar a agricultura, financiou 230 projetos de médios e grandes produtores numa área de 11.025 hectares, atingiu o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Paracatu, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco e Metalúrgica; PRRC - Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, executado pelo governo federal, com o apoio do governo mineiro, com o objetivo de fomentar a cafeicultura, teve maior impacto nos municípios de Araguari, Patrocínio e Monte Carmelo; PADAP - Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - 1973 - Abrangendo os municípios de Ibiá, São Gotardo, Rio Paranaíba e Campos Altos, executado pelo governo mineiro a partir da desapropriação de 61.000 hectares, com o objetivo de fomentar a agricultura, foi um marco no desenvolvimento dos cerrados porque foi o primeiro a incentivar a migração para a região. Funcionou como uma espécie de plano piloto do PRODECER. Os colonos foram selecionados pela CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia), tendo pequena participação de agricultores locais; POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Abrangeu os cerrados de Minas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Fomento da agricultura e da pecuária via pesquisa, construção de estradas, energia elétrica, exploração de calcário, florestamento e armazenamento.

O Polocentro foi principal programa de ação do II PND, criado no governo Geisel em 1975, aplicando recursos da ordem de US\$ 248 milhões entre 1975 e 1984. Do total da área incrementada de 8,2 milhões de ha pelo Polocentro entre 1975 a 1980, 70% se destinou à pastagem plantada e apenas 23% para lavoura (Shiki, 1997).

O PRODECER também no período do II PND, teve uma grande importância pela participação dos japoneses no financiamento do projeto. Sua implantação se deu com vultuosos investimentos também do governo brasileiro, principalmente em infra-estrutura. Ficou conhecido como projeto JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) constituída por capital japonês. A CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola) empresa responsável pela execução do projeto, privilegia a seleção de colonos de origem sulista, em detrimento dos agricultores locais.

Os antecedentes acima descritos, associados aos programas de incentivos governamentais nos levam a afirmar que os cerrados e, especificamente, as regiões do Triângulo e Alto Paranaíba, se tornaram um "prato cheio" para a agroindústria; seja a montante, as processadoras de fertilizantes, calcários, sementes híbridas e máquinas agrícolas; seja a jusante, como as processadoras de matérias primas agrícolas. A terra barata, perfeitamente mecanizável e promissora de alta produtividade com o uso do pacote tecnológico, tornou-se o paraíso para as agroindústrias, ainda mais com a benevolência do Estado financiador. Assim, a região viu, além da expansão da produção de soja, milho, café, pecuária de leite e corte, algodão e cana-de-açúcar, a entrada e consolidação de grandes grupos econômicos agro-industriais: Arisco, Rezende, Algar, Planalto, Comigo, Caramuru, Perdigão, Ceval, Seara, Sadia, Maguary, Gessy Lever, Agrocere, Cargill, Parmalat, Nestlé, Monsanto etc.

Há de se destacar, também, que esse processo de modernização, a exemplo do que ocorreu em outras regiões, facilitou o processo de concentração da terra, levando à predominância das grandes propriedades. A agricultura familiar no Triângulo detém 53% do número de estabelecimentos totais e ocupa 20% da área total. Pelos dados dos Censos Agropecuários, identifica-se um índice gini de concentração da terra de 0,778 em 1985, que sofre uma redução para 0,632 e, em 1995/96.

Esta queda pode estar indicando um processo de parcelamento dos latifúndios, via transmissão "in vivo" do patrimônio aos filhos, provavelmente acelerado por receio de desapropriação, em alguns casos. Isto significa, em muitos casos, a criação de unidades familiares por um processo de herança (INCRA/FAO, 2001).

Enquanto a agricultura patronal detém uma área média de 319,8 ha, gerando apenas R\$ 53,45 por hectare e empregando um trabalhador para cada 56,39ha, a agricultura familiar ocupa em média 65,8ha, gera uma renda de R\$ 83,38 por hectare e ocupa um trabalhador a cada 23,28ha. O financiamento médio da agricultura familiar é de R\$ 23.049,00, enquanto o da patronal é de R\$ 255.593,00 (INCRA,2001). Portanto, esses indicadores revelam que a agricultura familiar na região é de grande importância econômica e social (geração de renda e de ocupação), mas não conta com o devido apoio do Estado para a sua expansão.

A partir de vultosos financiamentos oferecidos pelo Estado, além das pastagens, milho e café, hoje três culturas se destacam na competição pelas terras produtivas do Triângulo: soja, cana-de-açúcar e laranja (INCRA/FAO,2001). A soja expande desde a segunda metade da década de 70, com a vinda de agricultores capitalizados do Sul/Sudeste, seduzidos pelos baixos preços da terra e pelos programas governamentais. Atualmente os produtores de soja arrendam grandes áreas de pastagens degradadas que são oferecidas por pecuaristas, que após alguns anos renovam os pastos beneficiando-se dos resíduos de fertilizantes das lavouras.

A cana-de-açúcar entrou nas terras férteis que margeiam os rios Grandes e Paranaíba a partir dos anos 70 (PROÁLCOOL). Cinco usinas estão instaladas nos municípios de Uberaba, Fronteira, Iturama, Pirajuba e Conceição das Alagoas (Vales do Rio Grande); duas estão instaladas em Araporã e Canápolis (Vale do Paranaíba). Nos municípios de Itapagipe e Campo Florido, outras duas unidades estão sendo instaladas. Muitos produtores estão arrendando suas terras para as usinas por apostarem no baixo risco da atividade e numa alta remuneração. No Assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho já é grande a adesão dos assentados que estão dispostos a arrendarem suas terras para a usina de açúcar e álcool local.

O cultivo da laranja no Triângulo Mineiro se dá a partir da produção no norte de São Paulo (Bebedouro), que atravessou o Rio Grande atraído pelas terras mais baratas, em Minas. No início dos anos 80 a CUTRALE se instala nos municípios de Frutal, Comendador Gomes e Prata, hoje conta com 6.000 ha de pomares. A Cargill iniciou seus laranjais no final da década de 80, nos municípios de Comendador Gomes, Uberlândia e Frutal, atingindo 10.000 ha. As duas empresas concentram mais de 70% da área plantada na região, pois adquiriram vários pomares de outros produtores.

Outros sistemas de produção predominante nos cerrados, estão presentes na região, provocando graves impactos econômicos e ambientais. Shiki (1997), identificou os três principais sistemas de produção dos cerrados apontando a insustentabilidade dos mesmos a partir da crise provocada pela exaustão e degradação dos solos, a saber: o sistema extensivo de bovino de corte, o sistema intensivo soja-milho e o sistema leite/cria e alimentos básicos.

O primeiro sistema, resultou na produção de 48 milhões de ha de pastagens, onde 85% dela é constituída pelo gênero *Brachiaria* (40 milhões de ha). Passados 25 anos estas pastagens estão degradadas, a capacidade de suporte reduziu, há sinais de desertificação, aumentam os povoados de cupinzeiros, crescem as plantas infestantes, extensas áreas são atingidas por vossorocas, registra-se a ocorrência de pragas como as cigarrinhas das pastagens, reduziram-se os recursos hídricos.

O sistema intensivo soja-milho que se expandiu rapidamente na década de 80, se baseia na mecanização do plantio à colheita, passando pela pulverização, fertilização e tratos culturais. O sistema é dependente da indústria de sementes, que depende da renovação constante de variedades adaptadas às condições ecológicas que, por sua vez, dependem de doses elevadas de fertilizantes químicos. Esse sistema contou com vultuosos recursos do crédito rural subsidiado e ocupou grandes extensões dos chapadões do cerrado.

O sistema leite/cria e alimentos básicos é conduzido por pequenos agricultores. Possuidores ou ocupantes de pouca terra, a intensificação do uso do solo por tempo prolongado, sem os devidos processos de conservação das áreas, tem levado a um processo de esgotamento dos mesmos. Após o uso intensivo de culturas de subsistência os agricultores investem na formação de pastagens e passam a se dedicar mais à atividade leiteira, tendo na produção de leite e na venda de animais machos a principal fonte de renda da família.

Percebe-se que todos estes sistemas trazem impactos negativos sobre os recursos naturais e são cada vez mais insustentáveis. As alternativas adotadas pelos produtores para estes sistemas, como o plantio direto, o sistema de irrigação e outros, é detalhado por Shiki como insuficientes para reverterem o processo de degradação ambiental.

O Triângulo é a região de Minas onde o modelo da revolução verde ingressou mais espetacularmente. Além da geração de agroecossistemas extremamente simplificados e homogêneos,

aqui foi gerada uma ideologia moderna de "verdade única" que penetrou o subjetivo de todas as categorias sociais do campo, desde grandes empresários rurais até trabalhadores rurais sem terra. Os resultados são contraditórios: aumento imediato e acentuado da produtividade, PIB agropecuário de maior crescimento do Estado, concentração da renda e da terra, erradicação dos cerrados, perda da biodiversidade, erosão, assoreamento e escasseamento das águas dos rios, contaminação do ambiente por produtos químicos, elevado crescimento das cidades pólo, instalação de agroindústrias e de empresas multinacionais produtoras de insumos, etc. (INCRA/FAO, 2001:51).

A noção de agricultura presente entre os trabalhadores assentados carrega, sem sombra de dúvida, as experiências obtidas como assalariados ou arrendatários das grandes fazendas de pecuária ou das grandes empresas monocultoras, onde a utilização do tripé trator-adubo-veneno, prepondera. A cultura do pacote tecnológico é reforçada entre eles e entre os antigos agricultores familiares, pelas Universidades e faculdades de Ciências Agrárias da região, pelos órgãos de pesquisas oficiais e privadas, pelo pesado marketing das grandes empresas e pelos órgãos de assistência técnica, com destaque para a Emater, que idealizou o agricultor moderno. O desenvolvimento de uma agricultura que fuja do modelo único é bastante raro, em que pese casos isolados de assentados com conhecimentos e práticas alternativas.

III.2 - Breve Histórico da Luta Pela Terra na Região e o Quadro Agrário Atual

A luta pela terra aqui discutida, refere-se ao período mais recente de mobilização dos trabalhadores rurais (anos 80 e 90), que levou à consolidação de Projetos de Assentamentos formalmente constituídos pelo INCRA. Todos os 36 P.As existentes foram frutos de ocupações e acampamentos, não se registrando nenhum outro tipo de colonização, seja por parte do governo federal, estadual ou municipal, exceto as aquisições de terras feitas por associações de agricultores, diretamente de proprietários rurais via programa Banco da Terra, no ano de 2001, (em fase de implantação). Como experiência incipiente, ainda que mencionados, os "Projetos" deste programa não farão parte da nossa análise sobre a sustentabilidade dos assentamentos, objeto de uma pesquisa posterior.

Foi nos idos de 1983/84 que ocorreu o primeiro conflito de maior repercussão pela posse da terra, na fazenda Barreiro, no então Distrito de Limeira D'Oeste (Iturama), hoje Município emancipado. Conforme estudado por Ramos, 1995, na Barreiro existiam em torno de 110 famílias de posseiros, alguns a 30 ou 40 anos na área, organizados em três comunidades: Colônia Torta, Colônia de Perdizes e Colônia da Varginha. O fazendeiro oferecia glebas de terras (cerrado) em que os posseiros derrubavam e plantavam (milho, arroz, algodão, mandioca) por três anos, com o compromisso de formar as terras cultivadas em pastagens (capim colônião) após o 3º ano. No início havia só um contrato verbal dos posseiros com o proprietário (Sr. Dídimo), que não cobrava outro tipo de renda, permitia a construção de casas (pau-a-pique) e contratava os trabalhadores para alguns serviços, como construção de cercas, manutenção dos pastos, etc. Com a morte de Dídimo (chamado de Dimas pelos posseiros), um dos sucessores, Izahú Rodrigues de Lima, tenta impor o rompimento dos contratos em curso, propondo novas glebas para os posseiros, que passariam a pagar uma renda de 20% do resultado das colheitas. Essa proposta leva à primeira reação dos

trabalhadores que passam a adotar práticas coletivas para garantirem o sustento, assim relatado por Ramos (1995:19):

A união dos interesses comuns, concretizada no ato da arrancada do capim e na organização de grupos de segurança para vigilância das roças, inaugura a posição de reação coletiva organizada, que inicia o processo de constituição do sujeito coletivo.

Nesse ano de 1983 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iturama passa a ter um importante papel de apoio e articulação externa da luta dos posseiros.

O fazendeiro recorre à Justiça (além das ameaças permanentes) e apresenta uma interpelação e notificação judicial que atinge 99 famílias que deveriam deixar a fazenda. Foi proposto também um acordo judicial em que as famílias desistiam da posse e da ação de Usucapião Especial que havia sido proposta. Com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 59 posseiros haviam ingressado em juízo com o pedido de Usucapião, outros não resistiram à pressão e assinaram o acordo ou abandonaram a fazenda. O Sindicato passou também, a cobrar do INCRA a desapropriação do imóvel. Com o assessor jurídico do Sindicato e diretores da FETAEMG, em 20 de janeiro de 1984, os trabalhadores reuniram-se com o então Governador de Estado, Tancredo Neves, reivindicando a intervenção do Estado contra a notificação judicial e solicitando a desapropriação do imóvel. Nesse processo de luta e resistência nasce a liderança dos posseiros: Juraci, que é assassinado em novembro de 1984, conforme publicação do Sindicato em carta à população:

Juraci era uma liderança. Esteve junto na arranca do capim e tocano roça junto. Era um dos posseiros. Juraci foi assassinado em 6 de novembro de 1984; ele tinha 49 anos, nove filhos. Foi assassinado com seis tiros de arma calibre 32. Morreu deixando sua esposa grávida

A morte de Juraci levou a que 51 famílias fizessem acordo na justiça, abandonando a fazenda, mas obrigou o INCRA a sair do imobilismo (Ramos, 1998), vistoriando a fazenda em 1985, considerando-a passível de desapropriação. Em dezembro de 1985, o fazendeiro Izahú foi morto numa tocaia, que segundo dizem, fora armada pelo filho mais velho de Juraci, como vingança da morte do pai.

Paralelo à luta na Barreiro, um outro grupo de trabalhadores rurais se organizou com o apoio do Sindicato, resultando na ocupação por parte de 30 homens, em agosto de 1985, da fazenda Bartira, já no início do propagandeado PNRA. Com a retirada imediata pela ação da polícia, os homens, agora com as suas famílias, juntamente como dezenas de outras que vieram para a luta, montaram acampamento em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iturama. Foram nove meses de passeatas, viagens, manifestos, fome e esperança e resistência no acampamento "Esperança do Trabalhador", que teve apoio importante da CPT

- Comissão Pastoral da Terra. Os interesses dos sem terras acampados, se juntaram aos dos posseiros da fazenda Barreiro, que foi desapropriada em dezembro de 1985. Em 1º de maio de 1986 as famílias acampadas na cidade se mudam para a fazenda Barreiro, constituindo o primeiro assentamento do Triângulo Mineiro (131 famílias), que servirá de referência para a mobilização de centenas de famílias sem terra. Foi um rico processo de aprendizagem dos trabalhadores sem terra.

A luta na fazenda Barreiro não se restringiu ao âmbito local. Ela foi símbolo de uma aprendizagem de luta numa sociedade marcada pelo conformismo ou pelas resistências. Em Iturama, as soluções oficiais e as estratégias políticas convencionais foram atropeladas por práticas coletivas. A isso se pode denominar educação para a cidadania (Ramos, 1995:67).

Em 1986 ocorre a segunda ocupação na região. Desta vez numa área da CEMIG, município de Santa Vitória. A polícia, numa ação imediata, retirou os sem terra levando à prisão as lideranças que tinham o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. A área foi considerada como de segurança (contígua à represa da hidrelétrica de São Simão), mas era utilizada indiscriminadamente por grandes fazendeiros, revelando a conivência do Poder Judiciário e do Governo de Estado. Os trabalhadores não desistiram. Após longas jornadas (manifestação, reunião na capital, etc) conseguiram a desapropriação da fazenda Cruz e Macaúbas, cujo Projeto de Assentamento é criado em 1988 beneficiando 24 famílias.

Mas, foi a fazenda Barreiro (hoje P.A. Iturama), que inspirou uma das maiores mobilizações de luta e resistência dos sem terra do Triângulo Mineiro. No calor da disputa presidencial de 1989 (a primeira eleição depois de 25 anos), onde o debate sobre a reforma agrária na sociedade encontrava-se bastante polarizado em função das ocupações massivas desencadeadas pelos sem terra de todo o país (identificados com a candidatura de Lula), e das ações criminosas da UDR - União Democrática Ruralista (identificada com a candidatura de Ronaldo Caiado), aparece Zé Pretinho (bóia-fria, biscateiro, desempregado, desesperado, delegado sindical de Limeira D'Oeste). As noites de domingos passaram a ser de encontro dos sem terra do Pontal do Triângulo. No quintal da casa do Zé, reuniram-se 5, depois 10, 50, 200, 500 trabalhadores, de vários distritos do vasto município de Iturama (Vila União, Carneirinhos, Vila Barbosa, Alexandrita, São Sebastião do Pontal, Iturama), de Campina Verde, de São Francisco de Sales, de Paranaíba-MS. Em meados de 1989, o movimento já conta com o apoio da CPT Regional, que atuava com técnicos e agentes de pastoral na Fazenda Barreiro, da Secretaria Agrária da CUT Regional, do Partido dos Trabalhadores local e de lideranças da Fazenda Barreiro. Assessorados por essas organizações é definido um plano de trabalho para preparar uma grande ocupação, constituindo-se grupos de reuniões por

bairros, distritos e vilas, pois pistoleiros e policiais infiltravam nas assembléias massivas, indicando a possibilidade de represálias contra lideranças como Zé Pretinho.

Uma comissão de trabalhadores e assessores reúne-se em Belo Horizonte com a direção da CUT estadual, do PT e do MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra) na busca de apoio. O setor majoritário da direção da CUT e do Partido dos Trabalhadores sugere que o movimento seja suspenso, que uma ocupação de terra naquele ano prejudicaria a eleição de Lula. Com a negativa da comissão delegada pelos trabalhadores, dirigentes da CUT e do PT deslocam-se até Limeira D'Oeste e, numa assembléia tensa e manipulada, são novamente derrotados, persistindo os sem terra com seu propósito: realizar uma ocupação massiva naquele ano de 1989. Os fatos revelariam depois o acerto dos trabalhadores: Lula obtém no município de Iturama, o maior percentual de votos do Triângulo Mineiro: 17%. (PT/Iturama, 1990)

Depois de novas insistências por parte do movimento do Triângulo, militantes do MST-MG. se deslocam para a região e compõem a comissão de trabalho que realizava a preparação da ocupação, que consistia no cadastramento de sem terras, reuniões de conscientização, cursos de formação política, vistorias de fazendas improdutivas, busca de apoio político e material. Chega a eleição, mas as condições ainda não estavam dadas para realizar a ação. A vitória de Collor incendeia mais ainda a disposição dos trabalhadores. Uma grande reunião com apoiadores é realizada em Uberlândia, articulada pela principal assessora/coordenadora da ação: a CPT. Em torno de 50 representações de entidades sindicais, populares, religiosas, partidos políticos, declaram apoio à ocupação, inclusive comprometendo-se a se deslocarem para a área no ato da ocupação. No dia 29 de janeiro de 1990, com um fantástico apoio (agora também, de uma nova direção da CUT-MG), é realizada a ocupação de maior articulação política do Estado, na fazenda Colorado, no distrito de União de Minas em Iturama-MG. Sob intensa vigilância da polícia, a maioria dos sem terras de Limeira D'Oeste foram interceptados na estrada, não conseguindo chegar até a área, sendo posteriormente acolhidos na fazenda Barreiro.

Na Colorado, em torno de 100 famílias montavam acampamento quando uma caravana de apoiadores chegou. Minutos depois, tropas da Polícia Militar de Iturama e Campina Verde, também chegaram ao local, exigindo a retirada imediata dos sem terra, sem qualquer ordem judicial. Enquanto uma comissão composta por trabalhadores, assessores e pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães (PT-MG.) negociava com o comando da polícia uma retirada pacífica, outra parte, a maioria dos apoiadores (sindicalistas, estudantes, advogados, religiosos e até jornalista) é presa e levada para a delegacia de Iturama, a 60 Km.

No dia seguinte, a delegacia é cercada por fazendeiros que, a cavalo, disparam tiros e rojões, ameaçando invadir a delegacia, num evidente ato de terrorismo. Os ocupantes da fazenda ficaram incomunicáveis e foram retirados da fazenda às 12hs do dia seguinte à ocupação, montando acampamento nas proximidades da Vila União (hoje município de União de Minas). (Jornal Correio do Triângulo, fevereiro de 1990). Após um mês, os sem terra deslocam o acampamento para as margens da Br 497, no Km 12, entre Iturama e Alexandrita.

Numa margem estreita da rodovia pavimentada, sob bastante risco de acidentes, sem área para cultivar, sem apoio quanto à saúde, educação e alimentação por parte da prefeitura local, sob um extremo preconceito da maioria da população, os sem terra de Iturama (como ficaram conhecidos) tomam diversas iniciativas na busca da terra sonhada: passeatas, inúmeras reuniões com o INCRA e o Governo de Estado, ocupações da sede do INCRA em Belo Horizonte e Brasília. Ante a passividade das autoridades, promovem em setembro de 1990 a segunda ocupação, agora na fazenda Varginha, localizada a 15 Km da Vila União. Desta feita, a violência da Polícia Militar e dos fazendeiros foi ainda maior. Na noite seguinte, por volta da zero hora, sem ordem judicial, mascarados, com armas pesadas e bombas de gás e de efeito moral, os policiais adentram o acampamento, destroem barracos, espancam pessoas, queimam alimentos, algemam homens e mulheres e os levam presos (todos, inclusive as crianças) em ônibus e caminhões. Na delegacia todos sofrem tortura moral e vários também sofrem torturas físicas. Num gesto de resignação, como se não houvesse outra alternativa, as famílias de sem terra retornam uma vez mais para o acampamento da Br 497, dois dias depois, disposta a sair dali para uma terra onde pudessem viver.

Alguns meses depois da reprimida ocupação da fazenda Varginha, torna-se insustentável a convivência das lideranças regionais do acampamento com os militantes do MST que vieram do Norte de Minas por ocasião da ocupação (fazenda Colorado). Referenciadas em metodologias organizativas oferecidas pela CPT e CUT Triângulo, onde as decisões coletivas e o trabalho de base eram premissas, as lideranças dos trabalhadores da região colocaram "em xeque" a legitimidade do MST, acarretando a sua expulsão em assembléia geral dos acampados. A CPT do Triângulo rompe também com a orientação nacional e passa a se chamar APR - Animação pastoral e Social no Meio Rural (CPT, 1996).

Viagens, cobranças, ocupações do INCRA, promessas, continuaram a acontecer. A classe ruralista do Pontal do Triângulo, respaldada pela UDR e por deputados associados, não permitia sequer a realização de vistorias em fazendas pelo INCRA. Já no início de 1993, o acampamento recebe a visita do Presidente do INCRA, Osvaldo Russo e do Ministro da Agricultura, Lázaro Barbosa (do Governo Itamar) os quais, sob pressão dos sem terra

assumem o compromisso de apresentar-lhes um imóvel para assentamento. Semanas depois, lhes é oferecida a fazenda Santo Inácio/Ranchinho, no município de Campo Florido, situada a 200 Km de Iturama. No dia 19 de maio, após três anos e quatro meses de acampamento, os sem terra de Iturama ocupam a Santo Inácio, num município estranho para eles, tendo que enfrentar o preconceito da nova população e resistir à tentativa de um novo despejo. O assentamento só seria criado oficialmente em 26 de maio de 1994 (um ano após a ocupação). Mais um ano seria necessário para que o parcelamento fosse realizado e as famílias soubessem em definitivo onde poderiam viver e trabalhar. Foram cinco anos e meio de luta.

No decorrer da ocupação de Campo Florido, trabalhadores sem terras iniciam a organização de outra ocupação em Santa Vitória. A APR e as lideranças de Campo Florido são convidadas a assessorarem um grupo de sem terras que pretendem também realizar ocupações. A luta de Iturama havia se tornado uma referência no Estado para os trabalhadores rurais. Nessa ocasião o STR de Araxá passou a visitar a Santo Inácio/Ranchinho na busca de experiências para dar início a ocupações no Alto Paranaíba. Em meados de 1993, um importante seminário sobre reforma agrária é realizado nas dependências da FETAEMG em Uberaba. Participam diversos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, Ongs, partidos, lideranças regionais e de outros Estados (SP, PE, GO). Os sem terras de Campo Florido, com suas experiências de luta, destacam-se no evento e passam a ter importantíssimo papel na organização dos sem terra da região.

A APR e lideranças de Campo Florido, já na crise da CUT regional e sem a presença do MST, passam a apoiar as lutas em Santa Vitória: a fazenda Panelas/Capôezinhos é ocupada duas vezes, em 03 de agosto e em dezembro/93. Desde o primeiro despejo foi montado um acampamento às margens da Rodovia São Paulo/Cuiabá (trecho não pavimentado). Além de farta produção (arroz, feijão, milho, mandioca e horta comunitária), às margens da rodovia, os trabalhadores produziam também dentro da fazenda. Grande área de cerrado foi desbravada, manualmente, constituindo o acampamento de maior produção de subsistência da região (APR, 1994). No mês de outubro, parte dessas famílias já havia saído para outra ocupação: a da fazenda Porto Feliz de propriedade do Estado de Minas Gerais. Nove meses depois, foram despejadas, montando um segundo acampamento na São Paulo/Cuiabá. Aqui, grandes proprietários apossaram-se de uma terra pública e a dominaram pelo uso da violência por vários meses, até que a persistência dos trabalhadores fez com que o Estado cedesse a terra para o INCRA, possibilitando a criação do Assentamento para 17 famílias. Uma dissidência da Capôezinhos, em torno de 20 famílias, ocupou uma fazenda da Igreja, também em Santa Vitória e depois a fazenda Vargem do Touro em Gurinhatã, em 1994, quando também, a

partir do despejo, montaram acampamento às margens da rodovia até a segunda ocupação e conquista da desapropriação.

Paralelamente a este movimento de Santa Vitória, no final de 93, algumas famílias remanescentes daquelas que foram assentadas em Campo Florido, ocuparam outra fazenda Varginha em Iturama, sob a direção do STR.

Já no final de 1994, essas famílias de Iturama se juntam a outras de Araxá, Planura e Frutal e ocupam a fazenda São Bartolomeu em Ibiá. Com o despejo, montaram acampamento em Araxá. Nesse momento o STR de Araxá dá início a uma importante mobilização no Alto Paranaíba, contribuindo com a conquista de vários assentamentos até o fim da década.

Portanto, em 1994 existiam três assentamentos na região (em Limeira D'Oeste, Santa Vitória e Campo Florido) e quatro acampamentos (03 em Santa Vitória e 01 em Araxá).

Neste mesmo ano, lideranças da APR (técnicos e agentes de pastoral) optam por articular, juntamente com lideranças de Campo Florido e Santa Vitória, a estruturação de um movimento. Posteriormente, numa reunião realizada na fazenda da Universidade Federal de Uberlândia, em junho de 1995, é constituída uma organização intitulada MDST - Movimento Democrático dos Sem Terras, cujos princípios e concepção estão consubstanciados no documento "Consolidar Uma Organização Autônoma e Independente dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na perspectiva do Socialismo". O documento analisa a necessidade de dar uma forma orgânica ao pipocar de ocupações que ocorriam ou estavam sendo preparadas na região. Reconhece o potencial político adquirido a partir da fazenda Barreiro e, em especial da Santo Inácio/Ranchinho, chamando a atenção para a necessidade de qualificar os assentamentos do ponto de vista da produção. A organização se reivindica de massas, autônoma, independente, democrática e socialista. Propõe a articulação de um novo movimento nacional de luta pela reforma agrária no país, de caráter político, intimamente articulado com os setores urbanos. Com um programa "anti-latifundiário, anti-imperialista e anti-monopolista", invoca a transformação social do país:

mais que o assentamento dos trabalhadores sem terra, o Movimento Democrático dos Sem Terra quer a construção de uma sociedade justa e solidária, sem exploradores e explorados. Acredita que a luta pela reforma agrária nas condições do Brasil tem um caráter revolucionário, pois aqui ela não será concluída dentro dos marcos do capitalismo(MDST, 1995:04).

Surgia a primeira direção política coletiva de luta pela terra na região. Contatos são intensificados e, em julho de 1996, um encontro de caráter nacional, com participação de lideranças de São Paulo, Goiás, Pernambuco, Rio grande do Norte e Minas Gerais, é realizado no assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho. É eleita uma comissão nacional para preparar

o lançamento de um novo movimento. O nome MDST é suspenso até a definição do novo nome no encontro nacional. O movimento do Triângulo passa a se denominar, provisoriamente, MLT - Movimento de Luta pela Terra. O MLT participa de várias ocupações: das fazendas Porto Feliz e Santa Inês em Santa Vitória (em conjunto com a APR e o STR de Santa Vitória); da fazenda Vargem do Touro em Gurinhata; das fazendas Santa Luzia e Guariba em Perdizes (em conjunto com APR, FETAEMG, STR de Araxá e CUT); da fazenda Campo Belo em Campina Verde. O MLT dirige autonomamente, a primeira ocupação do município de Uberlândia em abril de 1997, na fazenda Rio das Pedras, ação que lhe garante referência regional. Em agosto de 1997, o MLT participa com a maior delegação (40%), do lançamento do MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra, num encontro nacional em Brasília, onde participaram em torno de 700 delegados. (Jornal do MLST, 1997).

O ano de 1997 foi um marco na luta pela reforma agrária no país, sendo tema de novela, inclusive. O apoio popular aos sem terra torna-se extraordinário. O MST consolida a hegemonia sobre os demais movimentos e promove a marcha a Brasília. O Triângulo Mineiro está na rota da marcha: Uberaba, Uberlândia, Araguari. Palestras, reuniões, debates, atos públicos são realizados nos bairros, nas escolas, nas igrejas, nos sindicatos, sobre o tema da reforma agrária. Na preparação pela passagem da marcha o MST reconquista apoio para voltar para o Triângulo Mineiro. Dias depois, desloca militantes para a região e abre uma secretaria em Uberlândia, com apoio da APR (que tinha restrição ao MLST), de sindicatos (eletricitários, alimentação) e de parlamentares do PT.

Em 1997 e 1998 novas áreas são ocupadas pelo MLST (hoje MLST DE LUTA): em Uberlândia - fazendas Rio das Pedras II, Coalbra, Campanha, Palma da Babilônia, Nova Palma da Babilônia; em Nova Ponte - fazenda Itambé; em Campina Verde - São José da Boa Vista; em Ituiutaba - Engenho de Serra e Capão Rico.

O MST dinamiza ainda mais a luta na região, dirigindo várias ocupações: Fazendas Jubran, Nossa Senhora das Graças e Santo Antônio (Santa Vitória), fazenda Colorado (Uberlândia), fazenda Cedro (Coromandel), fazenda Olhos D'Água (Sacramento), fazenda Douradinho (Uberlândia), fazenda "Chico Mendes" (Ituiutaba).

Com uma orientação mais combativa da FETAEMG, alguns STRs também fortalecem as ocupações: STR de Araxá (fazendas Nova Bom Jardim, Areal, Da Mata, Morro Alto I, Morro Alto II, Morro Alto III, treze de Maio, Santo Antônio II, Miriam), STR de Iturama (fazenda São Pedro-Vila Barbosa- distrito de Carneirinhos, fazenda Jubran em Santa Vitória, fazenda Bonanza em União de Minas) STR de Centralina e Ituiutaba (fazenda Divisa).

Conforme mostram as tabelas III.1 e III.2, os assentamentos se intensificaram a partir de 1997, o que coincide com a multiplicação das ocupações. Dos 21 assentamentos do Triângulo, 16 são criados nesse período; dos 15 do Alto Paranaíba, 12 foram criados a partir de 1997. Nos dois casos, a maioria dos P.A.s foi criada no ano de 1999, fruto das ocupações de 97 e 98. Apenas três assentamentos são criados no ano 2000 e nenhum até outubro de 2001. Aqui fica bem evidenciado que a política do governo (desmobilização e banco da terra) está funcionando (protelação do atendimento às famílias acampadas).

TABELA III.1

PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM MINAS GERAIS - SR06
TRIÂNGULO MINEIRO

Nº Proj	Município	Projeto de Assentamento	Ano de Criação	Movimento	Famílias	Área (há)
1	Araguari	Bom Jardim	1999	Fetaemg	44	833,99
1	Araguari	Ezequias dos Reis	2000	Fetaemg	58	2.208,20
1	Campina Verde	Campo Belo	1997	Fetaemg	170	4.975,25
1	Campina Verde	Primavera	1998	Fetaemg	36	881,78
1	Campina Verde	São José da Boa Vista	1999	MLST	40	1.113,60
1	Campo Florido	Nova. St. Inácio/Ranch	1994	MST/MLST	115	3.958,00
1	Gurinhata	Vargem do Touro	1996	MLST	21	615,00
1	Ituiutaba	Engenho da Serra/ Capão Rico	1998	MLST	60	2.574,10
1	Ituiutaba	Divisa	1999	Fetaemg	27	1.161,60
1	Ituiutaba	Chico Mendes	1999	Fetaemg	49	1.505,45
1	Limeira D' Oeste	Iturama	1986	Fetaemg	131	2.492
1	Santa Vitória	Cruz e Macaúbas	1988	Fetaemg	24	713,00
1	Santa Vitória	Nova Santa Inês	1996	Fetaemg	26	658,00
1	Santa Vitória	Porto Feliz	1996	Fetaemg	17	491,00
1	Santa Vitória	Paulo Freire	1998	MST	45	1.537,20
1	São Francisco de Sales	Queixada	2000	Fetaemg	13	411,22
1	Uberlândia	Rio das Pedras	1998	MLST	87	1.141,86
1	Uberlândia	Nova Palma	1999	MLST	15	455,92
1	Uberlândia	Palma da Babilônia	1999	MLST	13	458,32
1	Uberlândia	Zumbi dos Palmares	1999	MST	22	492,04
1	União de Minas	Pontal do Arantes	1997	Fetaemg	96	2.448,83
21					1109	31126,36

Fonte: INCRA-MG/2001

TABELA III.2

PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM MINAS GERAIS - SR06
ALTO PARANAÍBA

Nº Proj	Município	Projeto de Assentamento	Ano de Criação	Movimento	Famílias	Área (ha)
1	Coromandel	Cachoeira Dourada	1998	Fetaemg	12	572,63
1	Ibiá	Myrian	1998	STR Araxá	15	578,38
1	Ibiá	Morro Alto	1998	STR Araxá	40	1.768,88
1	Ibiá	Santo Antônio II	1998	STR Araxá	50	1.768,88
1	Ibiá	Treze de Maio	1998	STR Araxá	10	392,02
1	Nova Ponte	Itambé/Airão	1999	MLST de Luta	11	434,43
1	Patrocínio	São Pedro	1996	STR Araxá	40	894,03
1	Perdizes	Guariba	1996	STR Araxá	42	1.045,00
1	Perdizes	Santa Luzia	1997	Fetaemg	50	1.364,95
1	Perdizes	Da Mata	1997	STR Araxá	33	1.133,95
1	Rio Paranaíba	Gleba 119 A	1997	Fetaemg	13	255,80
1	Rio Paranaíba	Lago Azul	2000	Fetaemg	18	578,81
1	Sacramento	Olhos D'água	1998	MST	40	1.512,00
1	Serra do Salitre	Quebra-Anzol	1999	Fetaemg	37	1.284,63
1	Tapira	Nova Bom Jardim	1996	Fetaemg	20	1.099,00
15					431	14.269,

Fonte: INCRA-MG/2001

A atuação do MST enfraquece a partir de 1999. A tentativa de ocupações de áreas já ocupadas por outros movimentos, como a Campo Belo (1997), em Campina Verde, onde ele aparece disputando famílias do MLST que já haviam ocupado primeiramente, como também na Nova Palma da Babilônia (Uberlândia) em que ele monta um outro acampamento também na fazenda já ocupada pelo MLST (1998), geram desgaste com outros movimentos e entidades. A confiança e o apoio financeiro de sindicatos e entidades já não é mais o mesmo, sendo que reivindicavam também mais abertura e participação nas estratégias de luta.

Os STRs continuam a realizar ocupações, principalmente no Alto Paranaíba (Araxá, Ibiá, Perdizes), no Pontal do Triângulo (São Francisco de Sales, Limeira D'Oeste e União de Minas) e em Araguari (P.As Bom Jardim e Ezequias dos Reis).

Em agosto de 1999, numa ação ousada o MLST, hoje MLST DE LUTA, realiza 7 ocupações: Pântano e Douradinho (Ituiutaba), Curiango (Santa Vitória), Nova São José (Campina Verde), Sertãozinho (Capinópolis), Tangará e Carajás (Uberlândia) (MLST DE LUTA, 1999).

Importante registrar que todas essas lutas foram marcadas por pressões de fazendeiros, pistoleiros, Polícia Militar, Poder Judiciário e parcialidade da imprensa. Após as ocupações os juizes (de todos os municípios) concedem liminares de reintegração de posse em menos de

24 horas. Em muitas situações a polícia agiu sem ordem judicial que sequer havia sido solicitada pelos proprietários, como nos casos das fazendas Barreiro (1983 a 1986), fazenda Colorado (1999) e na grave repressão da fazenda Varginha (1990).

• Alguns episódios merecem ser destacados. Na Porto Feliz (Santa Vitória), área do Estado de Minas Gerais, apossada por grande proprietário de terras, foi garantida durante meses por jagunços, que realizavam ações de intimidação contra os sem terras. No ano de 1995, numa ação sob direção do MLT, três jagunços são surpreendidos na sede da fazenda pelos trabalhadores, que os expulsam com suas famílias e pertences. No dia seguinte, o capitão da polícia local, comandando vários policiais, e acompanhado do pistoleiro-chefe, vai ao acampamento à procura das armas que foram tomadas pelos sem terras (2 carabinas, 2 revólveres calibre 38, 1 pistola 765 e muita munição). Um trabalhador é espancado para confessar onde estavam escondidas as armas, as quais foram devolvidas aos pistoleiros (MLT, 1996).

• Com o aumento das ocupações, os grandes proprietários rurais também fortalecem suas organizações. O "Jornal da Manhã" de Uberaba, edição de 15 de março de 1997, traz a seguinte manchete: "Representante da UDR admite fuzil AR15 Contra Sem Terra". Lê-se no texto: "O representante da União Democrática Ruralista em Uberaba, Luiz Rezende, afirmou ontem, que empresas de vigilância vão usar armamento à altura das invasões de terras..."

Conforme Dossiê - "Violência no Campo" (APR, 1998) são apresentadas as iniciativas dos ruralistas. No dia 04 de março de 1997 é discutida pelos latifundiários uma estratégia contra a reforma agrária, na sede da ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), em Uberaba, num grande evento chamado "Encontro Nacional de Lideranças do Setor Rural". No dia 10 de março de 1998 é lançado no Pontal do Triângulo o "Movimento Contra Invasões de Terra". Em 02 de fevereiro de 1998, no Sindicato Rural de Uberlândia, reúne-se a regional do "Movimento Nacional dos Produtores" (MNP), que passa a organizar milícias armadas para patrulharem as fazendas. Na fazenda Itambé (Nova Ponte), ocupada pelo MLST, durante 4 dias e 4 noites, ruralistas do MNP, respaldados pela Polícia, cercam o acampamento, interditam a estrada, disparam tiros e rojões, para que os trabalhadores desocupassem a fazenda. Foi um dos maiores cercos já realizados pelos fazendeiros. A estratégia de agir por conta própria não foi vitoriosa, pois outros 100 trabalhadores sem terra de outros acampamentos do MLST deslocam-se para a área e expulsam os ruralistas. "Eles (fazendeiros) entraram no acampamento e queimaram a bandeira do MLST que estava hasteada no acampamento, na frente dos acampados. Tendo sido encontrado no local um granada de fumaça" (APR, 1998:06). Em Ituiutaba e Santa Vitória, os latifundiários

constituíram a UDPR (União Democrática dos Produtores Rurais), que sob o pretexto de resguardar as propriedades com seguranças profissionais, constituíram verdadeiras milícias para intimidar as organizações dos sem terras. Em caminhonetes dos ruralistas, grupos de pistoleiros ostentavam armas pesadas pelas estradas rurais do Pontal, conforme informações dos STRs de Santa Vitória e Ituiutaba, MST, MLST e APR (1999).

* No dia 19 de fevereiro de 1998, no despejo de 120 famílias da fazenda Nossa Senhora das Graças (Santa Vitória), ocupada pelo MST, a Polícia cometeu várias arbitrariedades: "agressão a agentes de pastoral e comemoração com gás lacrimogêneo, jogado em uma barraca dos sem terra". Após a segunda ocupação, no dia 17 de março de 1998, novas arbitrariedades acontecem. Denúncia a APR (1988:04):

- *as mulheres sem terras foram submetidas por policiais femininas a serem obrigadas a se despirem, inclusive das peças íntimas, na presença de suas crianças, sendo que as policiais queriam, com luvas cirúrgicas nas mãos, perseguitar seus corpos e cavidades íntimas*

Outro ato de atrocidade foi cometido pelo fazendeiro e seus capangas, por ocasião da ocupação da fazenda Perobas. Os fazendeiros cercaram a fazenda ocupada pelo MST e atearam fogo no mato que circundava o acampamento, disparando também tiros sobre os barracos. Deslocando para a área, o veículo que levava os agentes da APR (frei Rodrigo Perét e Marcelo Resende) e um funcionário do Sindicato dos Eletricitários de Uberlândia, foi interceptado por uma caminhonete com os fazendeiros Diocélio Franco e Renato Filgueiras, quando frei Rodrigo e Marcelo, foram arrancados do carro e barbaramente espancados e pisoteados até o estado de convulsão. O fato foi denunciado, mas nenhuma punição aos criminosos foi aplicada até hoje (APR, 1998).

Em setembro de 1999, na histórica reocupação da fazenda Sertãozinho (Capiópolis), área demandada há décadas pela família Teodoro, ocorre outra marcante violência da pistolagem. Na tentativa de transferir o acampamento para uma pequena área de um dos parentes dos acampados, após intimação da liminar de reintegração de posse, as famílias foram recebidas a bala na estrada de acesso. Três trabalhadores foram gravemente baleados. Por volta das 4:00hs da manhã, tropas da Polícia Militar de Ituiutaba e Capiópolis (em torno de 150 homens) chegaram ao local. Os trabalhadores lhes mostraram as cápsulas das balas disparadas pelos fazendeiros e jagunços, mas os policiais as escondem e exigem a desocupação do imóvel pelos sem terras.

Hoje, a intimidação, aliada à repressão direta nos conflitos, assume, abertamente, a forma da criminalização das lideranças e de seus movimentos. O caso mais ilustrativo é o do acampamento da fazenda Tangará (Uberlândia), que representa o maior conflito de terra do

Estado. Vistoriados pelo INCRA, em julho de 1999, por solicitação do MLST, as fazendas Tangará (de propriedade da CIF - Cia de Integração Florestal) e Carajás (SEAP- Sociedade de Estimulos Agropecuários) foram ocupadas em 23 de agosto e 10 de setembro de 1999, respectivamente. Considerada improdutiva, a ocupação da Tangará (5.097,6098ha) foi a maior já registrada na região (450 famílias). No segundo dia houve um cerco na estrada por fazendeiros e polícia com o intuito de impedir a entrada de alimentos e novas famílias. Em massa, os trabalhadores de dentro e de fora da fazenda, obrigaram os bloqueadores ao recuo, garantindo domínio sobre o território. O acampamento passou a ser vigiado 24 horas por dia pela Polícia. Resistiram por alguns dias à reintegração de posse, até que numa "surpreendente operação" (Jornal Correio, 12 de setembro de 1999), na madrugada chuvosa de 10 de setembro (MLST, 1999), os trabalhadores, à pé (14Km), de carro, caminhão e carroças, deslocam todo o acampamento, ocupando a fazenda Carajás(mais de 5 mil ha). Desta feita, a ira dos fazendeiros foi ainda maior, conseguindo pela manhã, impedir a entrada de trabalhadores retardatários da caminhada. Os sem terra montaram acampamento, foram impedidos de sair da fazenda. "Foi uma noite de terror", denunciou o MLST em nota à imprensa (11 de setembro). Na primeira noite no novo acampamento, fazendeiros, pistoleiros e seguranças privados, com a conivência da polícia, utilizaram, novamente, a tática dos tiros com armas pesadas, bombas de efeito moral e rojões. Inconformadas as lideranças externas ao acampamento articularam o apoio e na tarde de 12 de setembro, enquanto fazendeiros e polícia cercavam a entrada da fazenda, trabalhadores sem terra de vários acampamentos e assentamentos do MLST chegam em 2 ônibus, 3 caminhões, caminhonetes e vários veículos. "Fazenda Vira Praça de Guerra" noticiou o Jornal Correio no dia seguinte. De forma sincronizada, os acampados encontraram com seus companheiros, cortaram cercas e expulsaram, juntos, os fazendeiros que ficaram escudados pela polícia (MLST, 2000). Mesmo vencida a batalha direta, o MLST acorda com a polícia o cumprimento da liminar de reintegração de posse, montando acampamento às margens da Rodovia Br 497, no dia 14 de setembro de 1999.

Conforme Memorial "Conflito da Fazenda Tangará", divulgado pelo MLST DE LUTA (2001), durante 6 meses na rodovia, os sem terra se organizaram e cadastraram novas famílias, reocupando a fazenda Tangará no dia 13 de março de 2000, com 700 famílias (a maior ocupação de Minas Gerais). Dá-se início a uma interminável batalha judicial para cumprimento da liminar de reintegração de posse. Os trabalhadores estão dispostos a resistir a qualquer pressão, preocupando até mesmo o governador Itamar Franco que recomenda cautela à Polícia Militar e, num teste aos sem terra, a Polícia realiza ação de intimidação, mas

é derrotada, tendo uma de suas viaturas queimadas, assim denunciado pelo MLST (Memorial MLST, 2001):

Y Em 25 de abril de 2000, soldados do GATTE - Grupo de Apoio Tático Especial, da PM, invadiram o acampamento, fortemente armados, mascarados, sem qualquer identificação e acompanhados de cães, o que resultou em confronto com as famílias que reagiram à agressão sofrida. Três tiros foram disparados pelos policiais de elite que sobrevoavam o acampamento no helicóptero da PM. A operação se deu sob o comando do Tenente Coronel Rubens Eustáquio de Souza que já fora denunciado por todos os movimentos e entidades que atuam no Triângulo Mineiro, na Reforma Agrária, como aliado dos fazendeiros. A PM chegara ao local duas horas antes dos oficiais de Justiça, sob o comando deste Senhor que em nenhum momento havia participado das negociações para saída pacífica. O confronto que resultou na queima de uma viatura da polícia demonstra que membros da PM continuam sendo fortes aliados do latifúndio em nosso país.

Sob forte pressão de deputados ruralistas do Triângulo, o INCRA tenta modificar o laudo da fazenda Tangará para produtivo, ao que a assessoria técnica e jurídica do MLST DE LUTA responde prontamente, obrigando o órgão, após meses de debates técnicos, a admitir que se tratava de área passível de desapropriação. Uma perícia judicial, requerida pela proprietária, por sua vez, classifica a fazenda como produtiva, o que foi impugnado pelo INCRA, cabendo ao Juiz Federal da Vara Agrária em Belo Horizonte, a decisão final. No entanto, o juiz nega ao proprietário a suspensão do procedimento administrativo, ou seja, o INCRA poderia dar curso ao processo para publicação do Decreto Presidencial reconhecendo o imóvel de interesse social para fins de reforma agrária.

A não desapropriação da Tangará tornara-se uma questão de honra para latifundiários do Triângulo. O Ministro do Desenvolvimento Agrário anuncia que não há condições políticas para desapropriá-la. Em novembro de 2000, 10 trabalhadores do acampamento são presos acusados de furto de madeira (transportavam madeira seca para o acampamento da Maringá, para onde tinham sido transferidas 60 famílias). Em resposta, os sem terra ocuparam a sede da fazenda e paralisaram todas as atividades em curso na empresa (tratamento de madeira de eucalipto). O Ministro manda o Ouvidor Agrário negociar a desocupação da sede com a promessa de dar seqüência à desapropriação, com o que os sem terras concordam. Os presos são liberados pela Justiça. O INCRA convoca uma audiência pública na cidade de Uberlândia para janeiro de 2001, sob o pretexto de ouvir se a sociedade era favorável ou não à desapropriação. A proprietária, CIF e o Sindicato Rural, não comparecem na audiência realizada na Universidade Federal de Uberlândia. Um manifesto assinado por mais de 50 entidades, reivindica a desapropriação da fazenda. Dias depois, o INCRA responde que a audiência "não foi satisfatória, não houve acordo com os proprietários". As famílias

acampadas radicalizam a luta: No dia 23 de fevereiro de 2001, ocupam a sede, paralisam as atividades (tratamento de madeira, carvoarias), retiram os funcionários, passam a utilizar as caminhonetes e tratores, abrindo novas roças. Em novembro de 2001, após 20 meses da segunda ocupação e após 9 meses da tomada e paralisação da empresa, com o descumprimento da liminar de reintegração de posse, entre a pressão dos ruralistas e dos sem terras, o proprietário anuncia a disposição de negociar com o INCRA todo o imóvel. (MLST DE LUTA, 2001).

» Necessário mencionar que a ocupação da Tangará é uma inovação do Movimento, no que diz respeito ao padrão de propriedades ocupadas, pois até então predominou a ocupação de áreas de pecuária, de pessoas físicas. Trata-se de uma fazenda de propriedade de uma empresa de exploração de eucalipto (CIF - Cia de Integração Florestal) que desde a década de 70 e por mais de 20 anos, se beneficiou de incentivo fiscal e vultosos recursos públicos do extinto Fiset - Fundo de Investimentos Setoriais. Essa disputa assumiu uma extraordinária dimensão envolvendo o governo federal, estadual e municipal, entidades de classe, Igreja, empresários, movimentos sociais, partidos políticos, Polícia Militar, Ministério Público e Poder Judiciário. As elites locais e representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário utilizam-se, amplamente, da criminalização dos sem terra da Tangará. Após a segunda tomada da sede (fevereiro de 2001), 11 pessoas entre elas duas lideranças do MLST DE LUTA, tiveram prisão preventiva decretada, ficando foragidas durante 6 meses. Suspensa a preventiva, ainda respondem a processos por formação de quadrilha, esbulho possessório, extorsão e dano a patrimônio público. As denúncias oferecidas pelo Ministério Público expressam sobremaneira a ira dos latifundiários e seus aliados contra os sem terra :

» (...) são membros integrantes de uma perigosa quadrilha de invasores de terras alheias, desocupados e vadios, que promovem a desordem social e incitam a prática de vários delitos, com um "movimento" clandestino e ilegal de invasão de propriedades rurais, ferem o princípio constitucional do direito à propriedade, não possuem endereço fixo, permanecem perambulando pelo território nacional promovendo grilagem e graves confrontos com ruralistas e Polícia Militar (...) (Silvio Fausto de Oliveira Neto - Promotor de Uberlândia, 2001)

As outras organizações também continuam no caminho das ocupações nos anos 2000 e 2001 (STRs de Iturama, Araxá, Araguari e Santa Vitória e o MST). O MLST que rompera com o MLST nacional em novembro de 2000, passando a se denominar MLST DE LUTA, mantém a direção dos acampamentos e assentamentos que atuava, e no ano de 2001 ocupa as fazendas Matinha, Boa Vista, Marca de Ouro, Maringá e Monte Castelo (Uberlândia); Santa Mônica (Monte Alegre) e São Domingos I e II (Tupaciguara). Um pequeno grupo que

manteve orientação do MLST nacional, coordenou a ocupação da fazenda Capim Branco (Uberlândia), que havia sido vistoriada.

A resumida e rica história de luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro revela que ela tem sido por demais penosa para os trabalhadores rurais. Entretanto, a partir da instalação dos conflitos (ocupações), eles dão início a um processo de construção do sujeito coletivo, passando a ter vez na busca de seus interesses: terra, emprego, comida, escola, saúde, lazer, direitos políticos. A ação do Estado sempre se dá sob pressão dos sem terra e dos fazendeiros. O governo atual faz o discurso da reforma agrária, quer realizá-la, mas desde que ela não atinja os latifundiários. A tabela III.1 mostra que os 21 assentamentos constituídos no Triângulo Mineiro se dão em áreas relativamente pequenas. A maioria, 10 P.As (47%) tem menos de 1.000ha; 5 P.As (23,8%) têm áreas entre 1.000 a 2.000ha; 5 P.As estão entre 2.000 a 4.000ha; e apenas 1 assentamento tem área superior a 4.000ha, fazenda Campo Belo, que foi adquirida por negociação com a Congregação da Igreja Católica. Conforme tabela III.2, no Alto Paranaíba, dos 15 P.As existentes, 7 possuem área inferior a 1.000 ha; os outros 8 não ultrapassam os 2.000 ha. Áreas maiores o MDA não se dispõe a desapropriar, sendo conquistadas por longos anos de pressão e de sacrifício dos sem terras, como a Tangará e Carajás em Uberlândia (processo iniciado em junho de 1999); como a Jubran em Santa Vitória, (palco de vários conflitos, cujo processo se arrastou por mais de 5 anos, até a desapropriação); fazenda Reserva em Limeira D'Oeste, pertencente ao Grupo Cancela (laudo improdutivo, cujo processo foi engavetado). Várias propriedades acima de 10.000ha, cujos títulos não foram apresentados ao INCRA, conforme recadastramento determinado pelo MDA, foram identificadas na região, com suspeita de se tratarem de terras devolutas, porém nenhuma providência para reavê-las foi tomada.

Com sua morosidade, atendendo à pressão dos proprietários, o governo "cansa" os sem terras oferecendo-lhes pequenas propriedades para poucas famílias, deixando sempre muitos excedentes para outra pequena desapropriação. Na tabela III.1 vê-se que em 13 P.As (62%) do Triângulo estão assentadas menos de 50 famílias, em 05 existem de 50 a 100 famílias e, apenas 03 P.As são constituídos por mais de 100 famílias. Já no Alto Paranaíba, nenhum assentamento possui mais que 50 famílias, sendo que 7 deles é constituído por menos de 20 famílias (tabela III.2).

Os números mostram também, que foram necessários quinze anos para a desapropriação de tão somente 45.396,2 ha de terras no Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba. Só na implantação do PADAP (Plano de Assentamentos Dirigidos do Alto Paranaíba), em 1973, projeto de modernização que excluiu a população rural local, foram disponibilizados

para produção de soja e milho, 61.000 ha. Portanto, a área de reforma agrária em quinze anos equivale a 74,42 % da área do PADAP.

Segundo relatório da Superintendência do INCRA-MG (2001), a demanda por terra no Estado é grande (6.504 famílias acampadas), sendo expressivos os números no Triângulo e Alto Paranaíba, somando 3.004 famílias acampadas, assim organizadas: STR de Iturama, 50 famílias; STR de Patos de Minas, 67 famílias; STR de Santa Vitória, 250 famílias; STR de São Francisco de Sales, 17 famílias; STR de Uberaba, 30 famílias; STR de Araxá, 270 famílias; MLST de Luta, 1628 famílias; MLST, 572 famílias; MST, 120 famílias.

A síntese da história da luta dos sem terra no Triângulo demonstra que ela se inicia nas pequenas cidades do oeste (Iturama e Santa Vitória) na primeira metade da década de 80 e vai se deslocando para o Leste da região, no sentido das cidades maiores, na segunda metade dos anos 90 (Ituiutaba, Uberlândia, Araguari, Uberaba) e para o Alto Paranaíba (Araxá, Ibiá, Patos de Minas). Ocorre que, com o crescimento do processo de modernização, com o fim dos arrendamentos para agricultores (cerrado transformado em pastagens) e o conseqüente desemprego rural, ocorreu um extraordinário êxodo para as cidades pólos. Pode-se verificar pelas fichas de cadastro do MLST DE LUTA, que os sem terra antes arrendatário, posseiro, pequeno proprietário rural, hoje é o bóia-fria, o motorista, o pedreiro, o eletricista, o mecânico, o desempregado de cidades como Uberlândia, cuja população cresceu 293% nos últimos 30 anos, segundo a Prefeitura Municipal, com base nos dados do IBGE. Obviamente, nas pequenas cidades a mobilização dos sem terra continua viva, pois é cada vez mais difícil a absorção da mão-de-obra no campo.

Outros fatores podemos associar a esta crescente e generalizada luta pela reforma agrária na região, como a crise econômica brasileira; a subordinação do país aos ditames da globalização; o maior apoio urbano aos trabalhadores sem terra; a crise do modelo anti-ecológico da agricultura moderna; o processo de abertura e integração econômica promovida pelo atual governo, que reduziu os preços dos produtos agrícolas, desestimulando a produção interna, com o fim do crédito subsidiado; a redução do preço da terra verificada principalmente na segunda metade da década de 90; o aumento da violência e deficiência dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transporte e moradia; e, sem dúvida, a melhor organização e capacitação dos trabalhadores sem terra.

Os assentamentos criados são frutos, portanto, da pressão política e social dos trabalhadores sem terra, não de uma deliberação do Estado no sentido da realização da reforma agrária no país, como foi a verificada na modernização conservadora, que contou com altos investimentos dos governos federal, estadual e municipais.

III.3 - O Sistema Produtivo e os Indicadores Econômicos e Agroecológicos dos Projetos de Assentamento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Se a conquista dos assentamentos se dá por um processo extremamente doloroso para os trabalhadores sem terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, certamente a consolidação produtiva dos mesmos, não se verificará sem entraves impostos pelo Estado, pelo modelo tecnológico dominante, pelo mercado e pelas próprias deficiências organizativas e gerenciais dos assentados.

Apesar de excludente, há de se admitir que o desenvolvimento econômico da região gerou uma infra-estrutura viária, industrial, comercial, educacional e de serviços (telecomunicações por exemplo), bem como um mercado consumidor, significativamente favoráveis também ao desenvolvimento econômico e social dos assentamentos. Com uma situação privilegiada, desse ponto de vista, quando comparada a outras regiões do país, como as identificadas na pesquisa INCRA/FAO de 1992. Agroindústrias processadoras de matérias primas (leite, frutas, carne, grãos); rede viária que facilita o acesso e o transporte de 90% dos P.As; grandes distribuidores (mercado atacadista); extraordinário fluxo de informações (telefonia, televisão, radiodifusão); grandes centros de formação, como várias escolas agrotécnicas, Universidade Federal de Uberlândia (cursos de agronomia, veterinária, economia, administração, biologia), Faculdades de Uberaba (agronomia, zootecnia, economia), Faculdades de Ituiutaba (agronomia, administração) e Patos de Minas (agronomia, administração, biologia), dentre outros; localização geográfica privilegiada, com fácil acesso a grandes centros consumidores como Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Brasília (DF). Com certeza, furar o monopólio produtivo industrial, comercial e do conhecimento na região, é o grande desafio para o sucesso econômico e social dos assentamentos.

III.3.1 - O Indicador Renda dos Assentados

Sem o devido apoio estatal, como veremos, a instalação dos assentamentos no Triângulo e Alto Paranaíba provoca acentuados impactos econômicos e sociais, perceptíveis principalmente nos municípios menores. Nomura (2001) defende que "os assentamentos da reforma agrária podem representar uma estratégia para o desenvolvimento local". Em estudo de caso, Assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho (Campo Florido), constituído por 115

famílias, é evidente a evolução dos indicadores econômicos e sociais após a criação do P.A., conforme tabela III.3.

TABELA III.3
Assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho
Indicadores da Área de 1994/2001

	Antes	Depois
Famílias residentes	1	115
Tratores	1	5
Escolas	0	2
Bares	0	2
Lojas	0	1
Carroças	1	70
Indústrias caseiras	0	1
Telefone público	0	1
Conjunto desintegrador	1	10
Gado (cabeças)	2.000	1.500
Frangos (cabeças)	0	3.450
Suínos (cabeças)	0	265
Caprinos (cabeças)	0	22

Fonte: Emater

Elaboração: NOMURA, Míriam.

O assentamento, além de dinamizar o meio rural, promove impactos no mercado urbano. Torna-se um potencial consumidor de bens industriais (tratores, bebidas, roupas, alimentos industrializados, combustíveis, carroças) e de serviços (escolas, telefonia), ao passo que proporciona o aumento de produtos agropecuários para o mercado consumidor e para as indústrias (leite, carne, ovos, grãos). Ressalte-se que o gado existente anteriormente pertencia a arrendatários e não ao proprietário (Nomura, 2001).

Outro aspecto também analisado por Nomura (2001), refere-se à eficiência pelo custo de oportunidade de trabalho, ou seja, o simples assentamento do trabalhador rural o coloca numa condição social e econômica bastante superior à existente anteriormente. No P.A. acima referido, 60% dos assentados viviam antes no desemprego ou subemprego (trabalho temporário), 20% é constituído por ex-arrendatários ou meeiros, 16% eram trabalhadores urbanos (pedreiro, professor, eletricitista) e apenas 4% haviam sido proprietários de terra.

No entanto, o simples fato de possuir a terra, a casa, não garante, por si só, a permanência e sobrevivência digna do assentado. Enormes dificuldades, principalmente relacionadas a baixos resultados econômicos, levam muitos agricultores a desistirem de viver

no campo, comprometendo o alcance da política de assentamentos, vista pela sociedade como a reforma agrária que ela apoia. Tomando por base o indicador renda das famílias dos assentamentos da região, verifica-se que ela está abaixo da média nacional, estando longe do padrão satisfatório defendido pelas mesmas famílias, e, sua origem não é proveniente totalmente da produção, mas complementada, em muitos casos, por aposentadorias e venda da força de trabalho fora do assentamento, o que indica a insustentabilidade do sistema produtivo.

Recorrendo a alguns diagnósticos e planos de desenvolvimento elaborados por entidades e empresas de assessoria técnica, juntamente com as comunidades assentadas, embora levantadas em anos diferentes, temos uma identificação da renda atual (naquele ano), bem como a renda considerada satisfatória média ou desejada pelas famílias. A tabela III.4 mostra que, no geral, a renda está muito aquém das necessidades das famílias. Em todos os casos a metodologia utilizada para cálculo da renda foi semelhante à utilizada na pesquisa nacional INCRA/FAO (1992), onde o autoconsumo está incluído no cômputo geral. A renda satisfatória é aquela considerada pelas famílias como suficiente ou necessária para o atendimento de necessidades básicas (alimentação, educação, energia, vestuário, saúde, lazer).

TABELA III.4
RENDAS MENSAL DE ALGUNS P.As DO TRIÂNGULO MINEIRO
E ALTO PARANAÍBA

P.A	Município	n.º de famílias	Ano de Criação do P.A.	Ano Estudado	Renda (R\$) Atual (mensal)	Renda Satisfatória (mensal)	Empresa De Assistência ou Pesquisadora
Stº Inácio/Ranchinho	C. Florido	115	1994	2000	377		Nomura, M
Palma da Babilônia	Uberlândia	13	1999	2001	-----	1.814,00	Centro de Form e Ass. 25 de Julho
Nova Itambé	Nova Ponte	11	1999	2001	-----	1.067,40	Centro de Form e Ass. 25 de Julho
Nova Palma	Uberlândia	15	1999	2001	-----	1.814,40	Centro de Form, e Ass 25 de Julho
Rio das Pedras	Uberlândia	87	1998	1999	209,59	1.200,99	ANARA
Vargem do Touro	Gurinhata	21	1996	1998	184	1.179,00	EMATER
Porto Feliz	Stª Vitória	17	1996	1998	297	688	EMATER
Nov Bom Jardim	Tapira	20	1996	1998	220	600	EMATER
Stº Inácio Ranchinho	C. Florido	115	1994	1998	280,85	577,98	EMATER

Elaboração: Fonscca, J.B. (2001)

Com as devidas ressalvas quanto aos limites da comparação entre as rendas acima, pois muitas delas foram obtidas em fases iniciais de implantação dos assentamentos

(comparar o ano estudado com o ano de criação do P.A.), elas nos indicam que são inferiores à renda média mensal nacional (3,7 salários mínimos). Observando a renda média mensal atual das famílias do P.A. Santo Inácio/Ranchinho de R\$ 337,00 (2,09 salários mínimos), mesmo após sete anos da criação do P.A. (Nomura 2.001), vê-se que ela é também inferior à média nacional. Ademais para atingir a média de R\$ 377,00 foi incluído o autoconsumo, renda de aluguel de pasto e renda de diárias (venda da mão-de-obra). As duas últimas quando retiradas chega-se a R\$ 320,00 (Nomura, 2001). Das 31 famílias no P.A. Santo Inácio/Ranchinho entrevistadas na pesquisa de Nomura (2001), 4% obtiveram renda menor que 1 salário mínimo, 75% de 1 a 3 salários mínimos e 25% renda mensal entre 3 e 5 mínimos. Quanto às rendas desejadas (satisfatórias), calculados a partir das necessidades das famílias, observa-se que na maioria dos casos elas são bem superiores à média nacional, ou seja, os agricultores necessitam de uma renda superior a 3,7 salários mínimos (tabela III.2).

O Trabalho INCRA/FAO (2001) levantou a renda agrícola líquida de três sub-tipos de agricultores do assentamento Rio das Pedras (Uberlândia), após três anos da criação do P.A., relativas ao ano agrícola 2000/2001, e constatou que ela é ainda inferior à média nacional, embora os investimentos, como triturador, capineira, não houvessem retornado para as atividades. O sub-tipo familiar de leite e mandioca obteve renda de R\$ 4.671,43 anual (R\$ 389,28 mensais, ou 2,1 salários mínimos), observado que este produtor teve frustração total da colheita do arroz, sendo que as atividades lucrativas foram o leite (requeijão), mandioca de mesa, mandioca brava, galinha e ovos. O sub-tipo familiar leite e hortaliças atingiu uma renda anual de R\$ 2.843,00 (R\$ 236,90 mensais, ou 1,3 salários mínimos), ressalvado que este não tinha nenhuma experiência com a horticultura e lançou mão de uma grande variedade de agrotóxicos, onerando sobremaneira os custos da produção. O sub-tipo familiar especializado em horticultura estudado, não conta com outras pessoas na família para o trabalho agrícola, contratou dois empregados temporários por quatro meses (elevação do custo de produção); possuidor de solo hidromórfico, embora parte pertencente à área de preservação permanente, obteve uma renda superior aos demais, R\$ 5.139,00 por ano (R\$ 428,25 mensais ou 2,3 salários mínimos) em culturas de jiló, pepino, alface e arroz de sequeiro.

Também no trabalho INCRA/FAO (2001), foi estudado no Assentamento Pontal do Arantes (União de Minas), criado em 1997, um agricultor familiar assentado. A partir da produção de leite e venda de bezerros, galinhas, arroz e mandioca, atingiu-se uma renda agrícola anual de R\$ 5.332,80 (R\$ 444,40 mensais, ou 2,4 salários mínimos). É observado que em apenas 0,25 ha obteve-se uma renda agrícola de R\$ 1.200,00, não sendo nada desprezível, em se tratando de um assentamento novo.

Se do ponto de vista social os programas de assentamento se justificam (moradia, emprego, alimentação, redução da criminalidade urbana) e se no geral trazem reflexos positivos para as economias regionais, ficam ainda algumas indagações. Por quanto tempo as famílias permanecerão no campo, se as soluções para os problemas relativos à baixa produção e produtividade não forem encontradas? Ou seja, uma renda insatisfatória segura um assentado na terra por quanto tempo? Quais as condicionantes que determinam a renda, hoje baixa, dos trabalhadores assentados da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba? Estariam essas causas associadas às mesmas que levaram à pauperização de milhares de pequenos agricultores, deslocando-os para os centros urbanos?

Segundo o INCRA-MG., as desistências (vendas de lotes ou abandono), aproximam-se da média nacional (20%) na região. Se por um lado encontramos situações em que não ocorreu nenhuma venda de lote, como na Santo Inácio/Ranchinho, lamentavelmente identificamos extremos bastante negativos, como no P.A. Iturama, que depois da histórica e radicalizada luta, viu alterada em torno de 50%, as famílias inicialmente beneficiadas. O mesmo se deu na Vargem do Touro, em que das 21 famílias que participaram da luta, 11 venderam seus lotes. Nesses casos, os lotes são, na maioria das vezes, ocupados (comprados os direitos de posse) por outros trabalhadores rurais, que assumem a continuidade da produção, não comprometendo, a curto prazo, a democratização da terra e a legitimidade da reforma agrária (capítulo I). No entanto, a médio e a longo prazo, essas situações poderão favorecer a reconstituição do monopólio da terra por agricultores que consigam se capitalizar ou por latifundiários vizinhos aos assentamentos. A ineficiência na produção e na comercialização, com a conseqüente baixa renda dos assentados, são, sem dúvida, os motivos principais que levam às desistências. A viabilidade da reforma agrária, para além de instrumento compensatório, no sentido de amenizar problemas sociais, passa, necessariamente, pela viabilidade econômica que, por sua vez, depende da eficiência produtiva e de uma renda satisfatória dos trabalhadores assentados. Do contrário, viver-se-á o romantismo do "agricultor familiar": um casebre, uma égua, uma velha carroça, alguns porcos e galinhas, duas vaquinhas para coçar. Obviamente não se trata de moldar o agricultor ao pacote da revolução verde, todavia, acreditamos que a sustentabilidade econômica deve ser perseguida nos assentamentos, buscando os trabalhadores, alternativas tecnológicas, organizativas e gerenciais que possibilitem a elevação da qualidade de vida, com a conseqüente legitimidade política da reforma agrária junto à sociedade. Ou não se espera que os sem terras também acessem os benefícios do mundo atual? Caminhonete (para transportar a produção e passear com a família); casas decentes, com as devidas estruturas de saneamento

(não possível com o crédito habitação de R\$ 2.500,00); equipamentos tecnológicos que reduzam a mão-de-obra (ordenhadeiras mecânicas, trituradores, etc), água encanada, energia (solar, eólica ou elétrica); informática, antena parabólica e TV a cores; telefone; livros e cinema, universidade; fartura na mesa, dentre outros, são direitos também dos trabalhadores assentados e não só dos ecologistas. Como na conquista da terra, os trabalhadores deverão lutar e se organizar para estabelecerem uma nova relação com a natureza: harmônica e auto-sustentável. Estes sim, poderão aplicá-la, ao contrário do Estado e das grandes corporações, que se utilizam dela (natureza) exclusivamente para acumulação de capital.

Como já assinalado, muitos dos trabalhos existentes levantaram rendas em assentamentos novos, o que poderia justificar sua renda baixa. No entanto, no P.A Nova Santo Inácio/Ranchinho, criado em 1994, quando verifica-se em dois momentos a média da renda familiar mensal (tabela 3.2), observa-se que ela, apesar da evolução, de R\$ 280,85 (Emater, 1998) para R\$ 377,00 (Nomura, 2000), vê-se que continua uma renda média familiar baixa (2,09 salários mínimos). Há os que sustentam que se trata de uma renda suficiente. Talvez fosse, se a referência se baseasse nos 54 milhões de brasileiros (as) que vivem abaixo da linha da pobreza. Entretanto, se tomada como referência a média da renda considerada satisfatória pelos assentados ou um valor correspondente ao salário mínimo conforme estabelecido pela Constituição Federal, como o do DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos), vê-se que se trata de uma renda realmente baixa, aquém das necessidades das famílias.

Analisemos, pois, as possíveis condicionantes que determinam a baixa renda dos produtores assentados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba:

III.3.2 - As Principais Atividades Agropecuárias:

O primeiro aspecto que compromete a produção dos assentados é o aspecto agroecológico em que o proprietário expropriado deixa o imóvel. A maioria dos estudos revela (Emater, 1998; ANARA, 1999; Centro 25 de Julho, 2001; INCRA/FAO, 2001, Nomura, 2001; MLST DE LUTA, 2001; APR, 2000) que geralmente as áreas eram dotadas de alto potencial ecológico (rios, córregos, fauna, flora), mas que a ação predatória, historicamente associada ao modelo tecnológico, aplicado pelos latifundiários, promovem a degradação dos solos, secamento das águas, assoreamento dos rios, morte de plantas e animais, ou seja, há uma transformação do ecossistema determinando expressivas limitações dos recursos naturais. Na seção III.3.5 trataremos do sistema agroecológico dos

assentamentos e da relação, predominantemente, também predatória dos assentados com o meio ambiente. Por hora, queremos afirmar que os solos exaustos, pastagens degradadas por pragas e erosões, águas contaminadas, etc., comprometem os resultados produtivos dos novos ocupantes de muitos imóveis desapropriados que optam por reproduzir as mesmas tecnologias anteriores, na perspectiva de resultados imediatos. Registram-se também, casos de boa oferta agroecológica que, quando racionalmente utilizadas favorecem excelentes produções (água em abundância e de qualidade, boas pastagens, terras virgens, curvas de nível, etc.).

Em relação aos sistemas produtivos predominantes, verifica-se que a pecuária leiteira é hegemônica em 100% dos P.As do Triângulo e Alto Paranaíba. Essa preponderância atinge na maioria dos P.As a totalidade (100%) das famílias assentadas. As demais atividades estão vinculadas a culturas de subsistência: arroz, milho e feijão. A mandioca é cultivada para subsistência e com fins comerciais, sendo também encontrada em 100% dos P.As, como o segundo investimento depois da produção de leite. A pouca exigência quanto à fertilidade do solo, o baixo dispêndio de mão-de-obra e um considerável mercado consumidor (alto consumo pela população e várias indústrias de beneficiamento na região), atrai os assentados para esta cultura. Hortas caseiras (quiabo, pimenta, abóbora, chuchu, batata-doce, couve, alface) e pequenos animais (suínos e aves) são produzidos também para subsistência. A pimenta, no P.A. Santo Inácio/Ranchinho é produzida em escala comercial (Nomura, 2001). São raros os produtores com vocação (especialização) em horticultura, como o estudado no P.A. Rio das Pedras (Uberlândia) pelo INCRA/FAO, 2001. Nos P.As de Uberlândia, pela oferta de mercado consumidor (sacolões, feiras, CEASA) essa atividade está em crescimento, com vários produtores de tomate, pepino e abóbora. Nos P.As do Alto Paranaíba, além da pecuária de leite (também predominante) e mandioca, expande-se bastante a cultura do café, que tem recebido apoio de algumas administrações municipais, como de Perdizes, Ibiá e Nova Ponte. A fruticultura, apesar do grande potencial agroecológico dos assentamentos, e de mercado, ainda não se verificou em escala considerável, mesmo que em vários Planos de Desenvolvimento ela tenha aparecido como uma alternativa importante. No P.A. Zumbi dos Palmares (Uberlândia) um produtor cultiva 10 ha de abacaxi, produto de boa rentabilidade, mas de alto custo de produção. A piscicultura foi iniciada na Rio das Pedras, Palma da Babilônia e Nova Santo Inácio/Ranchinho. Usinas de açúcar e álcool insistem no arrendamento de terras (integração) nos P.As Santo Inácio/Ranchinho(Campo Florido) e Engenho de Serra/Capão Rico (Ituiutaba), com boa aceitação entre vários produtores.

A opção preferencial pelo leite, para a qual são destinados 80% dos créditos investimentos (PROCERA/PRONAF A) em aquisição de rebanho (geralmente novilhas

cruzadas -Holandês/Zebu), triturador e plantio de cana e capim elefante (alternativa para a seca), se dá em função da aptidão dos assentados pela tradição pecuária da região, da disponibilidade de pastagens das áreas desapropriadas (ainda que deficitárias), pela rentabilidade mensal da atividade (ainda que pequena) e pela liquidez dos bovinos. É muito comum a venda dos bezerros machos e até das vacas no período da seca, pelos produtores para saldar débitos, principalmente de supermercados, farmácias ou lojas agropecuárias. Não é raro produtores que vão se desfazendo gradativamente de todo o rebanho, o que o torna susceptível à venda de lote a partir da primeira proposta que lhe chega.

Em todos os assentamentos as áreas de reserva legal são utilizadas para o pastoreio dos bovinos, tendo em vista que na maior parte é constituída por pastagens ou capoeiras. Segundo vários estudos (Emater -1998, Centro 25 de Julho - 2001, ANARA - 1999, APR - 2000) a produtividade média é baixa, não ultrapassando 5 litros/vaca no período da safra (chuvoso). Os diagnósticos da pecuária leiteira dos assentamentos, têm apontado como fatores limitantes a compra individualizada dos rebanhos que favorece o ganho dos atravessadores (catireiros) que lhes oferecem animais de baixo potencial genético; a falta de assistência técnica na implantação do sistema produtivo; o elevado intervalo entre partos; a baixa capacidade de suporte das pastagens; manejo da alimentação, da reprodução e sanitário inadequados; incapacidade gerencial dos assentados; baixo volume de produção e individualismo na produção e comercialização, facilitando a imposição do preço do leite pelos laticínios e cooperativas da região. A ausência de energia elétrica, de água (lotes secos) e de alternativas de alimentação (entre-safra) e a falta de equipamentos para processar os alimentos, são também elencados como fatores que favorecem a insustentabilidade econômica do sistema. Em todos os Planos de Desenvolvimento elaborados nos P.As, as propostas prioritárias em relação à produção visam atacar essas debilidades: correção do solo, melhoramento das pastagens, plantio de canas e capineiras, banco de proteínas, inseminação artificial, mineralização e vacinação do rebanho, assistência técnica, melhoramento das instalações, compra coletiva de tanques de expansão (resfriador), negociação coletiva do preço do leite, industrialização do produto pelos assentados.

Um estudo da cadeia produtiva do leite permite-nos afirmar que se os assentados não qualificarem o seu sistema produtivo e não consolidarem alternativas organizacionais coletivas, de industrialização e comercialização estarão fadados ao fracasso.

Mudanças estruturais desde o início da década de 90 (Governo Collor), vem ocorrendo, como a liberação de preços (depois de 4 décadas de controle), abertura comercial (principalmente Mercosul) e a coleta e transporte de leite resfriado a granel nas propriedades.

O Brasil é o sexto produtor mundial (2000), depois dos E.U.A., Índia, Rússia, Alemanha e França, mas é um grande importador de produtos lácteos (leite-em-pó, leite longa vida, queijos e manteiga), principalmente da Argentina, Uruguai e União Européia. O Brasil possui um grande rebanho, mas apresenta uma produção e produtividades extremamente baixas, acarretando o pior faturamento por produtor quando comparado com alguns países grandes produtores. A tabela III.5, nos fornece os dados.

TABELA III.5

Comparação da Pecuária Leiteira em Países Selecionados

	Brasil	EUA	Argentina	Uruguai	União Européia	Austrália	Nova Zelândia
Produção de leite (milhões de litros/ano)	19.020	70.300	8.760	1.300	120.500	9.400	11.000
Número de vacas leiteiras (mil animais)	18.000	9.300	2.400	401	21.600	1.900	3.300
Produtividade do rebanho (litros/vaca do rebanho)	1.057	7.559	3.650	3.241	5.579	4.947	3.333
Número de produtores (mil)	1.182	105	22	4,6	825	14	15
Produção média (l/prod./dia)	47	1.834	1.091	774	400	1.814	2.078
Preço do leite ao Consumidor (US\$/litro)	0,22	0,30	0,21	0,18	0,39	0,20	0,16
Faturamento mensal por produtor (US\$/mês)	315	16.738	6.968	4.179	4.747	11.033	10.115

Fonte: Galan & Jank, 1999

Estima-se que do leite produzido em 2000, apenas 57% obteve controle pelo serviço de inspeção, os outros 43% foram consumidos pelo mercado informal (não fiscalização higiênico-sanitária e não pagamento de tributos). Houve um aumento de 28% do consumo per capita, desde 1993 (Plano Real) atingindo 137,8 litros por habitante em 1998, com destaque para o leite longa vida, queijo, iogurtes, bebidas lácteas e sobremesas (INCRA/FAO, 2001).

Com 28,3% da produção nacional, Minas Gerais é o maior produtor de leite do país e o Triângulo Mineiro é o maior produtor do Estado, com aproximadamente 34,4% - 1,8 bilhões de litros/ano. (INCRA/FAO, 2001). O leite está presente em todos os municípios da região, conforme a tabela III.6. Observa-se que os dois de maior produção (Santa Vitória e Campina Verde), são municípios onde existem vários assentamentos e a luta pela terra é latente, indicando que existe uma tradição pela atividade. Daí também um dos fatores da opção por esta atividade por, praticamente, 100% dos assentados. A tabela III.6 mostra também, que o maior volume de produção é dos produtores não especializados (bovinocultura mista), que são em número bastante superior e com um rebanho quase duas vezes maior, o

que indica que a bovinocultura mista é de baixa produtividade: 176 litros/produtor/dia, contra 320 litros/produtor/dia dos especializados.

TABELA III.6

Bovinocultura de Leite e Mista do Triângulo Mineiro

	Bovinocultura de leite			Bovinocultura mista			Total		
	N de Produt. ⁽¹⁾	Rebanho ⁽²⁾ (Cabeças)	Prod/ano ⁽³⁾ (1000l)	N de Produt.	Rebanho (Cabeças)	Prod/ Ano (1000l)	N de Produt.	Rebanho (Cabeças)	Prod/ano (1000l)
Água Comprida	58	8.380	6.882	95	13.879	6.332	153	22.259	13.214
Araguari	420	25.912	21.280	885	61.246	27.943	1305	87.158	49.224
Araporã	10	1.940	1.593	120	5.913	2.698	130	7.853	4.291
C. Dourada	15	3.558	2.922	52	4.575	2.087	67	8.133	5.009
Camp Verde	583	86.841	71.318	1.283	121.578	55.470	1866	208.419	126.788
C. Florido	141	22.705	18.646	212	34.057	15.539	353	56.762	34.185
Canápolis	96	15.147	12.439	145	22.721	10.366	241	37.868	22.806
Capinópolis	62	11.729	9.632	92	17.594	8.027	154	29.323	17.660
Carneirinho	223	56.209	46.162	583	146.633	66.901	806	202.842	113.063
Casc. Rico	57	5.041	4.140	112	9.902	4.518	169	14.943	8.658
Centralina	49	5.073	4.166	83	8.454	3.857	132	13.527	8.023
Com. Gomes	139	18.151	14.907	209	27.227	12.422	348	45.378	27.329
Conc. Alagoas	196	21.717	17.835	326	35.968	16.410	522	57.685	34.245
Conquista	105	10.023	8.231	160	15.347	7.002	265	25.370	15.233
Fronteira	34	3.081	2.530	51	4.666	2.129	85	7.747	4.659
Frutal	574	73.633	60.471	775	99.504	45.399	1349	173.137	105.870
Grupiara	30	2.584	2.122	59	5.076	2.316	89	7.660	4.438
Gurinhata	384	58.788	48.280	672	102.878	46.938	1056	161.666	95.218
Indianópolis	65	5.210	4.279	146	11.772	5.371	211	16.982	9.650
Ipiacú	104	8.602	7.064	130	10.679	4.872	234	19.281	11.937
Itapagipe	576	70.392	57.809	747	91.319	41.664	1323	161.711	99.474
Ituiutaba	471	68.633	56.365	441	64.205	29.294	912	132.838	85.658
Iturama	188	33.485	27.500	490	87.353	39.855	678	120.838	67.354
Limeira	154	29.510	24.235	507	97.382	44.431	661	126.892	68.666
D'Oeste									
Tem. A. Minas	592	44.522	36.564	951	71.505	32.624	1543	116.027	69.188
Pirajuba	43	4.018	3.300	65	6.029	2.751	108	10.047	6.051
Planura	22	4.135	3.396	34	6.262	2.857	56	10.397	6.253
Prata	370	66.107	54.290	1.036	185.100	84.452	1406	251.207	138.742
St. Vitória	297	89.987	73.902	595	179.974	82.113	892	269.961	156.015
S. Franc. e Sale	200	46.285	38.012	261	60.046	27.396	461	106.331	65.408
Tupaciguara	207	24.941	20.483	583	70.287	32.068	790	95.228	52.551
Uberaba	498	70.608	57.987	797	112.972	51.543	1295	183.580	109.530
Uberlândia	572	57.018	46.826	998	99.782	45.526	1570	156.800	92.352
União de Minas	136	25.848	21.228	486	92.510	42.208	622	118.358	63.435
Veríssimo	118	26.430	21.706	197	43.775	19.972	315	70.205	41.678
Triângulo Min	7.789	1.106.243	908.502	14.378	2.028.170	925.353	22.167	3.134.413	1.833.855

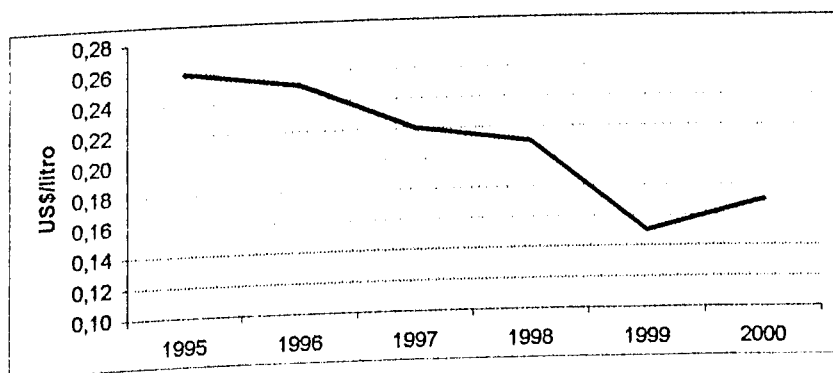
⁽¹⁾ Número de produtores; ⁽²⁾ tamanho do rebanho em cabeças; ⁽³⁾ produção de leite anual (1000 litros)

Fonte: Sistema de Realidade Municipal - EMATER-MG/IMA (1999)

Dados da Emater-MG., mostram que a produtividade de produtores especializados e não especializados do Triângulo Mineiro é de 227/litros/produtor/dia, bem superior à média nacional de 47 litros/produtor/dia, mas baixíssima, se comparada com a dos EUA, que é de 1.834 litros/produtor/dia.

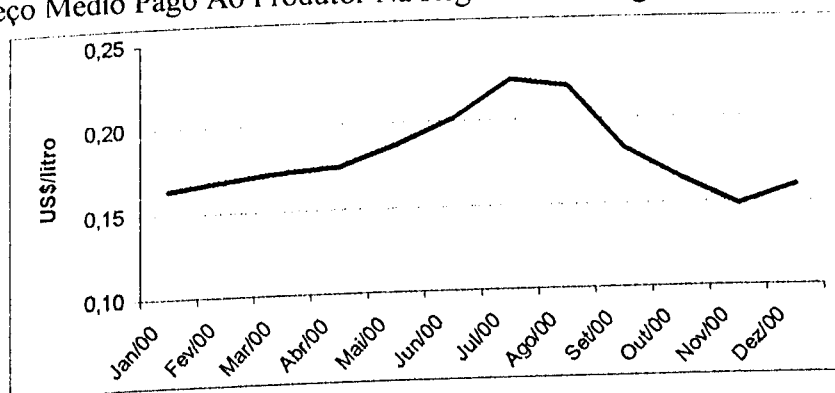
As figuras III.1 e III.2 mostram a queda dos preços do leite pago aos produtores de Minas Gerais e a oscilação do preço no Triângulo Mineiro no ano 2.000. Com a estabilização econômica e formação de excedentes (aumento da produção em outras regiões, crescente especialização de produtores e a importação) houve uma queda vertiginosa do preço do produto. Em Minas Gerais a Assembléia Legislativa do Estado criou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que reúne com produtores para investigar o baixo preço pago pelas cooperativas e laticínios. Na CPI, ainda em curso (2001), os produtores acusaram as empresas de formação de cartel exigindo do governo o tabelamento do preço.

FIGURA III.1
Preço Médio Pago ao Produtor em Minas Gerais (1995-2000)



Fonte: FAEMG

FIGURA III.2
Preço Médio Pago Ao Produtor Na Região Do Triângulo Mineiro (2000)



Fonte: FAEMG

Em relação aos trabalhadores dos assentamentos, o preço pago pelo leite tem sido muito baixo levando vários a desistirem do fornecimento do produto: "é melhor criar o bezerro sadio", dizem. Outra alternativa bastante verificada é a produção artesanal de queijos, requeijões e doces, mas que enfrenta dificuldades na comercialização que é realizada individualmente.

No Triângulo Mineiro duas empresas multinacionais (Nestlé e Parmalat) estão com pontos de refrigeração instalados em vários municípios, sendo que a Nestlé possui uma indústria para fabricação do leite-em-pó. Existem 12 cooperativas de produtores que compram, industrializam ou vendem o leite para outros laticínios; diversas empresas nacionais também estão no mercado (grupo Leco, Vigor, Italac, Flor de Minas), também os pequenos laticínios (Jaó, Meduque & Yamoto, Tourinho, etc.) (INCRA/FAO, 2001).

Importante experiência associativa se dá no assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho, em que um grupo de 38 produtores fornecem coletivamente o leite para o laticínio Jussara, que empresta o resfriador, no entanto, determina o preço a ser pago pelo produto (Nomura, 2001). Com o fim da entrega do leite pelo produtor em latões, essa foi uma iniciativa que foi um pouco melhor do que aqueles que negociam o produto individualmente. Nos assentamentos Palma da Babilônia, Nova Palma da Babilônia, Itambé, Engenho de Serra/Capão Rico vários grupos de produtores já se preparam para a mudança, adquirindo tanques de expansão coletivamente, mas a pequena produção tem deixado os equipamentos ociosos; em outros casos, a falta de energia elétrica compromete a instalação do resfriador. No P.A. Nova Palma da Babilônia (Uberlândia) viveu-se uma das mais importantes iniciativas comunitárias no sentido de agregar valor ao preço do leite. Seis produtores constituíram um condomínio aplicando todo o investimento do crédito PRONAF (R\$ 9.500,00/família) de forma coletiva: aquisição do rebanho, compra do resfriador, construção das instalações, socialização das pastagens de cada um, organização comunitária do trabalho. Houve a agregação da terra, do capital e do trabalho, favorecendo enormemente a negociação do preço do leite. Enquanto os produtores individuais vendiam o produto a R\$ 0,25/litro, o condomínio leiteiro o negociou inicialmente a R\$ 0,40/litro. Posteriormente, houve uma queda imposta pelo laticínio comprador, mas sempre superior e com resultados líquidos acima daqueles conseguidos pelos produtores individuais (Centro 25 de Julho, 2001; INCRA/FAO, 2001). No entanto, desentendimentos no grupo, principalmente quanto à organização do trabalho, abortaram a experiência, os assentados dividiram o rebanho no momento em que a maioria das vacas ia entrar em lactação, prejudicando o resultado e uma proposta que já era vista como modelo pelos assentamentos vizinhos.

No que diz respeito à produção agrícola, raros são as exceções que dão a ela importância comercial. Ela é, na maioria dos casos (arroz, milho, feijão, horta caseira) secundária em relação a produção do leite, com exceção da mandioca (brava e de mesa), que além de produto da subsistência é produzido com fins comerciais. Já destacamos a pimenta cumari em Campo Florido, que, entretanto, é vendida individualmente para atravessadores (redução da renda), que a embalam e vendem em São Paulo. Os horticultores, poucos, estão nos assentamentos de Uberlândia (grande centro consumidor), e enfrentam dificuldades na comercialização, tendo em vista um mercado desconhecido pela maioria (CEASA, sacolões), dificuldades no transporte (feito individualmente, elevando consideravelmente os custos) e pouca experiência com a cultura. O cultivo de cana e capim elefante utilizados no período da seca, para o gado, já é encontrado em praticamente 100% dos lotes de trabalhadores assentados. Pomares de quintal também são cultivados por todos os produtores.

No geral, as atividades agrícolas também têm obtido uma baixa produção (pequenas áreas cultivadas) e baixa produtividade (Centro 25 de Julho, 2001). As condicionantes que comprometem a sustentabilidade da agricultura, são semelhantes na maioria dos assentamentos e dizem respeito à escassez de créditos (que são em volumes insatisfatórios e disponibilizados tardiamente), a falta de conhecimentos técnicos, a falta de assistência técnica, aos solos degradados, aos elevados preços dos insumos, à incapacidade gerencial dos produtores, à falta de energia elétrica e abastecimento d'água, à ausência de apoio institucional, à presença de pragas invasoras a partir das grandes lavouras de grãos (soja) circunvizinhas (que inviabilizam a produção do feijão, por exemplo) e ao individualismo na produção.

III.3.3 - Descaso do Estado com a Viabilidade Econômica dos Assentamentos

Se como já defendido, o Estado brasileiro sempre serviu aos interesses dos grandes grupos econômicos, não se dispondo à execução de qualquer projeto de reforma agrária, há de se esperar o descompromisso dos governos (como o atual) com políticas públicas que de fato favoreçam o desenvolvimento econômico e social das áreas conquistadas.

Ao assumir, FHC, procura dar uma resposta à pressão de massas pró-reforma agrária existentes na sociedade, mas conforme as estratégias adotadas para abafar esta pressão, iam sendo colocadas em prática, até o final da década (seção I.4) ele vai promovendo uma redução gradativa (comparado ao número de famílias) do orçamento do INCRA e do dito programa de

reforma agrária, que recai evidentemente sobre os assentamentos rurais. Teixeira (2001) analisa a redução orçamentária de 1995 a 1999:

Em 1995, as dotações orçamentárias fiscais do INCRA foram de R\$ 1.522 milhão. Deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 1.277 milhão, ou seja, 16% do total autorizado deixou de ser liquidado. "Das dotações totais, 57% (R\$ 874,8 milhões) foram recursos representados por TDAs, não significando, pois disponibilidade pecuniária." Ressalte-se que os recursos ficaram contingenciados até setembro/1995. Em relação ao PROCERA/95, seria necessário para o atendimento das famílias assentadas (sem considerar a de anos anteriores) R\$ 364 milhões, no entanto, dos R\$ 223 milhões previstos, foram aplicados somente R\$ 106,5 milhões.

Em 1996, os recursos também só foram descontingenciados em setembro. Dos R\$ 1,57 bilhão, foram liquidados R\$ 1,4 bilhão nesse ano, para atender as famílias declaradas como beneficiadas pelo PROCERA, seriam necessários R\$ 531 milhões, entretanto, dos R\$ 101,5 milhões do orçamento da União, fixados, foram empenhados e liquidados apenas R\$ 74 milhões.

No ano de 1997, o orçamento final do INCRA foi de R\$ 2,65 bilhões. Ocorre que R\$ 811 milhões foram destinados ao pagamento de precatórios, restando R\$ 1,8 bilhão. Nesse ano o governo propagandeou que assentara 40 mil famílias a mais do que em 1995. O PROCERA ficou com orçamento final de R\$ 117,2 milhões, mas R\$ 31,6 milhões deixaram de ser aplicados.

Em 1998, o valor autorizado pela Lei Orçamentária da União para o INCRA foi de R\$ 2.231 milhões, mas foram liquidados R\$ 1.945 milhões e destes, 27% (R\$ 600 milhões) correspondem a TDAs. Para o PROCERA, segundo o governo (INCRA), foram aplicados R\$ 462 milhões, mas "considerando-se o teto de R\$ 9.500,00 por família, entre custeio e investimento, para atender as 101 mil famílias declaradas como assentadas em 1999, pelo governo, deveriam ter sido aplicados pelo PROCERA, R\$ 959 milhões. Significa que o déficit do programa, no ano, foi de R\$ 497,5 milhões, considerando-se, exclusivamente, as famílias assentadas em 1999. (Teixeira, 2000).

No ano de 1999, observou-se um corte de R\$ 800 milhões em comparação com o ano anterior. De acordo com o relatório do INCRA, dos R\$ 1,4 bilhão, R\$ 1 bi, em moeda e R\$ 400 milhões em TDAs. Os gastos com o PROCERA R\$ 36 milhões a mais que em 1998.

No ano 2000 o PROCERA (que previa juros de 3% e rebate de 50%) foi extinto e substituído pelo PRONAF A. A proposta inicial era de não oferecer rebate, mas a pressão dos movimentos fez o governo rever. Depois de inúmeras negociações com os Movimentos, a

partir do ano agrícola 2001/2002, o teto do PRONAF A foi aumentado para R\$ 12.000,00/família em única operação (juros de 3% ao ano, rebate de 40%, 3 anos de carência e até 10 anos para saldar).

Nos P.As do Triângulo e Alto Paranaíba, foi por demais constatado que a aprovação e disponibilização dos créditos custeio e investimento demoraram demais, contribuindo para frustrações de safras e endividamento dos agricultores. Os créditos custeio do ano agrícola 1999/2000, só foram disponibilizados em janeiro ou fevereiro de 2.000. Em novembro de 2001, nenhum assentado da região tinha recebido os créditos custeio/investimento da safra 2001/2002. Nos P.As mais antigos é altíssima a inadimplência, indicador da insustentabilidade dos sistemas produtivos. Como já verificada a baixa renda obtida é incompatível com o endividamento realizado. Outras modalidades de créditos (PRONAF B, C ou D), são dificilmente acessados pelos assentados, os créditos fomento, alimentação e habitação são irrisórios (capítulo I), sem nenhum impacto significativo para os produtores (Centro 25 de Julho, APR, MLST DE LUTA, MST, FETAEMG, 2001).

O descaso do Estado torna-se evidente com a ausência efetiva de uma política de infraestrutura. O INCRA se desobrigou da totalidade de investimentos em eletrificação, abastecimento d'água, estradas, escolas, postos de saúde, armazéns, etc, responsabilizando prefeituras e governos estaduais. Depois de muito esforço e lutas contra o INCRA e prefeituras é que se consegue parte desses benefícios. Para se ter um a idéia, segundo Relatório do INCRA-MG. (dezembro de 1999), dos 111 Projetos de Assentamento existentes, até então no Estado, 49 não estavam parcelados; 59 não haviam recebido crédito habitação; 62 P.As estavam sem atendimento d'água, 29 com água na rede tronco, apenas 20 com água nas casas; 75 P.As sem eletrificação; 49 sem estradas, 17 com apenas estrada principal, 45 com estradas; 58 sem escola; apenas 28 tinham armazéns; apenas 68 haviam recebido PROCERA; 60 estavam sem assistência técnica. Hoje a maioria dos P.As do Triângulo e Alto Paranaíba estão sem energia elétrica, sem abastecimento d'água e sem estradas satisfatórias.

Um ponto nevrálgico, que compromete extraordinariamente os resultados econômicos, é a ausência de uma assistência técnica dirigida especificamente para os assentados. Com o fim do projeto Lumiar (programa de Assistência Técnica) que atendeu alguns assentamentos por dois anos (13 no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), os assentados estão sem acompanhamento técnico, a não ser em poucos casos que recebem uma assistência parcial da Emater, que atende produtores de todo o município. Aqui, reside outro problema, pois a maioria dos técnicos da Emater difunde o pacote da agricultura industrial, e com raras

exceções estão dispostos a construir com os assentados práticas de uma agricultura sustentável e do ponto de vista metodológico adotam práticas autoritárias e paternalistas.

Bastante diagnosticada em todos os P.As é a reivindicação de uma assistência técnica participativa e duradoura. O MDA exige a elaboração dos PDAs - Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos, porém, depois da elaboração os contratos com as empresas são rompidos e os técnicos demitidos, não havendo acompanhamento sistemático aos produtores. Após excelente trabalho INCRA/FAO (2001), com o apoio da UFU, foi elaborado o "Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Triângulo Mineiro", orçado em R\$ 5.012.370,00, porém, até o momento não há mostras da disposição do governo em viabilizá-lo. O que existe é um "tapa-buraco" uma assistência ao crédito (elaboração de projetos de financiamento), realizada pontualmente por técnicos da Emater ou de empresas de assessoria, pelo esforço de algumas ONGs (Centro de Formação e Assessoria 25 de Julho e APR, principalmente). Observa-se que o assentado está muito aberto a uma assistência técnica qualificada. Em todos os Planos é uma demanda destacada. As demandas vão desde a capacitação sobre administração (gestão) e economia rural, estendendo-se para áreas específicas tais como, criação de pequenos animais, bovinocultura leiteira, meio ambiente e conservação do solo, fruticultura, olericultura, culturas de subsistência, indústria caseira de alimentos, bem-estar social, etc. Os assentados se dispõem a ceder glebas para experimentos, que não são viabilizados. Instituições de ensino, como faculdades e Universidades estão descoladas das problemáticas dos assentamentos, a não ser pela voluntariedade de alguns professores da Universidade Federal de Uberlândia. Projeto do CNPQ/INCRA/UFU/Prefeitura Municipal de Uberlândia, promete a partir de 2002 prestar assessoria em alguns assentamentos da região, proposta que deve ser bem debatida e aproveitada, superando o interesse, muitas vezes, apenas financeiro (bolsa de pesquisa) de alguns estudantes.

O governo atual do Estado (Itamar Franco), criou o Instituto de Terras de Minas Gerais, mas sem caráter de autarquia, dependente de orçamento da Secretaria de Planejamento, o que não possibilitou a aplicação da política agrária do Estado. Sua ação se restringiu a mediar conflitos pela posse da terra, como na fazenda Tangará (Uberlândia), a colaborar com o INCRA em parcelamentos (serviços topográficos), a financiar projetos de segurança alimentar. Em novembro de 2001, a Assembleia Legislativa aprovou projeto do governador que torna o Instituto de Terras uma autarquia que tem a proposta de uma política fundiária (arrecadação de terras devolutas), o apoio ao desenvolvimento dos assentamentos (agroindústrias) e a mediação de conflitos.

III.3.4 - Debilidades na Organização da Produção e Comercialização dos Assentados

É forçoso reconhecer que as debilidades dos sistemas produtivos e dos assentados não se devem apenas ao descompromisso do Estado. As organizações dos assentados (associações) como os movimentos que os coordenam (FETAEMG, MST, MLST DE LUTA, STRs), assim como as instituições de assessoria (APR, Centro 25 de Julho, EMATER), ainda não foram capazes de elaborar e aplicar propostas de desenvolvimento que possibilitem, do ponto de vista econômico, avanços mais significativos para os assentamentos, numa perspectiva sustentável.

Não existe uma unidade política entre os movimentos e entre estes e as entidades de assessoria da região no enfrentamento com o Estado. Os assentamentos são isolados, assim como as suas ações políticas. No terreno da produção não foi ainda formulada uma proposta que convença os agricultores a adotarem novas práticas que fujam do pacote tecnológico tradicional. É reproduzida nos assentamentos, com estímulo de técnicos, a mesma tecnologia (adubo químico, sementes híbridas, agrotóxicos, não preservação do solo), insustentável, que agora entra em crise. Não está constituído um fórum de debates permanente entre os movimentos sociais, ONGs, Universidades e Centros de Pesquisas para pensar a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região.

Registre-se que 100% dos assentados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba optaram por viver e produzir em glebas individuais. Em nenhum assentamento foram constituídos espaços de moradia e convivência como as agrovilas. Criou-se a cultura do "meu lote", da "minha terra", do "meu crédito", ainda que algumas experiências isoladas de produção coletiva possam ser identificadas, mas nada comparado com a riqueza das atividades comunitárias vivenciadas nos períodos de acampamento "educativamente" exigidas pelas organizações, como nos acampamentos da Capôezinhos (BR São Paulo/Cuiabá), Santo Inácio/Ranchinho, Rio das Pedras, Santa Luzia, etc. Tão logo o INCRA é imitado na posse do imóvel, a primeira reivindicação dos trabalhadores é o parcelamento (divisão em lotes) da fazenda, até porque ele é condição para que possam acessar créditos custeio, investimento e habitação. A histórica exclusão social provoca no sem terra o desejo natural (valor capitalista), da propriedade privada. A mudança do acampamento para a gleba particular (terra sonhada) promove por alguns meses, uma desestruturação da organização, um "cada um cuida do seu", momento batizado por alguns assessores como "encanto com o lote" (MLST DE LUTA, 2001). Depois de fazer o barraco, medir e remedir o lote várias vezes, fazer planos com a esposa e os filhos, contemplar a terra, iniciar um roçado, furar a cisterna, o assentados

se dá conta que há outras demandas para viabilizar o assentamento e novamente passa a atender os apelos das direções e assessorias para as reuniões e assembléias. Não está se afirmando que esta justificada prioridade individual rompa com a união e solidariedade entre os trabalhadores, pois trocas de dias de serviços e mutirões de grupos, são realizados neste início, como também nos plantios e colheitas posteriores. Claro que muitos são os individualistas convictos, do tipo: "eu cuido da minha vida e cada um cuida da sua". Esses são os primeiros a romperem com a organização que dirigiu a conquista da terra, principalmente porque essa passa a cobrar uma postura mais comunitária do assentado e a exigir dele compromissos com a continuidade da luta; com o não desvio de créditos; com a participação em reuniões; com a não venda do lote; compromissos tão prometidos na época de acampamento.

Algumas experiências coletivas de produção estão registradas após o parcelamento, mas a maioria perde continuidade. No P.A. Santo Inácio/Ranchinho um grupo de 7 famílias aplicou coletivamente todos os recursos do PROCERA (aquisição de rebanho bovino, arame, trator, insumos, etc) em 1995, constituíram uma pequena agrovila (mas só os parentes se dispunham a viver nela), fizeram roças coletivas e até as compras de alimentação eram comunitárias (a cada um de acordo com a sua necessidade); no entanto, a experiência se desfez depois de 2 anos (APR, 1996). Nesse assentamento um grupo constituído por 7 agricultores possui 34 ha de mandioca brava plantada coletivamente, estima-se a produção de 408 toneladas, que gerará uma renda líquida de R\$ 2.652,00/família (Nomura, 2001). No P.A. Rio das Pedras um grupo de 6 famílias aplicaram coletivamente também, o primeiro crédito custeio (PROCERA 1998/1999), desfazendo-se no ano seguinte (Merco-Uberlândia, 1999). Nesse assentamento no ano 2.000 um outro grupo também, de 6 famílias, iniciou uma horticultura coletiva, mas se desentenderam após as primeiras colheitas. Um outro grupo em 2001, 12 famílias iniciaram as atividades coletivas, plantaram cana, prepararam terra para horticultura, mas também se desentenderam na organização do trabalho. Também na Rio das Pedras, hoje um grupo exerce atividades coletivas, mas várias pessoas já desistiram, reduzindo bastante o grupo (Centro 25 de Julho, 2001). No P.A. Nova Palma, conforme já relatado, uma rica experiência de aplicação coletiva (condomínio leiteiro) durou pouco tempo.

Segundo várias lideranças e entidades entrevistadas, o ponto crucial que resulta na curta duração dessas experiências é a falta de recursos substanciais para implementar os projetos, a ansiedade por resultados imediatos, e o maior dos problemas a organização social do trabalho. O desejo de "liberdade" (nunca mais ter compromissos com horários ou "patrões") transforma-se em descompromisso de parte dos integrantes dos grupos coletivos

com as responsabilidades na produção. Surgem as reclamações de que alguns trabalham e outros não. Ademais, mensurar a produtividade do trabalho não é nada fácil. Polêmicas são geradas na divisão de tarefas: como se dará a distribuição da produção? Que responsabilidades terão os homens, as mulheres, os jovens, as crianças e os idosos? Qual a punição para os faltantes? A cada um de acordo com a sua necessidade, ou com a sua produtividade? Todos têm direito a voto nas decisões (homens, mulheres, jovens)? Essas e outras controvérsias são facilmente resolvidas por famílias que têm muita afinidade. A socialização da terra, do capital e do trabalho é um exercício permanente, que não tem fórmulas, cada grupo encontra o seu caminho. Nem sempre a opção apresentada pelas assessorias, como mensurar a produtividade por semanas, dias ou horas trabalhadas, é a mais aceita, pois cada coletivo tem um conceito do que seja trabalho. Infelizmente, na maioria dos casos, não por vontade própria dos agricultores, mas por causa das dificuldades em encontrar as respostas para a organização social do trabalho, são abortados os coletivos de produção.

Não se pode negar também, que a falta de capacitação gerencial dos produtores, em decorrência da não disponibilização de técnicos para as organizações leva à má utilização dos poucos recursos que são oferecidos, os quais, muitas vezes, são aplicados sem o devido planejamento, resultando na insustentabilidade econômica dos projetos. Casos de desvio de créditos para a compra de veículos usados, ou quitação de dívidas passadas, são também registrados em vários assentamentos.

Mais preocupante que o individualismo na produção, é a ausência de estruturas industriais e comerciais coletivas nos assentamentos. São raras as iniciativas coletivas que possibilitam a agregação de valor aos produtos, como as agroindústrias comunitárias. Iniciativas como as CPAs (Cooperativas de Produção Agrícola) defendidas pelo MST, ou as EACs (Empresas Agrícolas Comunitárias) defendidas pelo MLST, não foram aplicadas na região. A relação com o mercado também se dá de forma individualizada, voluntarista, não baseada em diagnósticos consistentes.

A questão se complica em razão da principal atividade produtiva dos assentamentos, a pecuária leiteira, encontrar-se hoje, numa situação agravada pela política econômica e pelo intenso processo de monopolização do setor (Seção III.2). Além de qualificar (profissionalizar) os sistemas de produção, os assentados deverão concretizar a construção de industrialização e comercialização do produto. A simples granelização do leite, em breve não será suficiente para agregar valor. O MLST DE LUTA discute com vários assentamentos a constituição da COOARA (Cooperativa Agropecuária da Reforma Agrária), que tem como objetivo o apoio à produção (coletiva ou individual), a industrialização e a comercialização

dos produtos dos assentamentos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A COOARA já negocia um projeto de laticínio e de fábrica de farinha e polvilho com instituições públicas e movimentos sindicais urbanos. Pretende-se criar uma marca forte dos produtos da reforma agrária a partir da organização de sistemas de informação, capacitação e marketing (MLST DE LUTA, 2001).

III.3.5 - Os Assentados e a Relação com o Sistema Agroecológico

Em que pese a ação predatória dos ex-proprietários, o sistema agroecológico dos assentamentos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui elevadas potencialidades. Constituído na maioria, por solos profundos, planos ou suavemente ondulados, com boa estrutura, pode-se dizer que não há nenhum assentamento onde não possa se desenvolver atividades agropecuárias com qualidade. A correção da acidez com calcário, é bastante recomendada, como em todo o solo de cerrado. Três P.As apresentam manchas maiores de terras inferiores: Pontal do Arantes (União de Minas); Porto Feliz (Santa Vitória) e Guariba (Perdizes). No entanto, estão entremeadas de áreas bastante férteis. Os recursos hídricos são também muito satisfatórios, porém, necessitando de práticas de conservação. Por vezes os assentados dão continuidade ao processo de assoreamento de rios e córregos. Em todos os P.As existem possibilidades de abastecer os lotes secos por sistemas de captação de represas ou córregos.

A fauna oferece ainda uma variedade imensa de espécies. Há uma consciência considerável sobre a preservação dos animais, embora em muitos assentamentos não deixem de existir os caçadores. As espécies mais comuns relatadas são: tatu, capivara, cateto, paca, cutia, tamanduá, anta, veado, mico estrela, ema, lobo guará, onça.

Quanto à flora, apesar da destruição anterior, que a transformou em pastagens de Brachiaria são também encontradas diversas espécies nativas: gameleira, aroeira, pequi, jatobá, ipê roxo, óleo de copaíba, cedro, urucum, assa-peixe, sucupira, amarelinho, barba timão, faveiro. As frutas nativas mais comuns são: mangaba, jenipapo, pitanga, veludo, goiaba, mutamba, mama-cadela, araticum, gabioba, buriti, jambo. As medicinais são: carobinha, cajuzinho, assapeixe, quina, barbatimão, entre-casca, faveiro, fedegoso. As reservas legais são demarcadas em 20% dos imóveis, geralmente constituídas por várias glebas. Em todos os P.As elas estão sendo utilizadas para "empastar" os bovinos. Não estão em execução programas de utilização racional das reservas, nem mesmo de recuperação dessas reservas, sob alegação de que não há conhecimentos e recursos para tal. Há uma boa

consciência quanto à preservação das reservas, mas às vezes ocorrem denúncias quanto à retirada de madeiras. Também é muito crescente a consciência quanto à preservação das veredas e matas ciliares (áreas de preservação permanente). Casos de iniciativas isoladas em replantio de espécies nativas são registrados. Em todos os P.As os assentados demandam capacitação em práticas agroecológicas.

Como já mencionado a tecnologia utilizada na produção agropecuária dos assentamentos é predominantemente a da revolução verde, uma ideologia de "verdade única" (INCRA/FAO/2001). O uso de insumos químicos é por vezes feito de forma indiscriminada. Poucos são os investimentos em técnicas de preservação dos solos (curvas de nível por exemplo), pois como os recursos são poucos, os produtores preferem investi-los diretamente na produção (bovinos, insumos), gerando um aparente ganho inicial, mas após alguns poucos anos se traduz na insustentabilidade econômica e ecológica do sistema.

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba onde quase 100% da vegetação era composta pelas várias categorias de cerrado, hoje se reduz aos preocupantes 6% da superfície (IEF, 1992).

Esqueceu-se assim, de que eram os cerrados que sustentavam os ciclos e processos hidrológicos, biotipos e pedológicos (nutrientes) regionais. Acredita-se que seja necessário "dar um choque" de experiências agroecológicas em técnicos, assentados e agricultores familiares, para, pelo menos, gerar questionamentos sobre a hegemonia da verdade única. Em especial devem ser priorizadas experiências de horticultura orgânica/agroecológica, manejo silvopastoril e "agroflorestal" de cerrados e controle vegetativo e cultural de erosão (cobertura viva, cultivo mínimo), de preferência colocando agricultores frente a agricultura, ou seja, propiciar excursões e visitas dos agricultores e assentados da região a outros agricultores de outras regiões que vem praticando formas sustentáveis de agricultura e pecuária (INCRA/FAO, 2001:52).

III.3.6 - Os Indicadores Sociais e Políticos e a Formação do Capital Social

O árduo processo de luta pela conquista da terra consolida uma relação solidária entre os trabalhadores sem terra determinando também formas coletivas de autonomia e independência nos assentamentos. Agora, sob a condição de produtor rural, o ex-sem terra vai conquistando, gradativamente, na medida em que se consolida o sujeito coletivo, sob várias modalidades organizacionais (grupos de produtores, associações, cooperativas), o respeito do entorno, da sociedade e dos poderes constituídos. Esse é o principal resultado obtido até agora pelos assentados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o chamado capital social.

A Associação é a primeira instituição formal constituída pelos assentados. Alguns movimentos orientam os trabalhadores a fazerem constar dos Estatutos as normas organizativas já vivenciadas no acampamento, notadamente a constituição de grupos de base e direções colegiadas. O INCRA é o primeiro a cobrar a existência dessas instituições, sob a alegação de que a disponibilização dos créditos implantação não pode ocorrer por outra via. Esse órgão é também, o primeiro a desrespeitar a experiência construída e a cobrar a necessidade de um interlocutor do assentamento, de um presidente, já induzindo a uma "autonomia" em relação ao movimento que coordenou a luta. Outras instituições (Prefeituras, Universidades, Sindicatos, Órgãos Estaduais) também, ao se relacionarem com os assentamentos, preferem fazê-lo diretamente com os assentados, desconsiderando o papel dos movimentos, contribuindo com o rompimento dos assentados com as organizações de luta, o que fortalece a despolitização e o isolamento das comunidades. Após alguns anos de instalação do P.A., algumas Associações passam de colegiadas para presidencialistas a partir da pressão de alguns assentados (personalistas) e das instituições externas.

Em relação à educação é notável o interesse de crianças e jovens, desde a época do acampamento em freqüentarem a escola. Raros são os assentamentos que possuem escola dentro do assentamento como na Nova Santo Inácio/Ranchinho, na maioria dos P.As é negociado com as prefeituras o transporte dos estudantes para escolas municipais da zona rural ou da cidade, quando o assentamento é próximo. A alfabetização de adultos é mais frequente nos acampamentos, mas também está registrada em alguns assentamentos. A baixa renda das famílias tem comprometido a aquisição de materiais escolares para os estudantes.

Bastante grave é a situação quanto ao atendimento à saúde. Em nenhum P.A. está em funcionamento posto de saúde, não existem programas específicos par atendimento médico/odontológico, apesar de bastante reivindicado pelas comunidades. Somente em casos de extrema urgência se consegue uma ambulância. Não são oferecidos medicamentos para os assentamentos na maioria dos municípios. É muito comum o uso de plantas medicinais, mas nem todos têm conhecimentos dessa alternativa.

Em relação à organização, além da Associação, existem nos assentamentos os grupos de base que discutem desde as questões relativas à produção, como até mesmo conflitos entre vizinhos. Muito comum, são os mutirões nas colheitas (arroz principalmente) e as trocas de dias de serviço. Grupos de mulheres e jovens são registrados nos assentamentos novos (influência da vida do acampamento), mas quase inexistentes em assentamentos antigos (individualização).

Em relação às religiões, predominam a Católica e as Evangélicas. Em Alguns P.As existem templos construídos pelas comunidades. Os Católicos organizam várias celebrações tradicionais, como folia de reis, dias de santos, natal, semana santa, terços, etc. A presença de padres em celebrações nos assentamentos é muito rara, enquanto a de pastores é muito freqüente.

As opções de lazer mais comuns observadas nos assentamentos são futebol e festas (dia do aniversário do assentamento, dia das crianças, natal e ano novo), sempre seguido de bailes (forró).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba intensificaram-se a partir do início da década de 90, conflitos agrários pela posse da terra. A exemplo de outras regiões a violência promovida por grandes proprietários rurais (milícias, jagunços) contou com o apoio explícito das forças repressivas (Polícia Militar) e com a omissão/ação do Estado (Poder Judiciário, Legislativo e Executivo). A duras penas, sob coordenação de diversas organizações (MLT, MLST DE LUTA, MST, MLT, STRs, FETAEMG, MST, APR, CPT), os sem terras da região conquistaram 36 assentamentos rurais. Em acampamentos à beira de rodovias ou em áreas improvisadas, outras 3.000 famílias lutam para serem assentadas. Os desdobramentos políticos dessa luta, e principalmente os resultados econômicos e sociais dos Projetos de Assentamento, numa região onde o desenvolvimento do complexo agro-industrial foi notável, vêm inquietando as organizações (rurais e urbanas), governos, pesquisadores e, como não poderia deixar de ser, os produtores assentados. Se por um lado, do ponto de vista político, social e cultural há um acúmulo considerável nesse processo de luta pela terra na região, por outro, os resultados econômicos e ambientais verificados nas áreas "reformadas", são por demais questionáveis.

A compreensão da problemática dos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e o debate em torno da sustentabilidade econômica, social, ecológica, política e cultural dos mesmos, só é possível a partir de uma análise histórica do país, notadamente do caminho imposto para o desenvolvimento por uma elite autoritária, conservadora e entreguista, que há 500 anos se apodera do Estado.

Os assentamentos rurais da região não são, portanto, ilhas de produção, mas frutos de um processo político/histórico, nacional e internacional, que determina a sua realidade atual e provoca incertezas quanto às suas perspectivas. As conquistas até aqui, demonstram que os trabalhadores sem terra conseguiram, de forma coletiva, interferir na concentração fundiária da região, abrindo caminhos para a construção de um outro modelo de desenvolvimento, cuja realização não se dará, exclusivamente, em escala local, mas que depende visceralmente da capacidade dos trabalhadores do campo e da cidade imporem modificações estruturais, barrando a lógica desenvolvimentista e excludente em curso no país.

Nunca houve no Brasil a disposição dos governantes em realizar uma ampla e massiva reforma agrária. As propostas que apareceram, como o Estatuto da Terra, o PNRA, a atual de FHC, sempre foram pontuais, apaziguadoras de conflitos, consensuadas com os latifundiários.

Chegamos no Século XXI com uma das maiores concentrações de renda e de terra do mundo (1% dos proprietários detém 45% das terras). Do Brasil Colônia ao Império (capitanias hereditárias, sesmarias), passando pela República Velha ao Estado Novo; República Populista ao Regime Militar; Nova República à era FHC, a terra concentrada serviu de instrumento de poder político e econômico, de violência e opressão.

Lutas e enfrentamentos por parte de índios, negros, posseiros e sem terras, não faltaram. Conflitos sangrentos foram travados: Palmares, Canudos, Contestado, Araguaia, Corumbiara, Eldorado dos Carajás. Num passado recente (anos 50 e 60) muita defesa da reforma agrária. Era preciso se juntar com a burguesia para eliminar os restos feudais (latifúndio) e promover o desenvolvimento (aumentar os consumidores de produtos industrializados): PCB, Aliança para o Progresso, CEPAL, Igreja. Depois se concluiu que o desenvolvimento passaria pela modernização do latifúndio e não por sua eliminação: revolução verde, Estatuto da Terra, Ditadura Militar, repressão à Ligas Camponesas, aumento das exportações. Os impactos de tal modernização foram desconsiderados: concentração fundiária, êxodo rural, degradação ambiental, alimentos contaminados, violência urbana, 54 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Mesmo durante o Regime Militar, vários conflitos entre posseiros e latifundiários estão registrados. Programas de Colonização na Amazônia Legal foram um dos instrumentos principais do período, para legitimar a concentração fundiária nas regiões onde ocorriam os conflitos. No ano de 1980 com o documento "A Igreja e os Problemas da Terra", a CNBB explicita seu apoio à Reforma Agrária, desconsiderando qualquer aliança com a burguesia para atingi-la e dá mais apoio à CPT (fundada em 1975). Ocupações de terras no Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul criam as condições para o nascimento do MST em 1984, que realiza o seu primeiro Congresso em 1985. Com as palavras de ordem "ocupar, resistir e produzir", apoiado pelo PT, CUT, ONGs e a Igreja Católica, o MST deflagra um processo de ocupações de terras pelo país, influenciando o movimento sindical cutista e, mais tarde, em 1996 (V Congresso), a CONTAG, que assume através dos STRs e Federações, o fortalecimento das ocupações em todos os Estados. Dado às diversidades regionais do agro brasileiro, no bojo das lutas dos sem terras, vários outros movimentos surgem, principalmente nos anos 90, mas com evidente hegemonia do MST junto à opinião pública: MCC, MLST, MBST, etc.

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde o processo de modernização conservadora da agricultura (concentração fundiária, exclusão da população rural regional) foi extraordinário, com marcante favorecimento por parte do Estado (PADAP, POLOCENTRO,

PRODECER, etc.) os conflitos coletivos pela posse da terra são iniciados de forma espontânea em 1970 (família Teodoro-Capinópolis), 1982 (posseiros da Fazenda Iturama-Barreiro), 1984 (ocupações da fazenda Bartira-Iturama) e 1986 (ocupações da fazenda CEMIG-Santa Vitória). A CPT/APR dá importante suporte à luta dos trabalhadores rurais (posseiros, bóias-frias, sem terras) na região, assessorando as ocupações seguintes (Colorado, Varginha, Santo Inácio/Ranchinho, Capõezinhos). Em 1995 nasce o MLT (Movimento de Luta pela Terra) que articulará a construção nacional do MLST (1997), com o qual rompe nacionalmente, para se transformar em MLST de Luta (2000). O MST tem uma passagem pela região (1990), mas é expulso do acampamento da BR 497 (assentados da Santo Inácio/Ranchinho), retornando em 1997, dando início à organização de várias outras ocupações. Os STRs de Iturama, Araxá e Araguari se destacam também, na organização de ocupações, sendo os dois últimos a partir da segunda metade da década de 90.

Podemos concluir que o estudo dos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba aponta para a insustentabilidade econômica e ecológica dos sistemas adotados. A verificação de uma pequena produção; baixa produtividade; elevados custos de produção (insumos químicos); descaso do Estado (insuficiência de créditos, falta de assistência técnica específica, qualificada e constante, falta de programas sérios e reais de infra-estrutura - eletrificação, estradas, abastecimento d'água, ausência de capacitação gerencial dos agricultores, etc.); individualismo na produção; não diversificação da produção (leite predomina em 100% dos P.As); ausência ou inoperância de instrumentos coletivos de industrialização e comercialização dos produtos, e o desconhecimento de uma prática agroecológica (menos onerosa), consequentemente de uma baixa renda das famílias assentadas, são indicadores preocupantes, pois comprometem a viabilidade dos assentamentos.

Indiscutível é o acúmulo político/histórico (capital social) que os trabalhadores sem terra adquirem na sua luta. O processo de modificação econômica e social implementado por eles e seus movimentos, nas áreas conquistadas, estão em curso, ou seja, é cedo para previsões catastróficas. Não somos adeptos do marketing do fracasso, como também não somos conformados com uma "reforma agrária social" que legitima a concentração da riqueza de um lado e procura confortar com migalhas os trabalhadores do campo, como as políticas compensatórias de FHC, agora respaldadas por uma "intelectualidade" cooptada.

A não solução das questões referentes à produção (econômicas) significará a reprodução da pobreza urbana no campo. Muitas famílias nos assentamentos seja por inexperiência na aplicação dos recursos, ou por frustrações de safras, encontram-se

inadimplentes junto a bancos, e agora, descapitalizadas, vendem a força de trabalho a terceiros, concorrendo na baixa oferta de empregos.

O projeto de desenvolvimento da agricultura brasileira atual, iniciado por Collor (neoliberal) e radicalizado por FHC, aprofunda as desigualdades no campo. À luz do Consenso de Whashington, o país se insere de forma subordinada na globalização (OMC, Mercosul). Só o setor altamente capitalizado e favorecido pelo Estado, poderá sobreviver (agroindústrias). De 1985 a 1995, 906.283 estabelecimentos rurais abaixo de 100 ha deixaram de existir. Só no primeiro mandato de FHC, 400 mil pequenos proprietários foram obrigados a abandonarem o campo. Os trabalhadores assentados em muitas regiões estão subordinados às agroindústrias (leite, fumo, aves, suínos, etc.). No Triângulo Mineiro, os usineiros já começam a entrar nos assentamentos (Santo Inácio/Ranchinho e Engenho de Serra/Capão Rico). Nesse quadro de subordinação e eliminação crescente da agricultura familiar, o que pode garantir a sobrevivência dos assentamentos? A insustentabilidade econômica acelera a evasão. Como os assentamentos são novos (5, 10, 15 anos), as pesquisas até agora realizadas não apontam para uma debandada geral, mas no nosso entender, a persistirem os problemas produtivos e comerciais nas áreas "reformadas", uma "re-latifundiária" dos mesmos não pode ser descartada. Comerciantes, políticos e até fazendeiros, já adquirem glebas nos assentamentos.

As alternativas para a solução da insustentabilidade econômica, ora identificada, não estão exclusivamente de fora das organizações dos sem terras e das comunidades assentadas. Ainda que algumas saídas dependam de encaminhamentos institucionais, acreditamos que a solução para a consolidação e viabilização dos assentamentos depende principalmente dos trabalhadores; está justamente, na capacidade, tarefa nada fácil, de recuperarem o processo solidário, autônomo e combativo, experimentado, que possibilitou a conquista da terra. A construção de alternativas produtivas/econômicas nos assentamentos, foram secundarizadas (talvez em razão das demandas de ocupações), pelas organizações e instituições de assessorias.

A partir dos estudos realizados e da desafiadora reflexão que nos propusemos (analisar a realidade e as perspectivas dos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) arriscamos, modestamente, a apresentar algumas considerações acerca das alternativas a serem perseguidas pelas organizações dos sem terras e pelas comunidades assentadas:

a) Construção da unidade política dos trabalhadores regional e nacionalmente. É preciso que se supere o isolamento dos assentamentos entre si e entre as organizações que os coordenam, facilitando também as alianças com setores engajados na luta pela reforma agrária (Igreja,

sindicatos, partidos, lideranças, etc.). Ainda que prevaleçam as ocupações organizadas por cada movimento, separadamente, o processo de enfrentamento com os governos federal, estadual e municipais deve ser conjunto. A conquista de políticas públicas (créditos, infra-estruturas produtivas e sociais, assistência técnica, apoio à comercialização, etc.) torna-se imprescindível. Essa luta só pode ser ganha no terreno nacional. É preciso uma mobilização de baixo para cima, tensionando as organizações nacionais de maior expressão (MST e CONTAG) a construírem a unidade: ocupações, acampamentos, marchas, manifestos. As negociações do MST, CONTAG e outros movimentos, feitas em separado com o governo, desde 1997, fragilizou enormemente os enfrentamentos. A disputa por hegemonia entre essas organizações (hegemonismo) abriu brecha para as políticas repressivas e desmobilizadoras de FHC (criminalização de lideranças, banco da terra, cadastro pelos Correios, desmonte do INCRA, descentralização, etc.)

b) Construção de um projeto estratégico de mudanças estruturais do país, dirigido pelos trabalhadores do campo e da cidade. A concentração fundiária é apenas uma das facetas da dominação e da exclusão. A reforma agrária só pode ser concretizada, integralmente, em um novo marco, sob o poder dos trabalhadores. A concentração e centralização do capital, a especulação financeira, a apropriação do patrimônio público, o controle dos meios de comunicação e das tecnologias, a nova ordem imperialista, etc., produziram nos países do terceiro mundo uma miséria absoluta. Os sem terras devem se juntar aos sem emprego, aos sem casa, aos sem estudo, aos "sem futuro", como também aos trabalhadores organizados das cidades, na consolidação de movimentos de massas que incorporem a reforma agrária como uma de suas bandeiras. Movimentos de cunho regional e rural como o MLST de Luta, já se deram conta dos seus limites nesta estratégia. Segundo documentos, o MLST de Luta articulou-se nacionalmente para se transformar num movimento de cunho rural-urbano na perspectiva de organizar os sem terra e outros excluídos da cidade, com um programa que vá além da questão agrária.

c) Atenção especial ao processo de desenvolvimento econômico e social dos assentamentos. Os movimentos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não conseguem acompanhar a organização da produção nos P.As. Após uma conquista, inicia-se outra mobilização para ocupação, relegando a anterior a um segundo plano (até por dificuldades materiais). Os movimentos devem procurar profissionalizar uma frente (militantes, técnicos, assessores) que atuem, prioritariamente, ou exclusivamente, nos assentamentos. Está comprovado que o processo de luta e acampamento não é suficiente para conscientizar o sem terra sobre os desafios para a viabilidade do assentamento, quer dizer, acampado não é igual a assentado. O

processo de politização, de organização, de intervenção dos movimentos deve continuar nas áreas, pois a conquista da terra, por si só, não significa o fim da exclusão social. Esse trabalho deve envolver:

- aprofundamento da discussão em torno da problemática dos assentamentos com os trabalhadores sem terras, desde a fase de acampamento (organizar experiências produtivas, cursos de capacitação, visitas aos assentamentos, etc.);
- realização de diagnósticos participativos nos P.As, elaborando propostas de desenvolvimento e assessorando a aplicação dos recursos disponibilizados. A realização de eventos de mobilização, de organização de grupos, de experimentos produtivos, de informação, deve ser constante;
- construção de alternativas econômicas de produção coletivas, que se tornem referências multiplicadoras;
- radicalização na perspectiva da construção de unidades de industrialização e comercialização coletivas. Existe neste aspecto mais abertura por parte dos assentados, o que, do ponto de vista metodológico (e econômico), já é um passo significativo. Deve haver mais tolerância com os produtores individuais, os quais, no processo da gestão coletiva (indústria e comércio), poderão se convencer também, das vantagens da produção coletiva. Propostas como a da COOARA (MLST DE LUTA) de construção de um centro de processamento e comercialização dos produtos dos assentados, merecem toda atenção;

d) Ampliação e massificação das ocupações. Dar atenção ao desenvolvimento econômico dos assentamentos não significa abandonar as ocupações, pois a área conquistada até agora, e o número de famílias assentadas, são muito pequenos. O impacto do conjunto dos assentamentos ainda não é tão significativo. Os movimentos precisam profissionalizar uma outra frente que cuide exclusivamente do processo de mobilização de massas, não interrompendo o trabalho nos assentamentos. Novas conquistas criam novas demandas, massifica o processo de pressão contra o Estado, amplia o apoio popular, arregimenta mais trabalhadores e resulta em impactos econômicos mais substanciais. A experiência da ocupação da fazenda Tangará em Uberlândia inaugurou um novo método de ação que precisa ser expandido. Caracterizada como "território livre", os trabalhadores em massa impuseram a paralisação das atividades industriais da empresa, recusaram o cumprimento da reintegração de posse, venceram no INCRA o debate sobre a improdutividade do imóvel, iniciaram o processo de produção coletiva, denunciaram os altos investimentos estatais lá alocados, enfrentaram fazendeiros, polícia e juiz para garantirem a posse e a desapropriação do imóvel;

- e) Controle da aplicação dos créditos. Os desvios dos recursos pelos assentados para fins que não sejam as atividades econômicas propostas, devem ser interrompidos. As instituições públicas de tudo fazem para dificultar a disponibilização dos créditos que são por demais insuficientes. Cabe aos trabalhadores lutar pela sua ampliação, aplicando-os corretamente;
- f) Assistência técnica e novos padrões de desenvolvimento. Os movimentos sociais devem articular o apoio das Ongs, instituições de ensino, pesquisadores, movimentos orgânicos da cidade e agricultores com práticas produtivas alternativas (agroecológicas), dentro e fora da região, para consolidarem, a partir das áreas conquistadas, um "Centro Alternativo de Capacitação para o Desenvolvimento Rural". Resguardada a autonomia dos movimentos, espaços e recursos institucionais devem ser aproveitados, principalmente em projetos que possibilitem a contratação de técnicos identificados com a luta pela reforma agrária. O governo FHC conseguiu, a partir de consideráveis remunerações, arregimentar inúmeros técnicos e intelectuais que antes formulavam propostas para os trabalhadores, os quais hoje legitimam o descaso com a reforma agrária. É preciso, criticamente, encarar este debate e recuperar apoiadores para os projetos populares. Programas de desenvolvimento articulados globalmente (regionalmente) devem ser aplicados, bem como estruturas de comercialização que unifiquem o escoamento da produção de todos os P.As;
- g) Diversificação da produção agrícola e não agrícola com maior aproveitamento da mão-de-obra do jovem e da mulher. Além de qualificar a produção do leite e da mandioca (em curso), é necessário que se ampliem alternativas como a fruticultura, a horticultura orgânica, a piscicultura, a apicultura, a avicultura "caipira", a caprinocultura (leite e queijo), cujos produtos são demandados no mercado regional e nos grandes centros consumidores próximos. Atividades não agrícolas, como artesanato, ecoturismo, reciclagem de lixo e indústrias comunitárias de produção de artigos diversos como vassouras, roupas, calçados, etc, representam iniciativas na elevação da renda das famílias, onde a participação do jovem e da mulher deve ser destacada.
- h) Consolidação de um programa de educação e capacitação técnica. Iniciativas já existentes de alfabetização de jovens e adultos devem ser aprimoradas a partir da construção de um programa abrangente estratégico de educação que não se subordine aos padrões institucionais. Atenção especial deve ser dada à juventude, engajando-a nas atividades produtivas, industriais, comerciais e educacionais. Escolas independentes, de capacitação técnica, poderão formar profissionais que multiplicarão a assessoria nos assentamentos.
- i) Consolidação da auto-sustentação financeira das organizações. Ao mesmo tempo em que reivindica direitos do Estado, os movimentos devem construir instrumentos que possibilitem

sua auto-sustentação financeira, pois é ela que garante a autonomia e independência. Ela não se dará, no entanto, se não for a partir do capital já disponibilizado nos assentamentos: terra, máquinas, equipamentos, mão-de-obra. Além da contribuição consciente que farão os assentados para suas organizações, os próprios movimentos devem consolidar unidades de produção/industrialização/comercialização nas áreas conquistadas, de comum acordo com a comunidade e com a sua participação. Assim, em tempos de crise, o trabalho político e técnico nos assentamentos estarão garantidos, mesmo com a recusa de financiamentos por parte do Estado.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento local.** Pg 301. In Seminário - Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: Novas perspectivas. Fortaleza. Nov. 1998.
- ABRAMOVAY, R., Carvalho Filho, JJ de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**
- ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Estudos Rurais. Campinas: Hucitec, 1992.
- ABROMOVAY, R. Agricultura Familiar e capitalismo no Campo. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: ed - Universidade/UFRGS, 1994.
- AGUIAR, C. R. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil.** São Paulo: Polis; (Brasília): CNPQ, 1986.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J & NAVARRO, Z. (orgs) **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: ed - Universidade/UFRG, 1997.
- ALTIERI, M. Agroecologia: **A dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto alegre: ed - Universidade/ UFRGS, 1998.
- ANARA/IICA. **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras.** Uberlândia, setembro de 1999.
- Animação Pastoral e Social no Meio Rural - APR. **Dossiê Violência no Campo: A questão da terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Uberlândia, 1998.
- BAVA, C. S. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v.10, p. 53-60, 1996.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. & NORDER, L. A. C. A trajetória do Estatuto da Terra e o paradoxo agrário dos anos 90. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária.** N.º 1, -vol. 1, jan-abr 95. Campinas-SP., ABRA, 1995.
- CÂNDIDO, G. (org.) **Situação e perspectivas da agricultura brasileira: textos para estudo e debates.** Brasília, Senado Federal, 2000.
- CARDOSO e ORTEGA, A. C. PRONAF: **Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local.** Uberlândia, IE/UFU, 2001. (textos para discussão).
- CAVALCANTI, C. Condicionantes Biofísicos da Economia e Suas Implicações Quanto à Noção de Desenvolvimento Sustentável. In: A. R. Romeiro, B. P. Reydon e M. L. A Leonardi (orgs) **Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.

Centro de Formação e Assessoria 25 de Julho, **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Palma da Babilônia**. Uberlândia, setembro de 2001.

Centro de Formação e Assessoria 25 de Julho, **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Nova Palma**. Uberlândia, setembro de 2001.

Centro de Formação e Assessoria 25 de Julho, **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Nova Itambé**. Uberlândia, setembro de 2001.

CONTAG. **Pauta da reforma agrária: Grito da Terra Brasil/2000**. Brasília, CONTAG, 2000.

CONTAG. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: 7º **Congresso nacional de trabalhadores e trabalhadoras rurais**. Brasília, CONTAG, 1998.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Para Onde Vão Nossos alimentos? Invasão do Cerrado Brasileiro**, Belo Horizonte, Segrac, 1985.

DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. **História econômica do Brasil contemporâneo**. Org. SZMRECSÁNYI, T & SUZIGAN, W. São Paulo: Hucitec, 1997.

DELGADO, G.C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

Emater-MG. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho**. Campo Florido, Emater, 1998.

Emater-MG. **Plano de Ação Imediata do Assentamento Porto Feliz, Santa Vitória**. Emater, 1998.

Emater-MG. **Plano de Ação Imediata do Assentamento Vargem do Touro. Gurinhata**. Emater, 1998.

Emater-MG. **Diagnóstico Rural Desenvolvido no Assentamento Santa Luzia. Perdizes**. Emater, 1998.

Emater-MG. **Plano de Desenvolvimento do P.A. Nova Bom Jardim**. Tapira, Emater, 1998.

Emater-MG. **Diagnóstico e Plano de Ação Imediata do assentamento Santa Luzia**. Perdizes, Emater, 1998.

Emater-MG. **Diagnóstico e Plano de Ação Imediata do Assentamento Guariba**. Perdizes, Emater, 1998.

FAO/PNUD. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Brasília, Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária, 1992.

FERNANDES FILHO, J & AGRELLI, A. **Diferença na Evolução da Base Técnica da Produção Vegetal e da Pecuária Bovina da Agricultura Brasileira: uma contribuição para o entendimento do processo de modernização**, UFU, 1999.

FERNANDES FILHO & FRANCIS. Agricultura Familiar nos Cerrados da Região de Monte Carmelo e a Questão de Sustentabilidade. In: Shiki, S., Graziano, J. S. e Ortega, A.C. (orgs) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, UFU, 1997. 80

FERNANDES, B. M. **Que reforma agrária?** Brasília, nead, 2001.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Brasília, nead. 2000.

FRANÇA, M. **O Cerrado e a Evolução Recente da Agricultura Capitalista: a experiência de Minas Gerais**, Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1984.

GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: ed - Universidade/UFRGS, 1994.

GERMER, C. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1994.

GOMES DA SILVA, J. **A reforma agrária na virada do milênio**. Campinas: ed. ABRA, 1996.

GOENDER, J. Gênero e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão Agrária hoje**. Porto alegre: ed - Universidade/UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP, 1999. X

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1996. X

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. Coleção primeiros passos. Editora brasiliense, S.P. 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1994. X

GRAZIANO DA SILVA, J. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: ed Universidade/UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. (orgs) **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1997.

GUANZIROLI, C. H. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: Romeiro, A., GUANZIROLI, C., LEITE, S. (Coord.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, P.13-68.

GUIVANI, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, P. 411-447. Brasília, Embrapa, 1997.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. & NOVANO, Z. (orgs) **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: ed. Universidade/URFGS, 1997.

INCRA/CRUB/UNB. **I Censo da Reforma Agrária no Brasil**. Ministério de Política Extraordinária, 1997.

INCRA/FAO. **Plano de Desenvolvimento rural sustentável do Triângulo Mineiro**. Uberlândia, 2001.

INCRA/FAO. **O Futuro nasce da terra: balanço da reforma agrária e da agricultura familiar**. Brasília, dezembro de 1999.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, INCRA, 1996.

INCRA/FAO, **Guia metodológico - Diagnóstico de Sistemas Agrários**. Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO. AUTOR Danilo prado Garcia Filho. 1999.

INCRA/MDA. **Balanço da reforma agrária**. Brasília, outubro de 2001.

INCRA-BID, **Plano de Consolidação do Assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho - Município de Campo Florido/MG. Programa de Consolidação de Assentamentos da Reforma Agrária**. Brasília, Outubro 1998.

INCRA-MG. **Informações Gerais dos Projetos de Assentamento**. Belo Horizonte, 1999.

KAGEYAMA, A. A questão Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, SP, set/dez 1993.

LEITE, S. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos econômicos e sociais**. Pg. 37. In: Seminário - Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: Novas perspectivas. Fortaleza. Nov. 1998.

LEITE, S. Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil: Estatuto da terra, dinâmica agrária e modernização conservadora. In: **Revista da Associação Brasileira e Reforma Agrária**. N.º 1, Vol. 25, jan-abr 95. Campinas-SP, ABRA, 1995.

LEROY, J. P. **Seminário - Reforma agrária e democracia: a perspectiva das sociedades civis**. Rio de Janeiro, 1998.

LINHARES, M. Y., TEIXEIRA DA SILVA, F.C., **Terra prometida - uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1999.

MARTINE, G. & GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: ed. Caetés, 1987.

MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: MARTINE, G. (org.) **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: ed. UNICAMP, 1997.

MARTINS, J. S. A questão agrária no Brasil e as condições e possibilidades da reforma agrária. In: **Ciclo de palestras da reforma agrária**. Palácio do Desenvolvimento, Brasília, 2000.

MEDEIROS, L. S. de LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 1999.

MEDEIROS, L. S. de LEITE, S. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C., SANTOS, R., COSTA, L. F. de C. (Org.) **Mundo rural e política. Ensaios interdisciplinares**. Editora Campus, Rio de Janeiro, RJ. 1999.

MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. **Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região**. Brasília, nead, 2001.

MENEZES, H. R. G. A relação campo-cidade na discussão da reforma agrária. In: **Cadernos de Economia**, V. 4, n.º 4, setembro 1991. Belo Horizonte: ed. PUC-MG., 1991.

MEPF/MA/INCRA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília, MEPF, 1999.

MLST DE LUTA - **Memorial: Conflito da Fazenda tangará (Parque Florestal Douradinho), Município de Uberlândia-MG**. Uberlândia, MLST DE LUTA, 2001.

Movimento Democrático dos Sem Terra - MDST - **Consolidar uma organização autônoma e independente dos trabalhadores rurais sem terra na perspectiva do socialismo**. Uberlândia, 1995.

NOMURA, M. **Reforma agrária e desenvolvimento local: o assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido**. Dissertação de mestrado. Uberlândia, IE/UFU, 2001.

ORTEGA, A.C. Meio ambiente e representação de interesses na agricultura do cerrado mineiro. In: Shiki, S., Graziano, J. S. e Ortega, A.C.(orgs) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, UFU, 1997. 8

Partido dos Trabalhadores. **Teses ao II Congresso Nacional**. São Paulo, PT, 1999.

PINTO, L. C. G. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. N.º 1, Vol. 25, jan-abr 95. Campinas-SP., ABRA, 1995.

PRADO JR, C. **A questão agrária**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1979. X

PT - **Um Ecosocialista Por Um Mundo Novo**. Tese ao II Congresso, Belo Horizonte, 1999.

RAMOS, P & REYDON, B. P. (orgs) **Agropecuária e Agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e Perspectivas**. Campinas, ABRA, 1995

RAMOS, R. V. **Reforma Agrária: educação para a cidadania**. Dissertação de mestrado. Brasília, 1995.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**/Ignácio Rangel. Prefácio e Organização: GRAZIANO DA SILVA, J. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000.

RIBEIRO, A. E. M. A Política Agrícola do governo Collor. In: **Cadernos de Economia**. V.4, n.4 setembro 1991. Belo Horizonte: ed. PUC-MG., 1991.

RIBEIRO, E. M. **Fé, Produção e Política: Experiência Associativa de Camponeses em Minas Gerais**. São Paulo, Cadernos de Estudo CPT, Edições Loyola, 1994.

ROMEIRO, A. R. Renda e Emprego: a viabilidade e o sentido da Reforma Agrária. In: ROMEIRO, A. r. Reforma Agrária e distribuição de renda. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, SP, v. 21, p. 4-22, 1992.

ROMEIRO, A. GUANZIROLI, C. LEITE, S. (orgs.) **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SALAZAR, V. **Ação do Estado e Transformação Agrária no Cerrado nas Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG**. Rio Claro, UNESP, 1988.

SAUER, S. As ações governamentais para o campo - 2000. In: **Revista Candeia**, n.º 1, ano 1, 2º semestre/2000. Goiânia, IFAS, 2000.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: Caminhando para o caos? In: Shiki, S., Graziano, J. S. e Ortega, A. C. (orgs). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia, UFU, 1997.

SHIKI, S. **Globalização do Domínio dos Cerrados: sustentabilidade do sistema agroalimentar sob regulação privada**, UFU, 1998.

SMITH, R. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1990.

STÉDILE, J.P. (Coord.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. N.º 1, Vol. 25, jan-abr 95. Campinas-SP, ABRA, 1995.

TEIXEIRA, G. **Um perfil da agricultura e da reforma agrária no Brasil entre 1995 e 1999**. Brasília: liderança do PT, 2000.

TEIXEIRA, T. C. Evolução da organização política dos trabalhadores rurais e a reorganização do capital no Brasil (1950-1990). In: **cadernos e economia**. V.4, n.4, setembro de 1991. Belo Horizonte: ed. PUC-MG., 1991.

UBELINO DE OLIVEIRA, A. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. ✱
(Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

UMA VISÃO DAS ONGs e dos MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS – Relatório
do Fórum de ONGs Brasileiras Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil Sobre
Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: Natureza, território e agricultura.** ✱
Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. da. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A Questão
Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

VEIGA, J. E. Reforma Agrária hoje. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje.**
Porto Alegre: ed - Universidade/UFRGS, 1994.

VEIGA, J. E. Diretrizes para uma nova política agrária. In: **Seminário sobre reforma
agrária e desenvolvimento sustentável**. Fortaleza, 1998.

WEID, J. M. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola do
Brasil. In: **Revista Proposta**, n.º 27, nov. 1985. Rio de Janeiro, FASE, 1985.